"A FEA e a USP respeitam os direitos autorais deste trabalho. Nós acreditamos que a melhor proteção contra o uso ilegítimo deste texto é a publicação online. Além de preservar o conteúdo motiva-nos oferecer à sociedade o conhecimento produzido no âmbito da universidade pública e dar publicidade ao esforço do pesquisador. Entretanto, caso não seja do interesse do autor manter o documento online, pedimos compreensão em relação à iniciativa e o contato pelo e-mail bibfea@usp.br para que possamos tomar as providências cabíveis (remoção da tese ou dissertação da BDTD)."

1332.10981
C331b

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ECONOMIA E ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

DEDALUS - Acervo - FEA

T332.10981
C331b
e.1

Bancos comerciais no Brasil - 1964/1976 :

20600017899

**BANCOS COMERCIAIS NO BRASIL - 1964/1976
CRESCIMENTO E CONCENTRAÇÃO**

Nelson Carvalheiro

Orientador: Prof. Dr. João Sayad

São Paulo
1982

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ECONOMIA E ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

DEDALUS - Acervo - FEA

T332.10981
C331b
e.1

Bancos comerciais no Brasil - 1964/1976 :

20600017899

BANCOS COMERCIAIS NO BRASIL - 1964/1976
CRESCIMENTO E CONCENTRAÇÃO

Nelson Carvalheiro

Orientador: Prof. Dr. João Sayad

São Paulo

1982

A G R A D E C I M E N T O S

Esta dissertação foi concluída graças ao apoio de algumas pessoas, que há algum tempo pacientemente se revezam em ouvir detalhes sobre o tema escolhido e em atender minhas solicitações. Com elas reparto os méritos pelos acertos que este trabalho possa ter:

Prof. Dr. João Sayad, pela orientação no desenvolvimento de todas as fases deste trabalho;

Prof. Dr. Andrea Sandro Calabi, pelo estímulo fundamental;

Prof. Dr. Simão Silber, pelo encorajamento inicial;

Prof. Dr. Roberto Braz Matos Macedo, Prof. Dr. Francisco Vidal Luna e Prof. Dr. Carlos Antonio Luque, pelos questionamentos e sugestões;

Prof. Dr. Luiz Gonzaga Belluzzo, pela generosa atenção;

Economistas do Banco Central do Brasil, particularmente Carlos Augusto Dias de Carvalho, Clóvis Freitas Costa, Eduardo Lundberg, Emílio Rausch, Gílton Carneiro dos Santos, Hélio Maeda, Luiz Afonso Simoens da Silva, Virgínio Santos Neto e Waldemar Gomes, pelas proveitosas discussões sobre pontos específicos da dissertação, e Francisco Moacir dos Santos, Vicente de Paulo Pereira de Carvalho, Waldir Bianchi e Wilson Dutra da Costa, pelo valioso apoio nas horas de estudo e na obtenção de material bibliográfico e estatístico;

Maria Aparecida Rodrigues Carvalheiro, pela presença constante.

A

Fernanda, Fábio e Lígia.

A B S T R A C T

The objective of this dissertation is to describe and analyse the commercial banking growth in Brazil, during the 1964-1976 period. It uses an industrial organization approach and intends to improve the comprehension of the problem.

The banking industry has passed through large structural changes in this period, when more than two hundred firms have disappeared. The work analyses the growth of survivor commercial banks and its effects on concentration. The variance of banks size logarithms has been taken as the best concentration index.

The dissertation has two appendixes: the governmental regulation on banking expansion and a commercial banking individual data summary since 1964.

I N D I C E

INTRODUÇÃO.....	1
a) Objetivos do trabalho.....	2
b) Delimitação do tema.....	3
c) Justificativa.....	4
d) Fundamentação teórica.....	5
e) Plano geral do trabalho.....	7
 CAPÍTULO I - BANCOS COMERCIAIS NO BRASIL.....	8
a) Situação dos bancos comerciais no Sistema Financeiro Nacional.....	8
b) Pesquisas recentes sobre bancos comerciais no Brasil..	15
b.1) Pesquisas sobre regulamentação.....	15
b.2) Pesquisas sobre economias de escala.....	22
b.3) Pesquisas sobre concentração.....	29
b.4) Outras pesquisas.....	30
 CAPÍTULO II - A INDÚSTRIA BANCÁRIA.....	31
a) Esclarecimentos básicos.....	31
b) Características estruturais - 1964 e 1976.....	36
c) Modificações das características estruturais.....	45
d) A concentração como característica estrutural.....	57
d.1) Índice de Herfindahl.....	67
d.2) Índice de Hirschman.....	69
d.3) Índice de números equivalentes.....	69
d.4) Índice de Niehans.....	70
d.5) Índice de Horvath.....	70
d.6) Entropia.....	71
d.7) Entropia relativa.....	72
d.8) Redundância.....	72
d.9) Redundância relativa.....	73
d.10) Medida de concorrência.....	73
d.11) Números equivalentes.....	73
d.12) Medidas de desigualdade.....	74
 CAPÍTULO III - CRESCIMENTO DOS BANCOS COMERCIAIS.....	76
a) Crescimento e concentração.....	77
b) Crescimento e mobilidade.....	92

c) Crescimento e sobrevivência.....	103
d) Dinâmica da concentração.....	108
e) A lei de Gibrat.....	109
CONCLUSÕES.....	113
APÊNDICE A - Regulamentação sobre expansão dos bancos comerciais no Brasil.....	118
APÊNDICE B - Dados estatísticos e informações complementares.....	161
BIBLIOGRAFIA.....	189

ÍNDICE DE FIGURAS

1. Número de estabelecimentos bancários em final de período.....	38
2. Curva de concentração.....	58
3. Curvas de concentração - 1964/1976.....	60
4. Curvas de Lorenz - 1964/1976.....	62
5. Relação entre tamanhos no caso determinista.....	82
6. Relação entre tamanhos - casos singulares.....	83
7. Relação entre tamanhos - casos de ambigüidade.....	84
8. Matriz de transição dos bancos comerciais-1964/76.....	96
9. Matriz de transição dos bancos comerciais sobreviventes - 1964/76.....	97
10. Matriz de transição dos cem maiores bancos-1964/76.....	107

ÍNDICE DE QUADROS

1. Pesquisas sobre economias de escala nos E.U.A.....	24
2. Pesquisas sobre economias de escala no Brasil.....	26
3. Bancos públicos federais em 1964.....	39
4. Bancos públicos estaduais em 1964.....	40
5. Bancos estrangeiros em 1964.....	41
6. Bancos com maioria de capital nacional em 1964.....	41
7. Bancos com maioria de capital estrangeiro em 1964.....	42
8. Bancos com maioria de capital nacional em 1976.....	42
9. Bancos com maioria de capital estrangeiro em 1976.....	43
10. Bancos comerciais em 1964.....	44
11. Bancos comerciais em 1976.....	44
12. Absorções de bancos comerciais no Brasil.....	49
13. Bancos comerciais "desaparecidos" de 1964 a 1976.....	56
14. Crescimento dos bancos comerciais - 1964/1976.....	87
15. Crescimento dos bancos comerciais - 1964/1976.....	87
A1 Área de operações dos bancos comerciais-D.L. 6.419/44..	119
A2 Área de operações dos bancos comerciais-D.L. 6.541/44..	120
A3 Número máximo de filiais de bancos comerciais - Instrução 37/51.....	125
A4 Parcelas de capital por localidade - Circ. 57/61.....	134

A5	Parcelas de capital por localidade - Circ. 78/63.....	141
A6	Parcelas de capital por localidade - Circ. 89/64.....	142
A7	Parcelas de capital por localidade - Circ. 18/65.....	143
A8	Índices de imobilização e elevação mínima de capital - Circ. 67/66.....	146
A9	Classificação de agências por localidade-Res. 141/70...	149
A10	Capital integralizado conforme local da sede - Res. 204/71.....	154
A11	Ajuste do capital integralizado - Res. 204/71.....	154
A12	Remanejamento de agências - Res. 266/73.....	158

INDICE DE TABELAS

1.	Haveres financeiros.....	11
2.	Empréstimos ao setor privado.....	12
3.	Empréstimos do setor monetário ao setor privado.....	13
4.	Taxa de crescimento do PIB.....	14
5.	Número de bancos em final de período.....	39
6.	Número de bancos em final de período.....	46
7.	Número de bancos absorvidos no período.....	47
8.	Participação dos depósitos dos maiores bancos sobre o total de depósitos.....	59
9.	Estimativa da variância dos logaritmos dos tamanhos dos bancos comerciais no Brasil.....	75
10.	Bancos sobreviventes no período 1964/76.....	86
11.	Bancos sobreviventes no período 1964/76 - Análise de resultados.....	90
12.	Testes ao nível de 5% - Valores min (z) e max (z).....	93
13.	Modificações nas posições relativas dos bancos comer ciais - 1964/76.....	98
14.	Bancos com participação estável-Absorções realizadas...	99
15.	Mobilidade dos bancos comerciais-Absorções realizadas..	100
16.	Número de bancos absorvidos.....	101
17.	Sobrevivência em classificações similares de 1964 a 1976.....	104
18.	Sobrevivência absoluta em 1976 dos cem maiores bancos de 1964.....	105

19.	Bancos comerciais absorvidos de 1964 a 1976.....	105
20.	Distribuição dos cem maiores bancos de 1976 e existentes em 1964.....	106
21.	Tamanho médio e variância dos bancos comerciais.....	108
22.	Distribuição dos bancos comerciais por crescimento proporcional.....	110
B1	Bancos comerciais no Brasil - 1964/76 - Absorções e desaparecimentos.....	164
B2	Bancos comerciais sobreviventes - 1964/76 - Principais absorções.....	179
B3	Bancos comerciais sobreviventes - 1964/76 - Classificação e crescimento.....	185

I N T R O D U C Ã O

Após 1964, acentuou-se no Brasil uma diminuição no número de estabelecimentos bancários. Em pouco mais de dez anos, algumas dezenas de fusões e incorporações fizeram com que o número de matrizes se reduzisse em quase 70%. Paralelamente, na década de 70 consolidou-se o fenômeno da formação dos chamados conglomerados financeiros, com a liderança de bancos comerciais.

A evidência proporcionada por tais fatos tem condicionado algumas observações referentes à concentração bancária e ao crescimento dos bancos comerciais. Assim, há certa unanimidade quanto ao aumento da concentração dentro do sistema bancário. Igualmente, não há maiores controvérsias quanto ao grande crescimento dos bancos, em que pese o fato de terem eles perdido posição dentro do Sistema Financeiro Nacional.

Entretanto, tais conclusões não têm sido de vidamente qualificadas, seja por ausência de informações, como a liás ocorre no Brasil sempre que existe participação governamental, seja por equívocos conceituais ou por imprecisões metodológicas.

A presente dissertação foi elaborada visando chamar a atenção para tais restrições, pretendendo também qualificar melhor as afirmações mais imediatas a respeito do sistema bancário. Em linhas gerais, intenciona utilizar um conjunto de informações sobre os estabelecimentos bancários entre 1964 e 1976 para, através de instrumental teórico adequado, fornecer uma interpretação alternativa sobre os fenômenos do crescimento e da concentração dos bancos comerciais no Brasil naquele período. A despeito de suas limitações naturais, tem a pretensão de ampliar o conhecimento sobre o tema.

Assim, na sequência desta Introdução, apresenta-se na primeira seção os objetivos mais específicos do trabalho; na segunda seção há a preocupação em delimitar precisamente

o estudo; na terceira seção procura-se oferecer argumentos relevantes para justificar a escolha do tema; na quarta seção mostra-se resumidamente certos enfoques teóricos dos quais se originou o interesse pelo assunto; na última seção elabora-se o plano geral da obra, sintetizando o que será tratado nos capítulos subsequentes.

a) Objetivos do trabalho

O trabalho tem como objetivo básico descrever e analisar o crescimento dos estabelecimentos bancários no período 1964-1976. Sua principal característica é uma tentativa de utilizar parte do instrumental teórico e aplicado desenvolvido pela Teoria Econômica, particularmente aquele abrangido pelo que hoje é conhecido como Organização Industrial, ou Economia Industrial, a fim de alcançar melhor compreensão a respeito do setor bancário no país, durante um período que se caracterizou por drástica redução no número de bancos comerciais em operação.

A essência do estudo reside em mostrar a estrutura do que será denominado de agora em diante de indústria bancária, em dois momentos distintos, ou seja, em 1964 e em 1976. Em seguida, procurar-se-á verificar com algum grau de detalhe o que ocorreu durante o período compreendido entre tais datas. Para descrever a estrutura mais sinteticamente será utilizado um indicador de concentração conhecido na literatura econômica, mas pouco aplicado ao caso dos bancos comerciais. Esse indicador foi desenvolvido na Europa na década de 50, embora suas origens remontem aos anos 30, e é traduzido, grosseiramente, pela idéia da média das diferenças de tamanho de um conjunto de firmas; em outras palavras, esse indicador de concentração mede as diferenças de tamanho relativo das firmas de uma indústria.

Por outro lado, para descrever as mudanças estruturais ocorridas durante o período em questão, lança-se mão de uma ampla exposição de fusões e incorporações que se deram naquele

intervalo de tempo, para em seguida analisar o que aconteceu com os bancos que não foram absorvidos. Isso significa examinar o crescimento dos bancos sobreviventes de uma forma que pretende ser bastante minuciosa, visto que se quer separar o efeito das absorções, a mobilidade dos bancos, as probabilidades de sobrevivência relacionadas com o tamanho etc.

Além disso, o trabalho representa um esforço no sentido de propor novas explicações a respeito das características estruturais do setor bancário, como é o caso da concentração, e dos efeitos que ela recebeu do crescimento dos bancos. Por extensão, o trabalho tenciona esclarecer pontos obscuros sobre o assunto, lançar dúvidas e levantar problemas pouco discutidos, constituindo-se numa tentativa de ampliar o conhecimento a respeito da temática.

Assim, o estudo se propõe a apresentar algumas contribuições para entender mais adequadamente alguns aspectos da organização industrial do setor bancário brasileiro. Por outro lado, espera-se que ele consista tanto numa forma de reclamar informações como seja útil para análises posteriores de outros pesquisadores interessados no assunto.

b) Delimitação do tema

Embora os bancos comerciais estejam inseridos dentro de um sistema mais amplo que se encarrega da intermediação financeira no país, procurar-se-á fazer um certo isolamento, sem levar em consideração o fato de haver outras instituições concorrentes dos estabelecimentos bancários, operando praticamente em todas as regiões do Brasil. Assim, o estudo deve referir-se apenas aos bancos comerciais e, só após a interpretação dos resultados alcançados, far-se-á o relacionamento do crescimento dos bancos com outras instituições, principalmente aquelas ligadas a conglomerados financeiros.

O período inicial do trabalho se refere à criação do Banco Central. Não só por representar, de certa forma, um marco histórico, após 1964 passou a ser colocada em prática uma política de amparo à redução do número de estabelecimentos bancários. Essa política acentuou-se nos anos seguintes e foi cessar em 1975 ; de fato, em 1976 ocorreu apenas uma absorção, e mesmo assim de caráter político-administrativo, resultante da fusão do antigo Estado da Guanabara com o Estado do Rio de Janeiro. Portanto, em 1976 teve fim a onda de absorções dentro da indústria bancária, razão pela qual essa data foi escolhida como terminal.

Embora o período escolhido abranja um pequeno número de anos, essa fase da economia brasileira foi bastante característica, principalmente devido ao desaparecimento de tantas firmas bancárias. Além disso, dados anteriores a 1964 são muito escassos, não dispondo os órgãos públicos de maiores informações nesse sentido; assim, a análise que deveria ser iniciada em 1945, ou mesmo antes, seria prejudicada pelo tempo que demandaria, e certamente o limite para a apresentação deste trabalho se esgotaria.

c) Justificativa

O trabalho tem a pretensão de revelar-se sobre tudo útil para entender algumas modificações estruturais ocorridas dentro do setor bancário e, em decorrência, do próprio Sistema Financeiro Nacional. Como se sabe, os bancos comerciais foram, durante muito tempo, as principais instituições do SFN. Mesmo após a reforma bancária de 1964, e apesar do elevado número de fusões e incorporações ocorridas até 1976, os bancos sobreviventes nunca deixaram de se expandir, principalmente aqueles que hoje são conhecidos como os maiores estabelecimentos, visto que inúmeros deles diversificaram suas atividades controlando financeiras, bancos de investimento e outras instituições, liderando a formação dos chamados conglomerados financeiros. Por outro lado, qualquer tentativa para entender a política econômica governamental na área monetária passa

necessariamente pelos bancos comerciais. Isso porque além da faculdade de criar certo tipo de moeda, os bancos são responsáveis por parcela importante do crédito a inúmeras regiões do país. Parece natural, portanto, que as próprias Autoridades Monetárias tivessem a preocupação de fortalecer os estabelecimentos bancários e, ao mesmo tempo, de ampliar seu próprio poder de negociação, incentivando a redução do número de matrizes. Além disso, os bancos comerciais constituem um importante núcleo estrutural do sistema econômico, e o conhecimento das transformações ocorridas nesse núcleo é um esforço, em última análise, para entender melhor a própria evolução da economia brasileira.

Do ponto de vista acadêmico, há também justificativas para o desenvolvimento deste trabalho. É de se frisar que os estudos sobre bancos comerciais no Brasil são relativamente pouco numerosos, e geralmente referem-se a assuntos pautados por um interesse que se desenvolveu no pós-guerra em vários países, particularmente nos E.U.A., referindo-se às economias de escala, à regulamentação governamental e à chamada concentração bancária. Além disso, as próprias Autoridades Monetárias motivaram alguns dos estudos, visto que a regulamentação estimuladora das fusões e incorporações de estabelecimentos bancários justificava-se pela crença na presença de economias de escala nos bancos comerciais brasileiros.

Por último, vale fazer menção ao fato de serem raras as pesquisas referindo-se às absorções de bancos comerciais ou ao crescimento individual de cada estabelecimento. Este trabalho pretende preencher em parte essa lacuna.

d) Fundamentação teórica

No que se refere à fundamentação teórica do trabalho, é importante assinalar, desde já, a ausência de uma teoria da firma bancária, no sentido da análise microeconômica neoclássica. Assim, geralmente as análises da firma bancária ,

ao nível micro, referem-se à alocação dos recursos dos bancos entre ativos competitivos entre si, e tais análises são abrangidas pelo que se convencionou chamar de teoria do "portfólio", conforme mencionado em Klein (1971). Entretanto, como esta dissertação tem por finalidade elaborar um estudo compreensivo do que ocorreu com os bancos comerciais brasileiros no período de 1964-76, ou seja, proceder a uma análise "ex-post" sobre o crescimento de firmas bancárias e, conseqüentemente, sobre as modificações estruturais ocorridas dentro do setor bancário, optou-se por não estudar o comportamento dos bancos sob o enfoque daquela teoria, e sim sob o ângulo metodológico observado em alguns estudos básicos de Organização Industrial.

Parece importante, portanto, mencionar as teorias que originaram o interesse pelo assunto, guardando, para os capítulos pertinentes, um tratamento mais completo a seu respeito. A primeira delas é a teoria do crescimento da firma, desenvolvida por Penrose (1962), em que se destacam, basicamente, duas visões a respeito da expansão das empresas: o crescimento interno e o crescimento externo. O crescimento interno refere-se à expansão sem fusões nem incorporações de outras empresas; o crescimento externo leva em conta aquelas formas de absorção de unidades produtoras. Em outras palavras, trata-se de analisar o crescimento decompondo-o em duas parcelas distintas, a fim de discutir qual delas foi mais relevante. Penrose (1962) prevê que as aquisições serão sempre feitas pelas firmas maiores, visto que, ao tentarem manter sua taxa de crescimento, necessitarão de um crescimento em valor absoluto cada vez maior, conforme tornam-se efetivamente maiores. De outro lado, a segunda das teorias estudadas refere-se a um conjunto de artigos desenvolvidos a partir da década de 50, e que gera alguns debates até hoje, mas que foi concebido de forma pioneira por Hart e Prais (1956). Tal teoria utiliza como conceito relevante de concentração a variância dos logaritmos dos tamanhos das firmas sobreviventes ao longo de um período. Assim, quando os tamanhos das firmas estiverem bastante dispersos em torno de um tamanho médio, as firmas grandes serão relativamente muito grandes, e a concentração dentro da indústria é considerada elevada. Ainda na década de 50, Prais (1958) complementou aquele primeiro estudo, abordando as condições estatísticas necessárias para uma alteração na concentração. O conteúdo des

se artigo foi alvo de uma aplicação empírica por Rhoades e Yeats (1974) aos bancos comerciais norte-americanos.

e) Plano geral do trabalho

Baseando-se na caracterização inicial do assunto a ser explorado, e levando em conta os aspectos teóricos que o sustentam, pode-se tentar agora apresentar o plano geral do trabalho.

O Capítulo I localiza os bancos comerciais dentro do Sistema Financeiro Nacional e faz também uma resenha das pesquisas mais conhecidas sobre bancos comerciais no Brasil. Indiretamente, ele apresenta as principais interpretações sobre crescimento de bancos no período em estudo.

O Capítulo II objetiva descrever a estrutura da chamada indústria bancária em 1964 e 1976, bem como as modificações ocorridas nesse intervalo de tempo. Esta parte do trabalho é essencialmente descritiva, exceto no que se refere à concentração bancária, onde se elabora uma rápida exposição justificando a escolha de um indicador alternativo. Inclui-se aqui também um minucioso levantamento dos estabelecimentos bancários existentes nas duas datas, listando-se ademais todas as absorções ocorridas no transcorrer do período.

O Capítulo III aborda o crescimento dos bancos comerciais no período 1964-1976, utilizando uma abordagem alternativa àquelas descritas no Capítulo I. A análise se desdobra de várias formas, através das relações entre crescimento e concentração, crescimento e mobilidade, crescimento e sobrevivência. Estuda-se também a concentração de um ponto de vista dinâmico e o crescimento em bases aleatórias. Os resultados do trabalho estão, basicamente, nesta parte da dissertação.

O Capítulo final resume as principais conclusões alcançadas, seguindo-se a apresentação de apêndices e bibliografia.

CAPÍTULO I - BANCOS COMERCIAIS NO BRASIL

Este capítulo tem duas finalidades básicas: situar os bancos comerciais dentro do Sistema Financeiro Nacional e apresentar as pesquisas mais conhecidas sobre o assunto no Brasil. Assim, a primeira seção evidencia a fase de grande crescimento da economia brasileira, abrangida pelo período em estudo, acompanhada pelo correspondente crescimento dos bancos. A segunda seção faz uma breve resenha dos trabalhos existentes sobre regulamentação governamental, economias de escala e concentração. É oportuno ressaltar que essa resenha não apenas traduz, por assim dizer, as interpretações mais usuais sobre o crescimento dos bancos comerciais no país, mas também desenvolve breves comentários críticos, algumas vezes especificamente a respeito dos trabalhos e outras vezes com relação ao asunto a que eles se referem.

a) Situação dos bancos comerciais no Sistema Financeiro Nacional

Os anos de 1964 e 1965 marcam profundas mudanças na estrutura institucional da economia brasileira e, em particular, no Sistema Financeiro Nacional. Os marcos dessas mudanças foram as promulgações da lei 4.595, de 31.12.64 (lei da reforma bancária) e a lei 4.728, de 14.07.65 (lei do mercado de capitais).

A lei da reforma bancária reestruturou a área monetária do país, criando para controle da moeda e do crêdito o Conselho Monetário Nacional, órgão normativo a nível interministerial que passou a centralizar e definir a condução da política monetária e creditícia. Esse órgão substituiu o Conselho da SUMOC; a SUMOC, propriamente dita, foi substituída pelo Banco Central, mas com poderes ampliados, característicos de instituições congêneres. Ao Banco do Brasil coube um lugar ao lado das Autoridades Monetárias, embora com obediência à disciplina de limites operacionais fixados pelo Conselho Monetário Nacional; ainda ao Banco do Brasil coube a função

ção de desempenhar papel de banco comercial do Governo. À parte a caracterização das instituições que compõem o conjunto das Autoridades Monetárias, a lei da reforma bancária consagrou o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico como principal instrumento de execução da política de investimento do governo federal, e o Banco Nacional da Habitação como o principal instrumento de execução da política habitacional governamental.

A lei do mercado de capitais definiu e delimitou as funções dos bancos comerciais, dos bancos de investimento e desenvolvimento, das sociedades de crédito e financiamento, das sociedades de investimento, das sociedades corretoras e distribuidoras etc. Além disso, através de instrumentos legais baixados pelo Banco Central, regulamentou-se a forma de captação de recursos das diversas instituições, além de se determinar as respectivas áreas em que deveriam atuar na alocação de recursos.

Ainda em 1964, criou-se um instrumento vital para o desenvolvimento do Sistema Financeiro Nacional, que consistiu na institucionalização da correção monetária; na sua ausência, devido ao processo inflacionário crônico, provavelmente de pouco valeria toda a reestruturação das instituições.

O período de 1964 a 1967 pautou-se por todas as reformas anteriormente apontadas e, além disso, foi um período de ajustamento dos diversos agentes econômicos, face às novas condições da economia. Foi também nesse período que se conseguiu alcançar o declínio das taxas inflacionárias, e o conseqüente relativo controle das altas dos preços. Por outro lado, germinaram-se as condições para o rápido crescimento econômico que se seguiu.

Assim, com a retomada do crescimento a partir de 1968, com a redução gradativa da taxa de inflação, com a evolução da estrutura econômica do país (exigindo instrumentos financeiros mais aperfeiçoados) e com as características institucionais da política monetária, foram criadas as condições para a rápida evolução do sistema financeiro, cujos segmentos foram apare-

temente beneficiados desigualmente.

A partir de 1974, com o recrudescimento do processo inflacionário e o declínio das taxas de crescimento do Produto, passa a acentuar-se crescente preferência do público por aplicações em títulos com correção monetária pós-fixada, mas nem o sistema financeiro nem o sistema econômico entraram em colapso.

Neste ponto, para melhor compreender como evoluiu a estrutura do sistema financeiro, é interessante apresentar uma análise resumida dos haveres financeiros em poder do público, da poupança financeira e dos empréstimos do sistema financeiro ao setor privado.

Tabela 1

HAVERES FINANCEIROS - Saldos em CR\$ milhões

	1964	%	1976	%
Haveres financeiros	5.530	100	684.306	100
Ativos monetários	5.087	92	248.345	36
Papel-moeda	1.156	21	46.193	7
Depósitos à vista	3.931	71	202.152	30
Banco do Brasil	742	13	36.879	5
Bancos Comerciais	2.977	54	153.434	22
Outros	212	38	11.839	2
Ativos não-monetários	443	8	435.961	64
Depósitos de poupança	-	-	107.539	16
Depósitos a prazo	140	3	73.132	11
Banco do Brasil	1	-	854	-
Bancos comerciais	124	2	18.356	3
Outros	14	-	53.922	8
Letras de câmbio	230	4	68.392	10
Letras imobiliárias	-	-	9.779	1
ORTN	41	1	84.397	12
LTN	-	-	69.404	10
Outros	32	1	23.318	3

Fonte: Banco Central do Brasil

Os haveres monetários, que em 1964 representavam 92% do total de haveres financeiros em poder do público, em 1976 representavam 36%. Por sua vez, a participação dos ativos não-monetários evoluiu durante todo o período, de 8% em 1964 para 64% em 1976. Verificou-se, portanto, uma redução da relação ativos monetários - ativos não-monetários, cujo valor em 1964 era de 11,5, passando a 0,6 em 1976. Isso demonstra a expansão da intermediação não-bancária mas não pode ser facilmente atribuído à fuga de preferência do público pela liquidez monetária, causada por elevadas taxas de desvalorização da moeda. Como observa M.C. Tavares (1978), é preciso levar em conta dois aspectos da liquidez: a monetária e a financeira, e esta última

decorre das facilidades de transação de títulos financeiros.

Por sua vez, é interessante tentar visualizar as principais áreas de captação de recursos das instituições que compõem o Sistema Financeiro Nacional. Os bancos comerciais públicos e privados captam depósitos à vista e a prazo, as companhias financeiras captam recursos via emissão de letras de câmbio e os bancos de investimento através de depósitos a prazo. Estes últimos também operam como agentes do BNDE e fazem repasses de recursos externos. Os recursos captados com correção monetária pós-fixada são representados pelos fundos de poupança compulsória (PIS, PASEP e FGTS), cadernetas de poupança e Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (bem como dos Tesouros Estaduais). Tais recursos são emprestados ao setor privado, conforme ilustra a tabela 2.

Tabela 2

EMPRÉSTIMOS AO SETOR PRIVADO - participação percentual

	1964	1976
Setor monetário	86	50
Setor não-monetário	14	50

Fonte: Banco Central do Brasil

Como se nota, o desenvolvimento dos mercados financeiros no Brasil após 1964 levou a alterações profundas das fontes de crédito da economia; esta, em 1964 tomava 86% dos empréstimos no sistema monetário, mas esse percentual cai para 50% em 1976. Entretanto, esse decréscimo não foi equilibrado entre os principais agentes.

Tabela 3

EMPRÉSTIMOS DO SETOR MONETÁRIO AO SETOR PRIVADO - CR\$ milhões

	1964	%	1976	%
Banco do Brasil	1.324	32	214.115	23
Bancos Comerciais Oficiais	633	15	90.808	10
Federais	108	2	18.119	2
Estaduais	525	13	72.689	8
Bancos Comerciais Privados	1.595	39	156.424	17

Fonte: Banco Central do Brasil

Isso significa que, entre os bancos oficiais, a perda de participação se dá no Banco do Brasil e nos bancos comerciais estaduais, enquanto os bancos comerciais federais mantêm sua participação em todo o período analisado. Por sua vez, os bancos comerciais privados perdem posição ao longo do tempo.

Do exposto, fica patente a perda de participação dos bancos comerciais em relação à captação de depósitos (frente ao total de haveres financeiros em poder do público) e com respeito aos empréstimos (face aos empréstimos ao setor privado). Por outro lado, também o número de sedes de bancos comerciais se reduziu desde 1964, mediante principalmente fusões e incorporações de inúmeros estabelecimentos bancários. Com efeito, do total de 336 bancos existentes em 1964, apenas 106 estavam em atividade em 1976. Portanto, uma análise inicial do assunto poderia indicar que os bancos comerciais perderam importância relativa perante os demais intermediários financeiros. Contudo, conclusões nesse sentido podem ser precipitadas, visto que os bancos comerciais lideraram a formação de conglomerados financeiros, englobando vasta gama de instituições financeiras de natureza diferenciada. Assim, parece lógico observar que:

- a) os bancos comerciais, enquanto firmas, cresceram entre 1964 e 1976 e, principalmente os maiores, em boa parte absorvendo bancos menores;

- b) a perda de importância dos bancos comerciais em relação às demais instituições é algo que precisa ser visto com reservas, visto que parcela considerável daquelas instituições pertence a grupos liderados pelos bancos comerciais.

Diante dessa exposição da evolução do Sistema Financeiro Nacional, é preciso lembrar que a economia brasileira passou por taxas elevadas de crescimento no período 1968/74. Mesmo considerando o período 1964/76, a taxa média de crescimento do PIB foi relativamente grande.

Tabela 4

TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB

PERÍODO	TAXA MÉDIA DE CRESCIMENTO (%)
1964/76	8,7
1968/74	11,3

Fonte: Conjuntura Econômica

Em interessante estudo, Calabi et alii (1981) mostraram que o crescimento das maiores empresas no Brasil, no período 1969/75, deu-se com notável intensidade, mas com uma característica peculiar: uma tendência acentuada à elevação do grau de endividamento das empresas, em particular referente aos financiamentos bancários. Isso significa uma crescente participação do capital financeiro no financiamento das empresas industriais, e traduz o fato de que tais empresas se expandiram a uma taxa superior à sua capacidade de acumulação interna.

Essas indicações conduzem à conclusão de que os bancos buscaram crescer e diversificar suas atividades para fazer frente à demanda por crédito dos diversos setores da economia, em especial do setor industrial. Aliás, um estudo de Magdoff e Sweezy (1978) já chamava a atenção para esse tipo de ocorrência nas

épocas de prosperidade da economia, visto que os bancos anseiam por ampliar seus lucros, e ao mesmo tempo querem resguardar mercados conquistados, empenhando-se numa luta concorrencial que muitas vezes atinge grandes proporções.

Em resumo, parece razoável admitir que o crescimento dos bancos comerciais deu-se paralelamente ao crescimento dos outros setores da economia brasileira. Porém, é de se esperar que o crescimento dos estabelecimentos bancários não tenha ocorrido de forma homogênea. Com efeito, dos bancos sobreviventes ao longo do período 1964/76, os que eram pequenos em 1964 podem ter crescido mais, provavelmente devido ao fato de que os que eram grandes terem voltado sua atenção para atividades mais diversificadas, através da formação de grandes conglomerados financeiros.

b) Pesquisas recentes sobre bancos comerciais no Brasil

b.1) Pesquisas sobre regulamentação¹

A regulamentação sobre a atividade bancária no Brasil é bastante antiga e, de modo geral, pauta-se, em tese, pelo interesse público. Com efeito, estudo realizado em 1966 acentuava que o "número de sedes de bancos vem-se reduzindo desde 1954: a orientação seguida anteriormente pela SUMOC e mantida pelo Banco Central tem sido a de promover a expansão dos serviços bancários, que deve acompanhar a evolução do País, mediante o aumento da rede dos estabelecimentos existentes, evitando-se uma proliferação de sedes, o que tenderia a dificultar a orientação do Sistema Bancário pelas

¹ Esta seção destina-se apenas a examinar o papel da regulamentação para o crescimento dos bancos comerciais. Entretanto, face ao interesse que o assunto normalmente desperta, resolveu-se apresentar um apêndice abrangendo o período 1945-1976, descrevendo instrumentos legais reguladores de alguns aspectos da indústria bancária e alguns pronunciamentos e discussões sobre a reforma bancária que efetivamente se processou a partir da lei 4.595 de 31.12.64.

Autoridades"². Entretanto, tal regulamentação não se refere apenas ao número de bancos e agências, mas constitui-se num imenso aparato legal, congregando exigências de capital mínimo para o funcionamento dos estabelecimentos bancários, controle sobre a atividade dos bancos (entre as quais a própria definição dos serviços bancários e a obrigatoriedade de apresentação de demonstrativos financeiros mensais), exigência de idoneidade dos membros de sua diretoria, incentivos a incorporações e fusões (e, principalmente na década de 70, à formação de conglomerados financeiros), controles de preços (taxas de juros sobre empréstimos e depósitos, bem como taxas de serviços), limitações referentes a aplicações dos fundos (a locação obrigatória de crédito a setores específicos, bem como proibição de aplicação em ativo imobilizado, exceto para alojamento de agências), e outras mais, não menos importantes. Além disso, a regulamentação também abrange aspectos macroeconômicos, como a exigência de reserva mínima (depósito compulsório), e acesso a re-desconto e a política de incentivo à expansão do crédito para praças assistidas precariamente ou totalmente desassistidas.

Em linhas gerais, o interesse público que justifica a regulamentação na indústria bancária comporta, de um lado, a preocupação com a manutenção da competição e, de outro lado, a necessidade de prevenção de externalidades³.

A preocupação de evitar poderes monopolísticos deve ser discutida com cuidado, mas se apóia na argumentação de que modelos de concorrência perfeita mostram maior eficiência do que modelos de monopólio. Assim, durante todo o período abrangido por este trabalho, o Banco Central parece não ter levado muito em conta a necessidade de que a indústria bancária fosse concorrencial, visto ter praticamente proibido a entrada de novos bancos nessa indústria. A grande preocupação, portanto, parece ter sido o tabelamento das remunerações pagas e recebidas pelos estabelecimen-

² Brasil - Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica. Escritório de Pesquisa Econômica Aplicada (EPEA) - Situação Monetária, Creditícia e do Mercado de Capitais (1947 - março 1964). 1966, p.183.

³ A rigor, não é totalmente correto falar-se em teorias sobre regulamentação, visto carecerem elas de formalização adequada; além disso, sua capacidade de previsão é bastante reduzida. A observação é de R.A. Posner - "Theories of Economic Regulations", The Bell Journal of Economics and Management Science, 5 autumn, pp.335-65, citada em Carvalho (1979), p.32.

tos bancários. Isso nunca impediu os bancos, entretanto, de imporem preços sobre os empréstimos, pois passavam a cobrar outras taxas de expediente e a exigir reciprocidade sob a forma de manutenção de certo saldo por um período de tempo, de parte dos tomadores de empréstimos⁴.

Além disso, no que se refere à regulamentação sobre expansão da rede de agências, bem como sobre possibilidades de fusões e incorporações, o Banco Central parece nunca ter levado em consideração critérios econômicos rigorosos que disciplinassem aquelas ocorrências. No que se refere à rede de agências, torna-se patente, pelo exame da legislação emanada durante o período, que muitos aspectos eram apreciados, tais como a capacidade das praças visadas de absorver novas dependências, estudos sobre o potencial da região pretendida que destacassem seu poderio econômico e seus recursos etc. Além disso, o Banco Central modificou a classificação das agências por diversas vezes, agrupando as praças por volume de depósitos, e no final da década de 60 passou a dar maior atenção à transferência de agências. Nesse sentido, concedia maiores estímulos aos bancos que encerrassem dependências nas grandes praças, principalmente São Paulo e Rio de Janeiro. Entretanto, é de se frisar que, a partir de 1970, tornou-se virtualmente proibida a abertura de novas agências, através de suspensões temporárias, mas sempre prorrogadas, num ritmo que prosseguiu pelo menos até 1976, das concessões de novas autorizações para instalação de agências de estabelecimentos bancários. Analogamente, ao que se sabe, no caso das fusões e incorporações ocorridas durante o período em estudo, não eram efetuadas análises mais profundas para determinar se os bancos que queriam associar-se eram ou não concorrentes, e mesmo para definir se a associação diminuiria a concorrência no mercado em que atuassem. Decisões desse teor requeriam definição precisa dos mercados em que os bancos operavam, e essa tarefa naturalmente é bastante difícil.

Para resumir a situação: quando o Banco central passou a dificultar e, mais tarde, praticamente passou a impedir a abertura de novas agências, a única forma que restou para os bancos para conseguir esse objetivo era através da fusão com outro

⁴ Vide Christoffersen (1969)

banco ou incorporação de estabelecimento menor. Como a formação de grandes bancos (e, aos poucos, de grandes conglomerados financeiros) era abertamente estimulada, as absorções se multiplicaram, como forma alternativa de crescimento dos bancos comerciais.

O que se quer afirmar aqui, portanto, é que o Banco Central não levava em conta se a união de dois ou mais bancos diminuiria a concorrência, aumentando a possibilidade de práticas monopolistas. Simplesmente, muitas uniões foram autorizadas, e a taxa de juros sobre os empréstimos era tabelada (embora nem sempre respeitada). Em outros países, há o temor de que uniões de bancos levem a práticas monopolistas. Nos E.U.A., por exemplo, as Autoridades Monetárias verificam se os bancos que querem unir-se estão no mesmo mercado geográfico⁵. Se eles estiverem numa mesma área geográfica, as consequências da associação são julgadas pelo tamanho relativo da nova organização, que é o mais importante dos fatores que influenciam o poder de uma organização afetar o mercado (em termos de preço e produção). Assim, quanto mais exata a definição da área geográfica bancária relevante, mais corretas serão as decisões das Autoridades Monetárias.

Por outro lado, o aspecto das externalidades dentro da indústria bancária tem sido explorado com mais atenção por estudos recentes, tais como os de Portocarrero Castro (1981) e Sayad (1975). A argumentação refere-se à necessidade de existir confiança do público na estabilidade da atividade bancária. Nesse sentido, a falência de um banco pode provocar efeitos cumulativos, visto que a indústria bancária é altamente integrada. Assim, se um banco passa por problemas de "corrida bancária", isso deve repetir-se para muitos outros estabelecimentos. Como os bancos comerciais têm papel relevante dentro da administração dos meios de pagamento

⁵ A definição precisa de mercado geográfico pode ser encontrada em Whitehead (1980), embora em muitos casos seja difícil uma especificação mais rigorosa, devido justamente à dispersão geográfica. Ou seja, como os bancos maiores podem fazer empréstimos em qualquer parte do país, em vários casos eles deixam de ser concorrentes entre si.

do país, é natural que a atenção das Autoridades Monetárias preocupe-se com o problema. Nesse sentido, o Banco Central sempre tratou de estar sensível às dificuldades dos bancos pequenos, incentivando sua absorção por bancos maiores.

Portanto, uma tentativa de interpretação sobre a regulamentação da indústria bancária parece deixar claro um aspecto relevante para o crescimento dos bancos comerciais: ao mesmo tempo em que não concedia novas cartas-patentes e dificultava a abertura de agências, para não desordenar a atividade bancária concedia prioridade ao estudo de incorporações e fusões, proporcionando assim aos estabelecimentos mais sólidos (inclusive alguns bancos públicos estaduais) a possibilidade de um crescimento físico e, em consequência, maior facilidade para captação de recursos. Em outros termos, o chamado interesse público, e mesmo a preferência do Banco Central em fazer conviver um número gradativamente menor de estabelecimentos dentro da indústria bancária, visando um controle mais ágil e seguro, beneficiou, sem dúvida, aqueles que sobreviveram no período.⁶ Porém, parece evidente que tal observação não invalida a tese do interesse público.⁷

De outro lado, é interessante notar uma polêmica que se criou sobre os efeitos da regulamentação sobre os bancos comerciais. Sayad (1975) argumenta que a imposição de taxas de juros máximas cobradas pelos bancos comerciais em seus empréstimos criou amplas oportunidades de lucros para os estabelecimentos bancários através de investimentos alternativos, estimulando seu crescimento.

⁶ É provável que também os bancos absorvidos, através de seus proprietários, tenham obtido vantagens nas transações. Lamentavelmente, a informação a respeito é inexistente, mas é interessante constatar, no Quadro 2 em apêndice, o fato de que os bancos absorvidos mantinham o mesmo tamanho relativo de 1964.

⁷ Além da teoria do interesse público, existe uma corrente de pensamento que destaca o papel da regulamentação para atender aos interesses de um grupo. Dentro dessa linha de pensamento, a regulamentação na indústria bancária desenvolveu-se para atender grupos privados e, mais especificamente, aos grandes banqueiros. Assim, poderia ser interessante especular sobre os ganhos dos banqueiros no período pós-1964. Como pode ser visto em trabalho de R.A. Dreyfuss - 1964: A Conquista do Estado - Ação Política, Poder e Golpe de Classe.

De outro lado, a proibição de remunerar os depósitos à vista, numa conjuntura inflacionária, tornou esses depósitos um passivo altamente rentável, e a expansão via agências a forma mais eficaz de obtê-los, o que também colaborou para seu crescimento. Testando as hipóteses, verificou-se que os bancos pequenos, com pequena rede de agências e sem firmas associadas em outros mercados financeiros, não obedeciam aos tetos de taxas de juros sobre empréstimos, sujeitando-se a empréstimos com maior grau de risco. A especialização em ativos de maior risco teria provocado o desaparecimento desses bancos pequenos. Os bancos grandes, por sua vez, respeitando os limites impostos pelo Banco do Brasil, teriam sido favorecidos por outras regulamentações. Carvalho (1979) contesta as afirmações de Sayad, argumentando que as regulamentações sobre taxas de juros máximas foram sempre contornadas por uma série de artifícios, tanto por bancos grandes como pequenos, de forma que, efetivamente, os pequenos puderam ser remunerados pelo maior risco. Assim, a argumentação se desenvolve no sentido de que a regulamentação favoreceu os grandes bancos. De um lado, as restrições sobre abertura de agências nas praças mais desenvolvidas protegiam o mercado principal dos bancos grandes. De outro lado, como nos mercados menos atraentes os bancos locais ou regionais não tinham condições de expandir suas agências, a expansão bancária foi direcionada para áreas antes dominadas por bancos pequenos e médios. A partir de 1966, o poder dos grandes bancos foi incentivado pela legislação sobre fusões, promovendo um volume maior de absorções de bancos pequenos e médios e, consequentemente, um aumento da concentração no sistema bancário. A observação final refere-se à possibilidade de a maior concentração colocar em risco a eficácia da política econômica, "na medida em que um pequeno número de banqueiros, controlando grande parte da rede bancária, possui cada vez maior poder de barganha para afe

Petrópolis; Vozes, 1981, 2ª Ed., o movimento militar que depôs o Presidente João Goulart em 1964 foi fruto de um trabalho de base desenvolvido por empresários nacionais e ligados ao capitalismo internacional, os quais, através de entidades civis, como o IPES, o IBAP e a CAMDE, proporcionaram a motivação psicológica e levantaram fundos para desestabilizar o regime. No período pós-1964 formou-se uma burocracia técnica que atraiu especialistas

tar as decisões dos órgãos competentes"⁸.

Tanto as conclusões de Sayad como de Carvalho convergem para o fato de que a regulamentação favoreceu os bancos grandes. Como foge ao objetivo deste trabalho a investigação sobre as causas do desaparecimento de dezenas de bancos pequenos e médios, pode-se tecer alguns comentários sobre o crescimento dos bancos sobreviventes no período em estudo. Em primeiro lugar, o fato de que a própria regulamentação incentivou a formação de conglomerados financeiros favoreceu não apenas os bancos grandes, que passaram a liderar uma série de empresas coligadas dentro do Sistema Financeiro Nacional, mas também os bancos pequenos. Com efeito, conforme já mencionado, os bancos pequenos em 1964 podem ter crescido a uma taxa superior aos grandes, que passaram a diversificar suas atividades via conglomerados financeiros. Em segundo lugar, as restrições à expansão da rede bancária nos grandes centros financeiros é relativamente antiga, iniciando-se através da Instrução 33 da SUMOC, no princípio da década de 1950. Quando, em 1966, através da Resolução 43, o Banco Central restringiu mais ainda a possibilidade de expansão da rede de agências, e além disso fixava uma relação não excedente de 1 para 10 entre capital e depósitos, aí sim, foi virtualmente eliminada a expansão via agências para bancos pequenos localizados nos mais importantes centros financeiros do país⁹. A partir daí o processo de crescimento através de absorções começou a se tornar mais atrativo tanto para bancos que na época eram grandes ou médios, como até mesmo para alguns pequenos. Além disso, vale apostar que a legislação sobre fusões não se iniciou em 1966, mas surgiu pela primeira vez em 1951, na Instrução 37 da SUMOC, onde se garantia preferência especial a pedidos de fusões e incorporações de estabelecimentos bancários, repetindo-se tal manifestação constantemente nas regulamentações posteriores. De qualquer forma, quando após a criação

⁷ nas mais diversas áreas e representantes das classes civis. Entretanto, foram relativamente poucos os representantes dos bancos em postos de comando do Executivo, o que conduziu ao pensamento de que os ganhos dos banqueiros, pelo apoio à derrubada do regime em 1964, referem-se ao crescimento de suas empresas frente a uma regulamentação que protegia seus interesses. Contudo, é necessário frisar novamente que tal raciocínio é altamente especulativo, visto inexistir, dentro dos objetivos e informações deste trabalho, evidência que o sustente.

⁸ Carvalho (1979), p.84.

⁹ Vide Goodman (1969)

do Banco Central foram mais incentivadas as absorções, não foram apenas bancos pequenos que desapareceram, nem somente os grandes os absorvedores. Por fim, a alegação de Carvalho sobre a possibilidade de um menor número de bancos prejudicar a política econômica não se fundamenta. Ao contrário, foi sempre mais interessante para as Autoridades Monetárias sentar-se à mesa com pequeno número de banqueiros, visto que seu controle e fiscalização tornaram-se indubitavelmente mais seguros e mais fáceis.

Portanto, em resumo, quando o Banco Central impôs dificuldades à expansão da rede de agências, passou a facilitar as absorções como forma de crescimento para inúmeros bancos, sem preocupação de que a indústria bancária passasse a se transformar num oligopólio. Se, de um lado, atendia ao chamado interesse público e tornava mais ágil a negociação, visto diminuir o número de banqueiros, de outro lado propiciou aos bancos sobreviventes no período uma forma efetiva de expansão.

b.2) Pesquisas sobre economias de escala

Economias de escala representam reduções no custo unitário de produção, aparecendo quando o tamanho da unidade produtora aumenta. Em outras palavras, o significado das economias de escala é permitir aos grandes produtores produzir e vender seus produtos a um custo unitário menor, em relação aos pequenos produtores. As fontes principais para o aparecimento de economias de escala referem-se a uma série de fenômenos, tais como a especialização, a indivisibilidade de certos equipamentos, leis físicas, diversificação da produção, ou o privilégio alcançado pela empresa ao utilizar fatores de produção mais baratos. Os métodos mais usuais de medida das economias de escala residem na comparação da lucratividade de unidades produtoras de tamanhos diferentes, estudo do custo médio como função do tamanho, testes de sobrevivência e estimativas de um ponto de vista técnico, através de entrevistas com os engenheiros das empresas.

De um modo geral, os estudos sobre o assunto existem em grande número, e uma resenha bastante completa pode ser encontrada nos compêndios sobre Organização Industrial¹⁰. No caso específico dos bancos comerciais, foram feitas também diversas análises, referindo-se principalmente a estabelecimentos bancários dos E.U.A. Tais estudos, através de instrumental econométrico adequado, mostram a existência de economias de escala para os maiores bancos comerciais. O quadro 1, extraído do trabalho de Maurer (1980), resume as características mais importantes dos estudos sobre economias de escala de bancos comerciais efetuados nos E.U.A.

Em termos de Brasil, a partir de 1967 começa a surgir uma preocupação acadêmica com economias de escala nos bancos comerciais. Até 1974 foram desenvolvidos alguns estudos, quase todos eles concluindo pela existência do fenômeno. O quadro 2, também extraído do trabalho de Maurer (1980), apresenta as características principais dos estudos em foco.

O trabalho pioneiro nesse sentido foi realizado por Moura (1967), mas revelou-se inconclusivo. Carvalho (1968) por sua vez, considerou lícita a existência de economias de escala nos bancos brasileiros, mas alertava ser impossível a construção de uma curva de custos médios para o setor bancário como um todo. Goodman (1969) também analisou o problema, mostrando indícios da presença de economias de escala. Os trabalhos mais conhecidos, entretanto, aparecem a partir do estudo exaustivo de Bouzan (1972), apoiando-se em modelos e técnicas desenvolvidas principalmente nos E.U.A. Vital (1973) e Meirelles (1974), embora usando técnicas distintas, concluíram pela existência de economias de escala; a idêntica conclusão chegou Alves (1974)¹¹.

¹⁰ Por exemplo, Scherer (1971), Shepherd (1979).

¹¹ Mais recentemente, Maurer (1980) pesquisou o assunto para o caso do Banco do Brasil, alcançando resultados positivos.

QUADRO 1 - Pesquisas sobre economias de escala nos E.U.A.

Autor	Modelo	Produto bancário	Tamanho dos bancos		Variáveis explicativas do modelo	
Alhadeff (1954)	rel.custos/ativos	ativos rentáveis e depósitos	Depósitos		Depósitos	
Horvitz ^{1/}	rel.custos/ativos	ativos rentáveis e depósitos	Depósitos		Depósitos	
Schweiger-McGee ^{2/}	função custo	ativos totais e depósitos	Depósitos		Depósitos, Dep. a prazo/Dep. totais, estrutura dos ativos rentáveis, cresc. dos ativos e variáveis estruturais.	
Gramley ^{3/}	função custo	ativos totais	ativos totais		Idênticas às de Schweiger-McGee e também ativos totais.	
Greenbaum ^{4/}	função custo	receitas ponderadas	Depósitos		receitas ponderadas/ativo total	
Powers ^{5/}	função custo	receitas ponderadas	Depósitos		receitas ponderadas	
Benston ^{6/}	função custo	seis produtos diretos medidos pelo nº de contas e três produtos indiretos medidos pelo ativo total.	-		nº de contas, ativo total, tamanho das contas, estrutura, homogeneidade, salários, risco.	
Bell-Murphy ^{7/}	função custo	nove produtos diretos medidos pelo nº de contas e ativo total para os custos indiretos.	-		Idênticas às de Benston	
Mullineaux ^{8/}	função lucro	ativos rentáveis e serviço de guarda de valores.	Despesas de mão- veis e utensí- lios/nº de agên- cias		preços dos produtos e dos fatores variáveis, e quant.de fatores fixos.	

Fonte: Maurer (1980)

Notas do QUADRO 1

- 1 - Horvitz, P.M. - "Economies of Scale in Banking". Private Financial Institutions. Commission on Money and Credit, New Jersey: Prentice-Hall, 1964, pp.1-54.
- 2 - Schweiger, I. e McGee, J.S. - "Chicago Banking". The Journal of Business, 34, jul (1961), pp.203-366.
- 3 - Gramley, L.C. - A Study of Scale Economies in Banking, Kansas City: Federal Reserve Bank of Kansas City, 1962.
- 4 - Greenbaum, S.I. - Banking Structure and Costs: A Statistical Study of the Cost-Output Relationship in Commercial Banking. Ph.D.Dissertation, Johns Hopkins University, 1964.
- 5 - Powers, J.A. - The Existence of Economies of Structure and Economies of Scale in Commercial Banking. Ph.D.Dissertation, Purdue University, 1966.
- 6 - Benston, G.J. - "Economies of Scale and Marginal Cost in Banking Operations". National Banking Review, 2, jun (1965), pp.507-549.
- 7 - Bell, F.W. e Murphy, N.B. - Economies of Scale in Commercial Banking. Boston: Federal Reserve Bank of Boston, 1967.
- 8 - Mullineaux, D.J. - "Economies of Scale and Organizational Efficiency in Banking: A Profit-Function Approach". The Journal of Finance, 33, mar (1978), pp. 259-280.

QUADRO 2 - Pesquisas sobre economias de escala no Brasil

Autor	Modelo	Produto bancário	Tamanho dos bancos	Variáveis explicativas	
				do modelo	
Moura (1967)	custos/depósitos	Depósitos	Depósitos	Depósitos	
Carvalho (1968)	custos/ativos e receita/ativos	Ativos totais	Ativos	Ativos e receitas	
Meirelles (1974)	função de custo	Ativo total, empréstimos e depósitos	Depósitos	Depósitos, salários, nº de agências, estrutura do ativo, nº de funcionários, nº de contas de depósitos.	
Vital (1973)	função de produção	Receitas e lucro	Depósitos	Realizável, empréstimos, imobilizado, ativos líquidos, recursos próprios, depósitos totais, redescontos, nº de agências e de funcionários.	
Alves (1974)	função lucro	Três grupos: I - Depósitos totais, empréstimos, recursos emprestáveis II - Operações cambiais e prestação de serviços III - Títulos governamentais	Depósitos	Depósitos, empréstimos, recursos emprestáveis, receitas de câmbio e prestação de serviços, aplicações em títulos, nº de agências, nº de funcionários, salários, taxa de crescimento, taxa de juros, depósitos a prazo, patrimônio líquido e ativo total.	

Fonte: MAURER (1980)
vide texto

Em resumo, praticamente todos os trabalhos empenhavam-se em provar a ocorrência daquele fenômeno quando os estabelecimentos bancários aumentavam as dimensões de sua estrutura produtiva. Cedo se percebeu, entretanto, que muitas daquelas conclusões pecavam por simplicidade. Sayad (1976) argumentou que tais estudos empíricos eram teoricamente incompletos e econometricamente insatisfatórios, levantando a hipótese de que os bancos buscavam aumentar seu tamanho não pelo fato de poderem contar com economias de escala, mas sim estimulados pela regulamentação imposta pelas Autoridades Monetárias. Carvalho (1979), por sua vez, repensou o assunto, e apresentou uma excelente crítica sobre alguns daqueles trabalhos pioneiros, mostrando não haver evidência empírica suficiente para concluir sobre a presença de economias de escala nos bancos comerciais brasileiros. Portocarrero de Castro (1981) também ofereceu uma contribuição crítica a respeito dos resultados daqueles primeiros estudos sobre o assunto, destacando que, por suas limitações, a questão ainda permanece em aberto.

Na época em que se desenvolveram tais estudos, a regulamentação governamental era plenamente favorável às fusões e incorporações, já discutidas em seção anterior. Em 1972, artigo no Jornal do Brasil¹² enumerava uma série de vantagens decorrentes da aglutinação dos bancos, argumentando que o aumento da produtividade dos bancos comerciais ligava-se à concentração de capital e de investimentos, a qual, por sua vez, constituir-se-ia em requisito básico para que os componentes do sistema bancário alcançassem economias de escala. A redução dos custos desses intermediários financeiros propiciaria, portanto, que desempenhassem suas funções mais eficientemente, traduzindo tal eficiência uma redução nas taxas de juros.

Assim, nas palavras de Bouzan (1972), "... toda uma série de leis e portarias publicadas pelo governo, favorecendo as empresas em geral e os bancos comerciais em particular, tinham por objetivo provocar melhor racionalização do sistema e, conseqüentemente, aumentar-lhe a eficiência. Aparentemente, o símbolo

¹² L.Carvalho e Mello F? - "Ao longo do Tempo, a Concentração", Jornal do Brasil, 31.03.72, p.25.

de toda essa política pode ser traduzido como um esforço na busca de economias de escala"¹³. Por outro lado, os estímulos à redução do número de agências seriam também os de produzir economias, da da a crença de existir grande quantidade de agências deficitárias no país.

Em resumo, a possibilidade de existirem economias de escala nos bancos comerciais brasileiros quando estes aumentas sem de tamanho poderia ser considerada uma hipótese viável que influenciou o crescimento dos estabelecimentos bancários. Entre tanto, parece claro que as referidas economias de escala se constituíram muito mais num mito do que em realidade, e se tornaram um pretexto para a regulamentação que tanto favoreceu o crescimento dos bancos até 1976.

Parece, portanto, que, a despeito de muitos estudiosos do assunto terem aventado a hipótese em foco, com respaldo do próprio Governo, pouco se pode concluir nesse sentido. Consequentemente, pensar nesse tipo de fenômeno como indutor do crescimento dos estabelecimentos bancários é algo que habita mais o terreno do imaginário, sem comprovação empírica adequada, pelo menos até o momento. Em geral, conforme apontado por Sayad (1975) e Coentro Fº. (1980), tais estudos nem ao menos levaram em consideração a natureza multi-produtora e multi-plantas das firmas da indústria bancária.

¹³ Bouzan (1972), p.55.

b.3) Pesquisas sobre concentração

Outro tema abordado frequentemente diz respeito à concentração dentro do sistema bancário, motivada pela notória redução do número de matrizes bancárias desde 1964. Assim, Carvalho (1968) concluía que as regulamentações legais foram fator decisivo para aumentar a concentração bancária, através dos estímulos às fusões e incorporações, mantendo o mesmo ponto de vista em trabalho posterior (Carvalho (1979)). Goodman (1969), analisando o fenômeno da concentração, apesar de considerá-la importante aspecto da estrutura bancária foi o primeiro a apontar suas limitações, realizando uma crítica teórica ausente em outros trabalhos. Bouzan (1972) também focalizou o assunto, preocupando-se com as implicações patrimoniais da concentração bancária. Meirelles (1974) fez uma análise interessante sobre a evolução da concentração bancária, enriquecida pela utilização de conceitos menos tradicionais refletindo o fenômeno. Complementarmente, Meirelles (1975) utilizou um instrumental bastante complexo para prever a estrutura bancária que emergiria da estrutura então existente, baseando-se em distribuições de probabilidade de crescimento dos bancos comerciais. Já em trabalho anterior, Meirelles (1974) também havia descrito o processo de concentração dos estabelecimentos bancários, ligando-o com a obtenção de economias de escala. Fonseca e Sanvicente (1977) também estudaram o assunto, preocupando-se em quantificar a concentração, enquanto Coentro F9. (1979) abordou o problema de um ponto de vista evolutivo, remontando a 1945 e destacando o papel da inflação. Portocarrero de Castro (1981) também realizou um amplo estudo sobre o assunto, mas seu maior mérito foi realizar um levantamento de informações suficientes para a construção de índices indicadores da concentração. A grande controvérsia ligada à concentração ainda não foi resolvida, mas teve início com a posição de Sayad (1976) e liga-se à causa básica do aumento da concentração. Para Sayad, a redução no número de bancos deveu ao controle das taxas de juros exercido pelo Banco Central; como os bancos pequenos realizavam negócios de maior risco, cobravam taxas maiores e sofriam com frequência crises que provocariam sua absorção por bancos maiores. Carvalho (1979) refutou essa opinião, recebendo o endosso de Portocar

rero de Castro (1981), alegando, como já citado, o papel estimulante da regulamentação, traduzido por estímulos a fusões e incorporações, e restrições à expansão da rede de agências.

b.4) Outras pesquisas

Alguns estudos, apesar de terem natureza algo diversa dos mencionados até aqui, também tinham a preocupação de avaliar o desempenho dos bancos comerciais ou pesquisar sua evolução histórica. Um desses trabalhos foi realizado por Christoffersen (1969), consistindo basicamente de uma pesquisa empírica comparando taxas de juros e custos bancários, para estabelecimentos de tamanhos diferentes, e sob condições inflacionárias. Por seu turno, Levy (1972) realizou um trabalho simples mas bastante sério sobre a história dos bancos comerciais no Brasil. Aliás, esse enfoque histórico também recebeu atenção em capítulo específico do trabalho de Bouzan (1972). Trabalhos abrangendo temas e períodos mais específicos foram realizados por Bielchowsky (1975) e Costa (1978): o primeiro abrange o período 1935-1962, inserido na análise da industrialização brasileira; o segundo faz um apanhado histórico dos bancos de Minas Gerais desde a Primeira República até 1964.

No que se refere a fusões e incorporações, além de um boletim do Banco Central publicado em 1970, existem poucas publicações que façam um apanhado completo e sistemático sobre as absorções de estabelecimentos bancários entre 1964 e 1976. As mais conhecidas são falhas, como a obra de Fontenla (1975), um apaixonado pelo conhecimento, sem pretensões científicas, sobre os bancos comerciais. Outras são incompletas, como o trabalho de Barelly (1978), que por se tratar de um estudo sobre distribuição funcional da renda nos bancos comerciais, não tinha intenções de descrever com minúcias as absorções de estabelecimentos bancários. Outros textos, de caráter jornalístico, como os publicados na Gazeta Mercantil (1974) e nos Anuários Banas, são também incompletos e incorrem em alguns erros.

CAPÍTULO II - A INDÚSTRIA BANCÁRIA

Para compreender adequadamente como era constituída a indústria bancária em 1964 e como ela evoluiu até 1976, é necessário, primeiramente, caracterizar seus elementos e, em seguida, analisar como eles se transformaram no decorrer do período. A tarefa deste capítulo é a de mostrar como era a indústria bancária naquelas datas e descrever as modificações mais importantes ocorridas entre ambas. A primeira seção especifica a indústria bancária em termos conceituais, discutindo alguns de seus aspectos mais relevantes; a segunda seção apresenta os bancos comerciais existentes em 1964 e 1976, distribuídos por controle de capital e tamanho; a terceira seção descreve as modificações na estrutura da indústria bancária entre 1964 e 1976; finalmente, a quarta seção estuda alguns aspectos da concentração bancária enquanto medida estrutural.

a) Esclarecimentos básicos

A maior parcela dos bancos comerciais no Brasil é constituída de firmas multi-plantas, ou seja, bancos constituídos não apenas por sua matriz mas também por agências espalhadas geograficamente por cidades (no caso de grandes cidades, por bairros e até por vias públicas num mesmo bairro), praças, Estados e em alguns casos até fora do país. Alguns estabelecimentos, principalmente os chamados bancos pequenos, não têm rede de agências, e são constituídos apenas por suas sedes, atuando em âmbito regional de pequeno alcance.

Todos eles, entretanto, são multi-produtores, visto que oferecem uma gama de serviços bastante heterogêneos, cujo peso, qualidade de composição é variável no tempo. Além disso, é possível acreditar que, na mente dos consumidores dos serviços bancários, estes tenham pouca ou nenhuma substitutibilidade, no sentido de que fala Chamberlin¹⁴. Também existem óbvias diferenças

¹⁴ citado em Alhadeff (1967), p. 362.

entre os bancos tidos como grandes e pequenos, e mesmo entre aqueles de igual porte, que podem levá-los a visões diferentes de seus clientes, compondo seu 'portfólio' de modo diferenciado. Tais razões, ao que parece, justificam a dificuldade de se proporcionar uma caracterização adequada da produção dos bancos. É claro que se pode argumentar a respeito de algumas possíveis medidas, revelando cada uma delas uma faceta especial dos negócios bancários. Contudo, são essas mesmas características que dificultam e até certo ponto tornam impossível sua agregação. As variáveis mais comumente utilizadas para representar a produção dos bancos na literatura econômica referem-se a ativos (Carvalho (1968), Meirelles (1974)), ativos rentáveis (Alhadeff (1954), Goodman (1969)), ativo realizável (Meirelles (1969)), depósitos e receita etc. Uma ampla resenha discutindo o assunto é encontrada em Maurer (1980), e medidas alternativas são analisadas em Speagle e Kohn (1958).

No que se refere ao mercado, a apreciação tem que ser mais cuidadosa. A linha comum de discussão dos conceitos de mercado exige como primeira condição a existência de um produto específico e, em segundo lugar, a interação entre vendedores e compradores. A primeira condição foi brevemente analisada, tornando-se desnecessário repetir a problemática que envolve a identificação do produto bancário. A segunda condição, por sua vez, exige a subdivisão entre o lado da oferta e o lado da demanda. Do lado da oferta, apesar de sabermos que os bancos comerciais oferecem um cesta de serviços mais ampla do que qualquer outra instituição financeira, é patente que outros intermediários podem oferecer bons substitutos para alguns serviços específicos oferecidos pelos bancos. Nesse sentido, um mercado bancário deveria referir-se a qualquer mercado em que os bancos sejam produtores, inclusive aqueles em que instituições não-bancárias também sejam ofertantes. Em resumo, do lado da oferta, o ponto importante para definir o mercado é a identificação do produto e das firmas que oferecem esse produto, incluindo aquelas que concorrem com os bancos comerciais. Do lado da demanda, a tarefa relevante é identificar os clientes importantes para todas as instituições concorrentes. Isso asseguraria que todas as instituições reagiriam a condições comuns de demanda e também que

parcela dos clientes de cada uma vissem as outras como fontes al
ternativas de serviços financeiros. Após essa tarefa, estaríamos
em condições de conhecer detalhadamente mercados locais, regio
nais e nacional. Essa tarefa, entretanto, é ao mesmo tempo árdua
e ingrata. Por um lado, o Banco Central não publica dados nesse
nível, nem os bancos comerciais se interessam pela divulgação de
informações tão minuciosas. De outro lado, podem surgir objeções
que pretendam invalidar as afirmações, visto que as instituições
não-bancárias, a rigor, não produzem bons substitutos para todos
os serviços bancários, além de estarem longe de produzir a diver
sidade de serviços que os bancos oferecem.

Em consequência, ao se proceder neste capítu
lo à análise da estrutura bancária do Brasil, é importante aler
tar para a diferença entre estrutura bancária e estrutura de mer
cado¹⁵. Enquanto esta última inclui todas as firmas fornecedoras
num determinado mercado, a estrutura bancária se refere a todos
os bancos localizados numa área geográfica particular. Portanto,
embora se assegure a existência de apenas uma estrutura bancária
numa determinada área, os bancos componentes dessa estrutura po-
dem ser incluídos em tantas estruturas de mercado quantos forem
os mercados bancários em que eles operem. Como o objetivo deste
trabalho é realizar um estudo sobre o crescimento recente dos ban
cos comerciais no Brasil, e nesse sentido visualizar os bancos
enquanto empresas, não há interesse em procurar analisar a estru
tura dos mercados em que cada banco atua, mas sim localizar os
bancos dentro de um elenco mais amplo, ou seja, a estrutura ban
cária, considerando como área geográfica pertinente o território
brasileiro. Assim, não será relevante, para o propósito deste
trabalho, que bancos pequenos ou bancos regionais não façam con
corrência com os bancos maiores, ou que caixas econômicas concor
ram com bancos comerciais pela captação de depósitos em muitas
localidades. O importante é destacar como se modificou a estru
ra bancária no período escolhido, e nesse sentido se utilizará co
mo sinônimo o termo estrutura da indústria bancária. Em outras
palavras, a indústria bancária, para o propósito da análise que
segue, refletirá o conjunto dos bancos comerciais, o que signifi

¹⁵ Conforme Alhadeff (1967).

ca que todos os bancos comerciais pertencem à indústria bancária.

Nesse sentido, é importante frisar que o estudo abrange não apenas os bancos privados como também os oficiais.¹⁶ É muito comum separar estes últimos como um grupo de pouca expressão, quando se fazem análises a respeito de bancos comerciais no Brasil. Em outras palavras, grande parte dos estudos sobre o assunto centraliza sua atenção sobre os bancos comerciais privados, sob alegação de que os bancos públicos têm natureza diferente dos privados, composição de seu ativo e passivo também diferenciada, e outros motivos não menos importantes. A despeito de tais ponderações, porém, julgou-se que um estudo sobre crescimento de estabelecimentos bancários, abrangendo todas as modificações ocorridas dentro da estrutura da indústria que os congrega, não poderia deixar de levar em consideração os bancos públicos. Com efeito, esses bancos, além de estarem sujeitos a regulamentação praticamente idêntica, com relação aos bancos privados, concorrem com estes últimos numa ampla gama de serviços oferecidos. Além disso, alguns bancos públicos foram responsáveis por incorporações consideráveis, e não faria muito sentido, portanto, excluí-los da análise.

Assim, a estrutura da indústria bancária abrange o conjunto dos chamados bancos comerciais, e, sempre que possível, a análise tentará fazer alguns cortes para comparar grupos de bancos, como bancos privados, bancos públicos e bancos estrangeiros.

Finalmente, cabem algumas considerações sobre o que significa o termo tamanho dos bancos comerciais. Assim como existem algumas dificuldades para especificar a produção bancária, há também problemas quando se tenta caracterizar o tamanho dos bancos. Com efeito, ao nos preocuparmos com o crescimento dos bancos, é claro que temos de levar em consideração o fato de que eles aumentaram o número de agências, de empregados e de correntistas,

¹⁶

Perante a legislação, os bancos classificam-se em quatro categorias:
 a) público federal: aquele cuja maioria do capital social pertence à União;
 b) público estadual: aqueles criados por lei específica, e cuja maioria do capital social pertence ao Estado onde tenham sede;
 c) privado nacional: aqueles constituídos e sediados no país, seja a maior parte de seu capital social possuída por pessoas físicas ou jurídicas

multiplicaram suas receitas e seus lucros, ampliaram seus ativos e diversificaram suas atividades. Entretanto, o traço comum em todos esses "crescimentos" reside no fato de que todos eles aumentaram seu tamanho. Embora possa parecer um raciocínio simples, quando uma firma cresce ela está aumentando seu tamanho; em outras palavras, parecem estar altamente correlacionados o aumento do tamanho com qualquer variável representativa do crescimento. Na verdade, tamanho e crescimento são, respectivamente, as expressões estáticas e dinâmica do mesmo fenômeno econômico, ou seja, o tamanho é a expressão histórica do crescimento num determinado ponto no tempo.¹⁷

Embora poucos, os estudos a respeito do crescimento dos bancos identificam a variável crescimento com a variação no volume de depósitos (Rhoades e Yeats (1974)), empréstimos (Bries (1973)) e ativos (Alhadeff (1964)). Por sua vez, outros artigos e estudos sobre bancos identificam o tamanho dos bancos com depósitos (Moura (1967), Meirelles (1969), Vital (1971), Alves (1974), Alhadeff (1954)), ou ativos (Carvalho (1968)). Alves (1974), em estudo do Sindicato dos Bancos do Estado da Guanabara, mediu o tamanho dos bancos pelo montante de seus depósitos e segundo seus ativos reais, alcançando, para ambos os critérios, uma ordenação similar, ... "daí porque a escolha da primeira variável não deverá implicar resultados diferentes daqueles que seriam obtidos caso a última tivesse sido utilizada".

Neste estudo, optou-se pelo volume de depósitos como variável representativa do tamanho dos bancos e, a exemplo do estudo de Rhoades e Yeats (1974), admitiu-se a relação entre o aumento no volume de depósitos e o crescimento dos bancos comerciais. Uma restrição a essa escolha poderia referir-se ao fato de que os bancos estrangeiros no Brasil têm estrutura de captação de recursos um pouco diferente daquela dos bancos nacionais, visto que os recursos externos representam parcela considerável de seu passivo. Entretanto, preferiu-se utilizar a medida de depósitos como representativa de seu tamanho, a fim de tornar possíveis as

¹⁶ brasileiras, seja por estrangeiras;

d) público ou privado estrangeiro: aqueles formados pelas dependências de bancos constituídos e sediados no exterior.

¹⁷ conforme Eatwell (1971)

comparações. Por outro lado, mesmo ocorrendo o risco de obter algum viés, subdimensionando o tamanho dos bancos estrangeiros, acredita-se que o crescimento dos depósitos não leva a distorções de vulto nas conclusões. Raciocínio análogo pode também ser utilizado para o caso dos bancos oficiais.

b) Características estruturais - 1964 e 1976

A identificação completa das firmas de uma indústria possibilita estudar não apenas como elas se distribuem por tamanho, como também em termos da natureza do controle de seu capital social. Em outras palavras, as firmas podem ser classificadas arbitrariamente em grandes, médias e pequenas; além disso, podem ser também caracterizadas como privadas nacionais, estrangeiras e estatais. Grupamentos complementares podem também ser construídos, combinando-se ambos os critérios de classificação. Tal procedimento, longe de pretender ser uma prática repetitiva, visa fornecer uma radiografia inicial da indústria que agrega tais firmas, com a intenção de verificar a extensão em que a indústria é dominada por certo tipo de firmas.

No Brasil, a despeito do Banco Central ter sido criado no final de 1964, durante algum tempo os dados referentes ao número de estabelecimentos bancários foram publicados no Anuário Estatístico do IBGE, fornecidos pelo Centro de Informações Econômico-Fiscais do Ministério da Fazenda. Entretanto, já a partir de 1968 existem informações sistematicamente publicadas nos relatórios anuais do Banco Central. Isso, ao que parece, motivou muitos desencontros, visto que ambas as fontes certamente utilizavam critérios diferentes. Em decorrência, muitos estudos consideram que em 1964 existiam 328 estabelecimentos bancários quando isso não é verdade; esse número abrange apenas as matrizes de bancos públicos e privados nacionais, inclusive o Banco Nacional da Habitação e o Banco Nacional de Crédito Cooperativo¹⁸. Assim, excluindo essas duas institui-

¹⁸ conforme Relatório Anual do Banco Central de 1965.

ções e incluindo as filiais de bancos estrangeiros, o número correto de estabelecimentos bancários em dezembro de 1964 seria de 334. Contudo, após uma pesquisa na Revista Bancária Brasileira de 1964 e 1965, bem como nos exemplares disponíveis do Anuário Banas - Brasil Financeiro, constatou-se a presença de mais dois bancos privados nacionais que desapareceram no início de 1965. Portanto, o verdadeiro número de bancos comerciais em 1964 parece ser de 336, incluindo-se nestes os estrangeiros, os privados nacionais e os públicos (federais e estaduais). Decorridos doze anos, o número de estabelecimentos bancários no Brasil era de 106, caracterizando-se, pois, uma fortíssima redução no número de matrizes e filiais dos bancos comerciais. O Apêndice Estatístico, descreve os bancos existentes em ambas as datas estudadas.

A distribuição dos bancos por controle de capital é resumida na Tabela 5, seguindo-se uma breve descrição de cada grupo.

nº de
bancos

340

320

300

280

260

240

220

200

180

160

140

120

100

80

60

40

20

0

Figura 1 - Número de estabelecimentos bancários
em final de período

Nacionais

Estrangeiros

Públicos
estaduais

públ. federais

TABELA 5

Número de bancos em final de período

<u>Grupo</u>	<u>1964</u>	<u>1976</u>
Público federal	3	4
Público estadual	21	23
Estrangeiro (capital estritamente estrangeiro)	8	10
Privado nacional	304	69
capital estritamente nacional	285	50
maioria de capital nacional	13	13
maioria de capital estrangeiro	6	6
TOTAL	336	106

Fonte: Banco Central do Brasil
: Revista Bancária Brasileira

O grupo dos bancos públicos federais é o menos importante em termos numéricos, mas tem um peso relativamente grande dentro da indústria bancária, uma vez que um de seus componentes manteve-se como maior banco do país de 1964 a 1976. Em 1964 faziam parte desse grupo os seguintes bancos:

QUADRO 3

Bancos públicos federais em 1964

-
- . Banco do Brasil
 - . Banco do Nordeste do Brasil
 - . Banco da Amazônia
-

Em 1968 foi constituído o Banco de Roraima e, desde então, manteve-se o número de quatro bancos oficiais federais.

No que se refere aos bancos públicos estaduais, eram os seguintes os estabelecimentos desse grupo em 1964:

QUADRO 4

Bancos públicos estaduais em 1964

- . Banco do Estado de São Paulo
 - . Banco do Estado do Rio de Janeiro
 - . Banco do Estado do Paraná
 - . Banco do Estado do Rio Grande do Sul
 - . Banco de Crédito Real de Minas Gerais
 - . Banco do Estado da Bahia
 - . Banco do Estado de Santa Catarina
 - . Banco do Estado de Pernambuco
 - . Banco do Estado do Espírito Santo
 - . Banco do Estado de Goiás
 - . Banco do Estado do Amazonas
 - . Banco do Estado do Ceará
 - . Banco do Estado do Pará
 - . Banco do Estado da Paraíba
 - . Banco do Estado de Alagoas
 - . Banco do Estado de Mato Grosso
 - . Banco do Estado do Rio Grande do Norte
 - . Banco do Estado do Piauí
 - . Banco do Estado do Maranhão
 - . Banco do Estado de Sergipe
 - . Banco do Estado da Guanabara
-

Em 1976, com exceção do antigo Banco do Estado do Rio de Janeiro, havia mais os seguintes estabelecimentos: Banco do Estado do Acre, Banco Regional de Brasília, Banco do Estado de Minas Gerais e Banco do Estado do Rio de Janeiro (antigo Banco do Estado da Guanabara)

Quanto ao bancos estrangeiros, eram os seguintes esses estabelecimentos em 1964:

QUADRO 5

Bancos estrangeiros em 1964

- . Bank of London & South America
 - . Citybank N.A.
 - . First National Bank of Boston
 - . Banco Holandês Unido
 - . Banco de la Nación Argentina
 - . Banco Europeu para a América Latina (antigo Banco Ítalo-Belga)
 - . The Bank of Tokyo
 - . Banco Internacional (antigo The Royal Bank of Canada)
-

Em 1976, com exceção do The Bank of Tokyo e do Banco Internacional, havia no país também: Banco Alemão-Transatlântico, Banca Commerciale Italiana, Unión de Bancos del Uruguay e Agência Financeira de Portugal.

Os bancos privados nacionais, que constituem o grupo mais numeroso, podem ser identificados no Apêndice Estatístico, retirando-se aqueles pertencentes aos demais grupos e já relacionados anteriormente. Entretanto, parece importante distinguir a aqueles cujo capital se constatou parcela pertencente a residentes no exterior. Em 1964, tais estabelecimentos eram os seguintes:

QUADRO 6

Bancos com maioria de capital nacional em 1964

- . Banco Português do Brasil
- . Banco América do Sul
- . Banco Lar Brasileiro
- . Banco Tozan
- . Banco Aliança do Rio de Janeiro
- . Banco Comércio e Indústria de Minas Gerais
- . Banco Bandeirantes do Comércio
- . Banco Comércio e Indústria de São Paulo

- . Banco de São Paulo
 - . Banco Predial do Estado do Rio de Janeiro
 - . Banco Mercantil e Industrial do Paraná
 - . Banco Sul-Americano do Brasil
 - . Banco F. Matarazzo
-

QUADRO 7

Bancos com maioria de capital estrangeiro em 1964

- . Banco Francês-Italiano para a América do Sul
 - . Banco Francês-Brasileiro
 - . Banco Ultramarino Brasileiro
 - . Banco Ítalo-Suiço-Brasileiro
 - . Banco Sumitomo Brasileiro
 - . Banco Borges
-

Em 1976, eram os seguintes os bancos associados ao capital estrangeiro:

QUADRO 8

Bancos com maioria de capital nacional em 1976

- . Banco Itaú
 - . Banco Comércio e Indústria de São Paulo
 - . Banco Nacional
 - . União de Bancos Brasileiros
 - . Banco Econômico da Bahia
 - . Banco Noroeste do Estado de São Paulo
 - . Banco Cidade de São Paulo
 - . Banco Sul-Brasileiro
 - . Banco Francês-Brasileiro
 - . Banco Boavista
 - . Banco F. Matarazzo
 - . Banco Comércio e Indústria do Rio de Janeiro
 - . Banco de Crédito Real do Rio Grande do Sul
-

QUADRO 9

Bancos com maioria de capital estrangeiro em 1976

-
- . Banco Francês-Italiano para a América do Sul
 - . Banco Lar Brasileiro
 - . Banco de Tokyo
 - . Banco Mitsubishi Brasileiro
 - . Banco Internacional
 - . Banco Sumitomo Brasileiro
-

Acredita-se que a relação completa dos estabelecimentos em cujo capital havia participação estrangeira é maior, visto que em 1964 nem todos os bancos apresentavam em seu balanço uma discriminação completa nesse sentido. Por outro lado, não deixa de ser interessante acentuar que também bancos públicos apresentavam em seu capital pequena parcela pertencente a residentes no exterior. Esse era o caso do Banco do Estado de São Paulo em 1964; em 1976, eram cinco os bancos públicos em situação semelhante: Banco do Estado de São Paulo, Banco do Estado do Rio de Janeiro, Banco do Estado do Paraná, Banco de Crédito Real de Minas Gerais e Banco da Amazônia.

Complementarmente ao até aqui exposto, o ponto de maior interesse neste trabalho é a posição relativa dos bancos comerciais. Ou seja, interessa-nos conhecer a participação de cada um no total de depósitos dos estabelecimentos bancários. Esse procedimento facilita a comparação dos tamanhos dos bancos ao longo do tempo, visto que a utilização pura e simples de valores absolutos tornaria necessário encontrar um índice representativo do nível geral de preços adequado. Os bancos foram ordenados tanto no ano inicial como no ano final e, no total de depósitos, foram excluídos os valores referentes ao Banco do Brasil.

Como se sabe, o Banco do Brasil tem características bastante diferentes de todos os outros bancos comerciais, inclusive por ser também parte das chamadas Autoridades Monetárias,

de modo que não foram perdidas informações de vulto, para os propósitos deste trabalho, ao ignorar seus dados.

Após a ordenação decrescente dos bancos comerciais, adotou-se inicialmente o procedimento de identificar seu tamanho - grande, médio e pequeno - através de um critério arbitrário, mas engenhoso, semelhante ao utilizado por Hollanda¹⁹. Assim, os bancos grandes foram considerados aqueles cuja soma de depósitos correspondesse a aproximadamente um terço do total de depósitos de todos os bancos comerciais; os bancos médios seriam aqueles responsáveis pelo terço seguinte; o terço restante corresponderia aos bancos pequenos. Chegou-se, assim, aos seguintes quadros para 1964 e 1976:

QUADRO 10

Bancos comerciais em 1964 (exclusive Banco do Brasil)

<u>Grupo</u>	<u>Grande</u>	<u>Médio</u>	<u>Pequeno</u>
Público federal	1	-	1
Público estadual	2	2	17
Privado nacional	6	19	279
Estrangeiro	-	2	6
TOTAL	9	23	303

QUADRO 11

Bancos comerciais em 1976 (exclusive Banco do Brasil)

<u>Grupo</u>	<u>Grande</u>	<u>Médio</u>	<u>Pequeno</u>
Público federal	-	-	3
Público estadual	1	3	19
Privado nacional	3	8	58
Estrangeiro	-	-	10
TOTAL	4	11	90

¹⁹ S.B.Hollanda - "Estrutura Industrial no Brasil - Concentração e Diversificação". Trabalho apresentado no IX Encontro Nacional de Economia - ANPEC, 1981.

Em 1964, eram os seguintes os bancos considerados como grandes: Banco do Estado de São Paulo, Banco de Crédito Real de Minas Gerais, Banco da Lavoura de Minas Gerais, Banco Nacional de Minas Gerais, Banco Brasileiro de Descontos, Banco Mercantil de São Paulo, Banco Moreira Salles, Banco do Comércio e Indústria de São Paulo e Banco do Nordeste do Brasil.

Já em 1976, os bancos grandes constituíam um grupo substancialmente menor: Banco Brasileiro de Descontos, Banco do Estado de São Paulo, Banco Itaú e Banco Nacional.

Portanto, por esse enquadramento, que é puramente indicativo da distribuição dos bancos por tamanho, verifica-se que o número de bancos grandes e médios caiu pela metade, enquanto a redução no número de bancos pequenos foi bem maior.

Entretanto, embora esse critério seja interessante para descrever o tamanho dos bancos em dado momento, ele não se revela apropriado para comparações temporais, uma vez que não mostra o tamanho de cada banco e nem o papel que as absorções tiveram para seu crescimento. No capítulo referente ao crescimento dos estabelecimentos bancários faz-se uma tentativa de preencher tais lacunas, adotando-se novos critérios para discriminar os bancos por tamanho.

c) Modificações das características estruturais

A seção anterior deixou clara, ainda que de forma implícita, a ocorrência de modificações na estrutura da indústria bancária. A Tabela 6 mostra a dinâmica de tais modificações.

TABELA 6

Número de bancos em final de período

Grupo	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76
Público federal	3	3	3	3	4	4	4	4	4	4	4	4	4
Público estadual	21	22	23	24	24	24	24	24	24	24	24	24	23
Privado nacional	304	296	279	227	188	164	142	119	92	79	72	69	69
Estrangeiro	8	8	8	7	8	8	8	8	8	8	9	9	10
TOTAL	336	329	313	261	224	200	178	155	128	115	109	106	106
Absorções (1)		3	15	50	32	23	21	23	28	10	10	3	1
Desaparecimentos (2)		5	2	2	7	1	1						1
Aparecimentos (3)		1	1		2				1		1		2

Fonte: Banco Central do Brasil
vide texto

- (1) - incorporações, fusões e aquisições de fundos de comércio
- (2) - liquidações extra-judiciais e ordinárias, encerramento de atividades, cassações de carta-patente etc.
- (3) - bancos novos por concessão de carta-patente ou em decorrência de lei específica; não se referem a transformações (de privado em estatal ou de estrangeiro em nacional)
- (1), (2) e (3) ocorrem ao longo do período

Quando o número de bancos comerciais se reduz tanto em um período de doze anos, é evidente que nesse intervalo deve ter acontecido uma série de alterações, e é também intenção deste trabalho apresentar pelo menos as mais importantes, a fim de compreender a dinâmica que traduz tão importante período na economia brasileira.

Desde o final de 1964, o fato mais notável que envolve o conjunto dos bancos comerciais foi o desaparecimen-
to de uma série de estabelecimentos pequenos e médios, absorvidos por bancos maiores. Até onde foi possível fazer um levantamen-
to sobre o assunto, 219 bancos deixaram de existir no transcorrer do período, da forma acima descrita. É de se frisar que nem todos

esses 219 bancos foram absorvidos pelos bancos sobreviventes, visto que muitas vezes um banco absorvia outros em seu processo de crescimento, mas em determinado ano era absorvido por um outro banco maior, este sim sobrevivente. A Tabela 7 dá uma idéia da extensão do fenômeno. A segunda coluna descreve o número total de bancos que deixaram de existir em cada ano, por terem sido absorvidos. A terceira coluna mostra, para cada ano, o número de bancos absorvidos por bancos maiores que sobreviveram de 1964 a 1976.

TABELA 7

Número de bancos absorvidos no período

Ano	Bancos absorvidos	Bancos absorvidos por bancos sobreviventes
1965	3	3
66	15	4
67	50	18
68	32	10
69	23	15
70	21	11
71	23	15
72	28	22
73	10	9
74	10	10
75	3	3
76	1	1
TOTAL	219	121

Fonte: Banco Central do Brasil
Fontenla (1975)
vide texto

A fim de se tornar a análise mais simples, o termo absorção será utilizado daqui em diante para caracterizar todas as associações possíveis de bancos, desprezando-se o aspecto formal ou legal do evento. Assim, se o banco A incorporar o banco B, ou adquirir o fundo de comércio do banco C, a indicação no texto será a de que o banco A absorveu os bancos B e C. No caso de

ocorrer fusão, o banco absorvido será aquele que à época tiver menor volume de depósitos.

É claro que muitas absorções foram feitas por bancos que mais tarde foram absorvidos, e em alguns casos a cadeia é mais complexa ainda. Para tornar a análise mais prática , essas absorções "intermediárias" foram muitas vezes expurgadas do estudo, principalmente quando se quis levar em conta as absorções realizadas pelos bancos sobreviventes em todo o período, conforme a matéria que será exposta no próximo capítulo.

No Quadro 12 é apresentada a listagem completa das absorções que ocorreram a cada ano, de 1965 a 1976. Com apenas duas exceções, todos os bancos absorvidos eram bancos nacio nais privados.

QUADRO 12

ABSORÇÕES DE BANCOS COMERCIAIS NO BRASIL

ANO	BANCO INCORPORADO	BANCO INCORPORADOR	NOVA DENOMINAÇÃO
1965	Correia Ribeiro	Brasileiro de Descontos	
	Brasileiro de Goiás	Brasileiro de Descontos	
	Cidade de Juiz de Fora	Moreira Salles	
1966	Operador	Irmãos Guimarães	
	Lavoura e Com.Est.SPaulo	Nac.Paranã e S.Catarina	Nac.da Lavoura e Comércio
	Atlas	Português do Brasil	
	Econômico Nacional	Português do Brasil	
	Comércio	Português do Brasil	
	Mercantil do Nordeste	Comercial da Bahia	Comercial do Nordeste
	Com. e Ind. da Bahia	Crédito da Bahia	
	Sul-Americano do Brasil	Federal Itaú	Federal-Itaú Sul-Americano
	Marchesi	Português do Brasil	
	Comércio do Café	Auxiliar de São Paulo	
	Planalto de M.Gerais	Nac.do Com.de M.Gerais	Planalto de M.Gerais
	Comércio de M.Gerais	Nac.do Com.de M.Gerais	Planalto de M.Gerais
	Com'l. Ind'l.do Est.R.Jan.	Andrade Arnaud	
	Paraná	Estado do Paraná	
	Valença	Auxiliar de São Paulo	
1967	Cidade do R.Janeiro	Econômico da Bahia	
	Comercial do Brasil	Português do Brasil	
	Mercantil do R.Janeiro	Aliança do R.Janeiro	
	Nacional do R.Janeiro	Comercial do Paraná	
	Moscoso de Castro	Mineiro do Oeste	
	Auxiliar do Comércio	Português do Brasil	
	Com'l. e Ind'l. de M.Gerais	Com. e Ind. de S.Paulo	
	Mercantil de Pernambuco	Brasileiro de Descontos	
	Ribeiro de Carvalho	Ind'l. de Campina Grande	
	Aliança de São Paulo	Francês e Ital.p/Am.do Sul	
	Aliança do R.G.Sul	Agrícola de Cantagalo	
	Continental	Mercantil de Niterói	
	Oliveira Roxo	Nacional Brasileiro	

QUADRO 12

ABSORÇÕES DE BANCOS COMERCIAIS NO BRASIL

ANO	BANCO INCORPORADO	BANCO INCORPORADOR	NOVA DENOMINAÇÃO
1967	Freire Silveira	Bahia	
	Capital	Bahia	
	Rio Grandense de Exp.Econôm.	Bahia	
	Ítalo-Suíço Brasileiro	Bahia	
	Brasileiro de São Paulo	Brasileiro de Descontos	
	Segurança	Brasileiro de Descontos	
	Porto Alegrense	Brasileiro de Descontos	
	Santa Cruz	Mercantil de M.Gerais	
	Metrópole do R.Janeiro	Mercantil de M.Gerais	
	Merc'l e Ind'l do R.Janeiro	Merc'l e Ind'l do Brasil	Merc'l e Ind'l do R.Jar
	Auxiliar da Guanabara	Bordallo Brenha	
	Ilhéus	Com. e Ind. de M.Gerais	
	Rio	América	
	Com. e Ind. do Paraná	América	
	Mazza	Agrícola Mercantil	
	Curitiba	Província do R.G.Sul	
	Magalhães Franco	Província do R.G.Sul	
	Prado Vasconcellos Jr.	Província do R.G.Sul	
	Lino Pimentel	Mineiro	
	Mercantil da Guanabara	M.Gerais	
	Patriarca do Brasil	M.Gerais	
	Brazão de São Paulo	Mineiro do Oeste	
	Agrícola Mercantil	Moreira Valles	União de Bancos Brasil.
	Auxiliar de Crédito	Intercontinental do Brasil	
	Hipot.e Agr.Est. M.Gerais	Mineiro da Produção	Estado de M.Gerais
	Sul Mineiro	Anchieta	
	Geral de Finanças e Comércio	Lavoura de M.Gerais	
	Crédito Pessoal	Est.de São Paulo	
	Cordeiro	Est.de São Paulo	
	Pará	Est.de São Paulo	
	Brasileiro da Produção	Com. e Ind. de Pernambuco	
	Ribeiro Junqueira	Com. e Ind. de M.Gerais	

QUADRO 12

ABSORÇÕES DE BANCOS COMERCIAIS NO BRASIL

ANO	BANCO INCORPORADO	BANCO INCORPORADOR	NOVA DENOMINAÇÃO
1967	País	Com. e Ind. de M.Gerais	
	Agrícola Nacional	Merc'l e Ind'l de S.Paulo	
	Crédito Nac. de Guanabara	Crédito Nacional	
	Riachuelo	Bandeirantes do Comércio	
	Guanabara	Irmãos Guimarães	
1968	Independência	Auxiliar de São Paulo	
	Monteiro de Castro	Moreira Gomes	Geral do Brasil
	Anchieta	Crédito Nacional	
	Ind.e Com.de S.Catarina	Brasileiro de Descontos	
	Comércio de Campina Grande	Aliança	
	Teresópolis	Agrícola de Cantagalo	
	Cidade de Campinas	Auxiliar de São Paulo	
	Interamericano do Brasil	Mineiro	
	Crédito Pessoal do Brasil	Nobre de M.Gerais	
	Colonial de São Paulo	Nacional do Norte	
	Com. e Ind. de Sergipe	Comercial do Nordeste	
	Nacional da Lav. e Com.	Est. São Paulo	
	Mercantil da Metrópole	M.Gerais	
	Ipiranga	M.Gerais	
	Real Unido	M.Gerais	
	Mercantil Pan-Americano	Nacional Brasileiro	
	Andrade Pinto	Mineiro do Oeste	
	Giordano	Mineiro do Oeste	
	Planalto de M.Gerais	Minas Gerais	
	Agrícola e Industrial	Predial do Est.do R.Janeiro	
	Real do Norte	Mineiro do Oeste	
	Ind.e Com.da Guanabara	Merc'l e Ind'l do R.G.Sul	
	Leme Ferreira	Com. e Ind. de S.Paulo	
	Povo	Bahia	
	Agrícola de Cantagalo	Est. do R.Janeiro	
	Carioca do Comércio	Expansão Ind'l de S.Paulo	

QUADRO 12

ABSORÇÕES DE BANCOS COMERCIAIS NO BRASIL

ANO	BANCO INCORPORADO	BANCO INCORPORADOR	NOVA DENOMINAÇÃO
1968	Crédito Mercantil	Ind'l de Campina Grande	
	Agro-Mercantil de Alagoas	Crédito da Bahia	
	Borges	Nacional de S.Paulo	
	Real do Progresso	Merc'l e Ind'l de S.Paulo	
	Comercial Agro-Pecuário	Português do Brasil	
	Meridional	Econômico da Bahia	
1969	Produção Riograndense	Duque de Caxias	
	América	Federal-Itaú-Sul-Americano Itaú-América	
	Líder de M.Gerais	Geral do Comércio	
	Alfomares	Est. do Paraná	
	Prod.do Est. São Paulo	Progresso de M.Gerais	
	Real de Crédito	Cidade de São Paulo	
	Pareto	Crédito Nacional	
	Araújo	Bordallo Brenha	
	Ultramarino Brasileiro	Andrade Arnaud	
	Real de Pernambuco	Est.R.G.Sul	
	Vaz	Merc'l e Ind'l do R.Jan.	
	Irmãos Malzoni	Est. São Paulo	
	Trabalho	Ind'l de Campina Grande	
	Renascença	Santos	
	Maranhão	Com. e Ind.de Pernambuco	
	Stein	Cidade de São Paulo	
	Francisco Telles	Merc'l e Ind'l do Paraná	
	Financiador	Almeida Magalhães	
	Comercial do Nordeste	Auxiliar de São Paulo	
	Mercantil de Niterói	Lavoura de M.Gerais	
	Metrópole de Descontos	Est. do Pará	
	São Carlos	Cidade de São Paulo	
	J.Nigro	Est. de São Paulo	
1970	Valores	Mercantil de Descontos	
	Brasil.do Oeste de M.Gerais	Bahia	

QUADRO 12

ABSORÇÕES DE BANCOS COMERCIAIS NO BRASIL

ANO	BANCO INCORPORADO	BANCO INCORPORADOR	NOVA DENOMINAÇÃO
1970	Cearense do Com. e Ind.	Com. e Ind. de S.Paulo	
	Americano de Crédito	Geral do Comércio	
	Intercontinental do Brasil	Est. São Paulo	
	Liberdade	Mineiro	
	Aliança	Itaú-América	
	Predial do Est.R.Janeiro	União de Bancos Brasileiros	
	Merc'l e Ind'l do Nordeste	Merc'l e Ind'l do R.Janeiro	
	Com'l e Hipot.de Campos	Merc'l e Ind'l do R.Janeiro	
	América Latina	Expansão Ind'l de S.Paulo	
	Sul do Brasil	Est.R.G.Sul	
	Dumont	M.Gerais	
	Merc'l e Ind'l de M.Grosso	Merc'l e Ind'l de São Paulo Bamerindus de S.Paulo	
	Vicente Fiorillo	São Caetano do Sul	
	Tibagi	Merc'l e Ind'l do Paraná	
	Merc'l e Ind'l de S.Catarina	Merc'l e Ind'l do Paraná	
	Merc'l e Ind'l do R.G.Sul	Merc'l e Ind'l do Paraná	
	Bordallo Brenha	Andrade Arnaud	
	Comercial do Pará	Bahiano da Produção	Comercial da Produção
	Mercantil do Norte	Bahiano da Produção	Comercial da Produção
1971	Nobre de M.Gerais	Est. da Guanabara	
	Financiador da Ind.e Com.	América do Sul	
	Cidade de Americana	América do Sul	
	Cidade de Santos	América do Sul	
	Bamerindus de São Paulo	Bamerindus do Brasil	
	Merc'l e Ind'l do R.Janeiro	Bamerindus do Brasil	
	Brasileiro do Atlântico	Nacional de M.Gerais	
	República	Nacional de M.Gerais	
	Grande São Paulo	Nacional de M.Gerais	
	Libanês do Comércio	Mercantil do Brasil	
	Econômico do R.Janeiro	Mercantil do Brasil	
	Coelho	Economia de S.Paulo	
	Piratininga	Economia de S.Paulo	

QUADRO 12

ABSORÇÕES DE BANCOS COMERCIAIS NO BRASIL

ANO	BANCO INCORPORADO	BANCO INCORPORADOR	NOVA DENOMINAÇÃO
1971	S.Gurgel	Econômico da Bahia	
	Administração	Crédito da Bahia	Bamerindus do Nordeste
	Agrícola da Alta Mogiana	Brasileiro de Descontos	
	Nova América	Brasileiro de Descontos	
	Villarino	Brasileiro de Descontos	
	Pagano	Est. de São Paulo	
	Melhoramentos de Jão	São Paulo	
	Brasul de São Paulo	Com'l do Est. São Paulo	Comercial Brasul
	Duque de Caxias	Nacional do Comércio	
	Lowndes	Intercâmbio Nacional	Halles Comércio e Ind.
1972	Tokyo	São Paulo - Tokyo	Tokyo
	Universal	Comércio Varejista	Comercial Aplik
	Geral do Brasil	Com.e Ind. de M.Gerais	
	Bamerindus do Nordeste	Bamerindus do Brasil	
	Brasileiro da Ind. e Com.	Bamerindus do Brasil	
	Brasil-América	Frizzo	Bozzanno, Simonsen
	Mineiro de Descontos	Halles Com. e Ind.	
	Auxiliadora Predial	Halles Com. e Ind.	
	Com. Ind. Northeriograndense	R.G.Norte	Est. R.G.Norte
	J.C. da Silva Leça	Santos	Safra
	Indústrias	Santos	Safra
	Auxiliar da Produção	Santos	Safra
	Comercial Brasul	Big-Univest	União Comercial
	Com.e Ind. da Am.do Sul	Comercial Ipiranga	
	Crédito Comercial	Brasileiro de Descontos	
	Imp. e Exp.do Ceará	Brasileiro de Descontos	
	Brasília	Nacional de M.Gerais	Nacional
	Comercial de M.Gerais	Nacional de M.Gerais	Nacional
	Nacional do E.Santo	Nacional de M.Cerais	Nacional
	Nacional de São Paulo	Nacional de M.Cerais	Nacional
	Nacional do Triâng.Mineiro	Nacional de M.Gerais	Nacional
	Sotto Maior	Nacional de M.Gerais	Nacional

QUADRO 12

ABSORÇÕES DE BANCOS COMERCIAIS NO BRASIL

ANO	BANCO INCORPORADO	BANCO INCORPORADOR	NOVA DENOMINAÇÃO
1972	Ind'l de Campina Grande	Mercantil de M.Gerais	
	Halles Com. e Ind.	Andrade Arnaud	Halles
	Com. e Ind. de Pernambuco	Econômico da Bahia	Econômico
	Cariri	Juazeiro	Industrial do Cariri
	Província do R.G.Sul	Nacional do Comércio	Sul Brasileiro
	Ind'l e Com'l do Sul	Nacional do Comércio	Sul Brasileiro
1973	Mineiro do Oeste	Brasileiro de Descontos	
	Boa Vista de São Paulo	Boa Vista	
	S.Magalhães	Boa Vista	
	Com. e Ind. da Paraíba	Bandeirantes do Comércio	
	Comercial da Produção	América do Sul	
	Pernambuco	Nacional do Norte	
	Português do Brasil	Itaú-América	Itaú
	São Caetano do Sul	Comercial do Paraná	
	Bahia	Brasileiro de Descontos	
	São Paulo	Est. de São Paulo	
1974	Econômico de M.Gerais	Mineiro	
	M.Gerais	Real	
	Crédito Territorial	Bamerindus do Brasil	
	Nacional do Com.de S.Paulo	Bamerindus do Brasil	
	Proprietários	Industrial do Cariri	Industrial do Ceará
	Áurea	Crédito Nacional	
	Mercantil do Brasil	Mercantil de M.Gerais	Mercantil do Brasil
	União Comercial	Itaú	
	Novo Mundo	Econômico	
	Halles	Est. da Guanabara	
1975	Comercial do Paraná	Bamerindus do Brasil	
	Com. e Ind. de M.Gerais	Nacional	
	Comercial Ipiranga	Crédito Nacional	
1976	Est. R.Janeiro	Est.da Guanabara	Est. do R.Janeiro

Fonte: Banco Central do Brasil
Fontenla (1975)
vide texto

No que se refere ao desaparecimento de bancos privados nacionais é apresentada a seguir uma relação de dezenove estabelecimentos que existiam em 1964, mas que perderam suas cartas-patentes ao longo do período até 1976. Não foi possível determinar a forma como ocorreram tais desaparecimentos, para ca da banco, nem a cada ano.

QUADRO 13

BANCOS COMERCIAIS "DESAPARECIDOS" DE 1964 A 1976

- . Banco Agro-Pastoril de Minas Gerais
 - . Banco Autocastro
 - . Banco Cívia
 - . Banco Comercial Brasileiro
 - . Banco Comercial do Estado da Guanabara
 - . Banco de Descontos do Rio de Janeiro
 - . Banco da Economia de São Paulo
 - . Banco Faro
 - . Banco Industrial Brasileiro
 - . Banco Interestadual do Brasil
 - . Banco Leônidas Moreira
 - . Banco de Operações Mercantis
 - . Banco Paulista do Comércio
 - . Banco Pan-Americano
 - . Banco Prolar
 - . Banco União
 - . Banco Mauá
 - . Banco Figueiredo Rocha
 - . Casa Bancária Excelsior de São Paulo
-

Fonte: vide texto

Esses bancos deixaram de existir pelos mais diversos motivos. Alguns passaram por um processo de liquidação (extra-judicial ou ordinária), outros simplesmente encerraram suas atividades e outros não tiveram suas cartas-patentes prorro gadas pelo Banco Central. A estimativa de seu número, a cada ano, descrita no quadro localizado no início deste capítulo, foi obti

da por resíduo.

Em todo o período, apenas oito novos bancos passaram a fazer parte da indústria bancária. Alguns foram criados em decorrência de lei específica (Banco do Estado do Acre, Banco Regional de Brasília e Banco de Roraima), outros por transferência de carta-patente (Banco Comercial Residência) e os restantes por concessão de carta-patente (Agência Financial de Portugal, Banca Commerciale Italiana, Unión de Bancos del Uruguay e Banco Alemão-Transatlântico).

d) A concentração como característica estrutural

Uma das formas mais comuns de caracterizar a estrutura de uma determinada indústria dá-se através da análise de seu grau de concentração. Assim, parece conveniente discutir alguns aspectos conceituais sobre o assunto, com a finalidade de embasar teoricamente a exposição sobre a estrutura da indústria bancária, feita nas seções anteriores deste capítulo. Além disso, é importante frisar que a discussão a seguir tem a finalidade de justificar o uso de um indicador que seja importante para entender como se modificou aquela estrutura ao longo do tempo.

Portanto, em primeiro lugar, parece valioso fazer uma distinção significativa. Muitos estudos medem a proporção em que pequeno número de firmas controla o total de da variável da indústria como um todo, o que representa a concentração absoluta, genericamente denominada de taxa de concentração.

As medidas de concentração absoluta são geralmente as mais utilizadas nos estudos econômicos, e principalmente naqueles que se referem à chamada concentração bancária; geralmente os dados referentes às maiores empresas de um dado setor são facilmente disponíveis e o indicador tem ampla acei-

tação. Entretanto, essa taxa de concentração é derivada da curva de concentração do setor analisado. Uma curva de concentração po de ser construída num gráfico cartesiano, onde o eixo horizontal mede o número de empresas concorrentes no setor em estudo, e o eixo vertical mede a variável escolhida em termos percentuais:

Figura 2 - Curva de Concentração

Do exposto, a taxa de concentração é simples mente um ponto na curva de concentração. Assim, a taxa não repre senta a distribuição total do tamanho das firmas, nem mostra o tamanho relativo das maiores. Além disso, podem ser construídas curvas de concentração ao longo do tempo; curvas à esquerda mos tram um aumento da concentração, e à direita uma diminuição. É óbvio que duas ou mais curvas podem se cruzar, o que dificulta mais ainda a escolha de um ponto como representativo da concentra ção na indústria. Além disso, as k firmas maiores em um ano po dem não ser as mesmas em outro ano, o que representa uma dificul dade adicional. Entretanto, do ponto de vista da análise dos pró ximos capítulos, a falha fundamental da taxa de concentração é que ela não mostra os efeitos da absorção de firmas, a não ser no que se refere às k maiores. Em outras palavras, se ocorrerem absorções envolvendo firmas não incluídas entre as k maiores, a proporção que estas mantêm da variável escolhida não se alterará necessariamente, e a taxa de concentração consequentemente perma necerá a mesma. Uma observação interessante sobre a curva de con centração foi apontada por Rosenbluth (1955), e refere-se à fal ta de uma medida sumária que utilize todos os seus pontos. Segun

do Rosenbluth (1955), isso tem sido utilizado muitas vezes como argumento para o uso de conceitos diferentes de concentração, tais como os índices de Herfindahl, Hirschman etc.

Usando o conceito de concentração absoluta, e laborou-se uma tabela das taxas de concentração em 1964 e 1976 para a indústria bancária, construindo-se em seguida as respectivas curvas de concentração.

TABELA 8

PARTICIPAÇÃO DOS DEPÓSITOS DOS MAIORES BANCOS SOBRE O TOTAL DE DEPÓSITOS*

Nº de maiores bancos	1964 (%)	1976 (%)
5	20,9	37,1
10	34,7	56,6
15	44,3	66,6
20	52,1	75,2
25	59,0	82,1

* exclusive Banco do Brasil

Fonte: vide texto

É evidente que a taxa de concentração aumentou ao longo do período em estudo, qualquer que seja o número de bancos escolhido. Por outro lado, a própria redução do número de estabelecimentos bancários contribuiu para um aumento da concentração bancária, visto que tal redução foi propiciada pelo elevado número de absorções ocorridas entre 1964 e 1976 envolvendo os maiores estabelecimentos. Tal postura é bastante frequente nos estudos sobre bancos comerciais no Brasil, e a evidência realmente nos conduz à mesma conclusão.

Adicionalmente, é de se ressaltar a utilidade da taxa de concentração para detetar práticas monopolistas numa

FIGURA 3 - Curvas de Concentração (exclusive Banco do Brasil)

% de depósitos

100

1976

1964

50

0

100

200

300

nº de banco

indústria; nesse caso, é evidente que o interesse principal recai sobre o comportamento das maiores firmas. Entretanto, sempre que se fala em concentração na indústria bancária, conforme os estudos já citados no presente capítulo, utilizando geralmente um indicador de concentração absoluta, não se menciona sequer a eventualidade de existência de práticas monopolistas. Nesse sentido, e conforme será discutido mais adiante, pode-se destacar também o fato de que a própria regulamentação imposta aos bancos comerciais no Brasil nunca foi alvo de preocupação nesse sentido.

Por outro lado, muitos estudos medem a concentração de forma diferente, considerando o percentual do número total de firmas que controla certo percentual de uma variável da indústria; neste caso, diz-se que a concentração é relativa²⁰.

As medidas de concentração relativa mais utilizadas referem-se às conhecidas curvas de Lorenz. Nestas, o eixo vertical mede o mesmo que a curva de concentração, mas o eixo horizontal mostra, de forma acumulada, o percentual de firmas na indústria, ordenadas da menor para a maior. As curvas de Lorenz podem ser resumidas numericamente através do coeficiente de Gini, que mede a área entre a linha de igual distribuição (a linha de 45°) e a curva de Lorenz. Tais medidas são muito mais representativas da desigualdade do que da concentração, e nesse sentido podem ser afetadas pelo número de firmas na indústria. No caso de haver uma absorção, mesmo não envolvendo as k maiores firmas, pode perfeitamente ocorrer uma redução no coeficiente de Gini ou, o que é a mesma coisa, ocorrer um deslocamento da curva de Lorenz para a esquerda, traduzindo, portanto, uma redução na desigualdade entre as firmas remanecentes.

No caso dos bancos comerciais brasileiros, a curva de Lorenz representativa de 1964, indica uma grande desigualdade entre os bancos existentes; por sua vez, a curva de 1976 mostra ter ocorrido uma redução na desigualdade.

²⁰ Utton (1971) pp.34-50

Figura 4
CURVAS DE LORENZ - 1964-1976

De modo geral, existem controvérsias sobre qual conceito de concentração é mais relevante para o estudo da estrutura de uma indústria. Os que advogam o uso da taxa de concentração (concentração absoluta) destacam o papel de poucas firmas grandes em muitos setores industriais. Para aqueles que preferem as medidas de desigualdade (concentração relativa) a compreensão completa da estrutura de uma indústria só é possível se forem conhecidas todas as suas firmas; além disso, tais medidas seriam mais vantajosas para comparações temporais.

Entretanto, foge ao interesse deste trabalho aprofundar-se no debate da concentração nesses termos. O que se pretende é aproveitar o esforço generalizado que vem-se desenvolvendo desde o final da II Guerra Mundial para encontrar uma forma adequada de medir a concentração em setores industriais. Diga-se de passagem que a maior parte desses estudos referem-se mais à concentração indicando a estrutura de mercado, mas conforme indicado em seção anterior

deste capítulo, por ser a definição de mercados no caso dos bancos comerciais bastante complexa (quando não impossível), o enfoque do conceito de concentração permite a opção de aplicá-lo à estrutura da indústria como um todo.

Assim, como um dos pontos centrais deste trabalho é verificar como o crescimento afetou a distribuição do tamanho dos bancos, adotou-se o critério de estudar a concentração da indústria bancária levando em conta a forma como se distribuíam por tamanho os bancos, tanto em 1964 como em 1976. Tal forma de estudar a concentração foi desenvolvido por Hart e Prais (1956), e consiste em utilizar a variância dos logaritmos do tamanho das firmas. Em outras palavras, se for possível assumir que a distribuição dos logaritmos do tamanho das firmas é normal, então a variância dos logaritmos representa uma medida da desigualdade ou dispersão do tamanho das firmas, e nesse sentido será designada daqui por diante como concentração relativa.

Existe uma linha de argumentação bastante ampla para justificar a escolha desse indicador neste trabalho. Em primeiro lugar, a distribuição lognormal tem sido utilizada em muitos campos da Economia, e no trabalho pioneiro de Gibrat (1931) aparecia, entre outros, o exemplo da distribuição de depósitos dos bancos comerciais. No caso do Brasil, os testes de adequação da distribuição do tamanho dos bancos à curva lognormal, tanto em 1964 como em 1976, revelaram-se significantes ao nível de 5%. Em segundo lugar, quando se quer conhecer mais profundamente uma indústria, a distribuição do tamanho das firmas passa a ser relevante e, nesse caso, a escolha de uma medida adequada da concentração depende do problema sob investigação; entretanto, é possível especificar algumas propriedades desejáveis da medida a ser escolhida, entre as quais se destacam o tratamento matemático, a possibilidade de de composição e o uso de distribuições amostrais. Assim, a variância dos logaritmos é bastante adequada, visto seu cálculo ser simples e inclusive possível para dados grupados; além disso, ela é facilmente decomposta, de modo que se pode estudar os efeitos de aparecimentos e desaparecimentos de firmas; finalmente, quando ocorrem

mudanças em sua magnitude, podem ser utilizados testes para medir a significância de tais variações. Outras vantagens referem-se à possibilidade de usar o modelo de regressão de Galton e atribuir mudanças em sua magnitude às taxas de crescimento médio das firmas. Além disso, a decomposição intra e entre grupos também é possível, de modo que a variância dos logaritmos parece efetivamente ser a medida mais adequada para representar a concentração de uma indústria como a bancária, para a finalidade deste trabalho²¹.

Entretanto, o argumento que parece mais relevante para as finalidades deste trabalho refere-se ao fato de que, quando a distribuição do tamanho das firmas é lognormal, a variância dos logaritmos dos tamanhos é uma medida bastante apropriada da concentração, visto que ela, de certa forma, governa as outras medidas mais usuais. Em outras palavras, nesse caso, todas aquelas medidas podem ser consideradas um pouco supérfluas, pois podem ser calculadas a partir do número total de firmas na população e da variância dos logaritmos dos tamanhos das firmas²². As relações da variância com as medidas mais usuais da concentração são mostradas mais adiante, pois é útil proceder inicialmente a algumas digressões a respeito da distribuição lognormal.

Diz-se que uma variável aleatória X , assumindo valores positivos, tem distribuição lognormal quando $Y = \ln X$ é normalmente distribuída. Um estudo bastante completo da distribuição lognormal pode ser encontrado em Aitchison e Brown (1957), mas no que se refere a certas relações entre a variância dessa distribuição e os índices usuais de concentração, é interessante fazer algumas observações, as quais são exploradas com maior rigor e

²¹ Um interessante trabalho utilizando a variância dos logaritmos como medida representativa da concentração foi apresentado recentemente no Brasil, para o caso específico da distribuição de renda, mas sugerindo também o uso dessa metodologia para estudos de concentração industrial. Vide J.L.M. Sabóia - "Um novo Índice de Concentração: Aplicação ao Estudo da Evolução Recente da distribuição de Renda no Brasil", Estudos Econômicos (IPE/USP), vol.8, nº. 2, mai/ago 1978, pp.63-112.

²² Essa interessante propriedade foi mostrada por Aitchison e Brown (1957) e em estudos mais recentes de Hart (1971 e 1975), que inclusive chega a afirmar que a variância dos logaritmos não mede desigualdade, e sim concentração. Mesmo assim, preferiu-se neste trabalho considerá-la como medindo a concentração relativa.

profundidade por Hart (1975).

Assim, considerando x_i como a variável representativa do tamanho da i -ésima firma, fazendo $i = 1, 2, 3, \dots, N$ e definindo o momento de ordem r , centrado em relação a zero, como

$$M_r = \frac{\sum x_i^r}{N}, \text{ conceituamos:}$$

$$\text{média aritmética: } \alpha_0 = M_1 \quad (1)$$

$$\text{variância: } \beta_0^2 = M_2 - M_1^2 \quad (2)$$

$$\text{quadrado do coeficiente de variação: } \eta_0^2 = \frac{M_2}{M_1^2} - 1 = \frac{\alpha_1}{\alpha_0} - 1 \quad (3)$$

$$\text{logaritmo da média geométrica}^{23}: \ln \alpha_{0g} = \frac{\sum \ln x_i}{N} \quad (4)$$

A distribuição lognormal tem uma série de propriedades reprodutivas, mas uma é particularmente interessante, uma vez que será utilizada no que segue. Ela nos diz que a j -ésima distribuição de momentos de uma distribuição de momentos também é lognormal. Assim, para a distribuição do primeiro momento, analogamente à distribuição original, temos:

$$\alpha_1 = \frac{M_2}{M_1} \quad (5)$$

²³ A média geométrica da distribuição de x é a mediana dessa distribuição, e sua expressão é:

$$\alpha_{0g} = e^{\mu};$$

A moda da distribuição de x é:

$$\alpha_{0d} = e^{\mu - \sigma^2};$$

onde μ e σ são os parâmetros da distribuição de y .

Vale acentuar que α_0 não é uma medida pura por utilizar dois parâmetros; por essa razão, α_{0g} é preferida para representar o tamanho médio de x sob a hipótese da lognormal.

Vide Aitchison e Brown (1957), p.111.

$$\beta_1^2 = \frac{M_3}{M_1} - \left(\frac{M_2}{M_1} \right)^2 \quad (6)$$

$$\eta_1^2 = \frac{M_3 M_1}{M_2^2} - 1 = \frac{\alpha_2}{\alpha_1} - 1 \quad (7)$$

$$\ln \alpha_{1g} = \frac{\sum x_i \ln x_i}{\sum x_i} \quad (8)$$

As expressões gerais dos conceitos descritos a tê agora podem ser as seguintes, correspondentes à distribuição do j-ésimo momento:

$$\alpha_j = \frac{M_{j+1}}{M_j} \quad (9)$$

$$\beta_j^2 = \frac{M_{j+2}}{M_j} - \left(\frac{M_{j+1}}{M_j} \right)^2 = \alpha_{j+1} \alpha_j - \alpha_j^2 \quad (10)$$

$$\eta_j^2 = \frac{\alpha_{j+1}}{\alpha_j} - 1 \quad (11)$$

$$\ln \alpha_{jg} = \frac{\sum x_i^j \ln x_i}{\sum x_i^j} \quad (12)$$

Todas as expressões até aqui delineadas ² podem também ser expressas em função dos parâmetros μ e σ da distribuição da variável transformada y .

Assim, para a distribuição original:

$$\alpha_0 = e^{\left[\mu + \frac{1}{2} \sigma^2 \right]} \quad (13)$$

$$\beta_0^2 = \alpha_0^2 \eta_0^2 \quad (14)$$

$$\eta_0^2 = e^{\sigma^2} - 1 \quad (15)$$

$$\ln \alpha_{0g} = \mu \quad (16)$$

Para a distribuição do primeiro momento:

$$\alpha_1 = e^{\left[\mu + \frac{3}{2}\sigma^2\right]} \quad (17)$$

$$\beta_1^2 = \alpha_1^2 \eta_1^2 \quad (18)$$

$$\eta_1^2 = e^{\sigma^2} - 1 \quad (19)$$

$$\ln \alpha_{1g} = \mu + \sigma^2 \quad (20)$$

Para a distribuição do j-ésimo momento:

$$\alpha_j = e^{\left[\mu + \sigma^2 \left(j + \frac{1}{2}\right)\right]} \quad (21)$$

$$\beta_j^2 = \alpha_j^2 \eta_j^2 \quad (22)$$

$$\eta_j^2 = e^{\sigma^2} - 1 \quad (23)$$

$$\ln \alpha_{jg} = \mu + j\sigma^2 \quad (24)$$

Portanto, levando em conta tais considerações, é possível expressar uma série de índices usuais de concentração a través da variância da distribuição de y , como a seguir passa a ser mostrado.

d.1) Índice de Herfindahl (H_e):

$$H_e = \sum z_i^2$$

$$\text{onde } z_i = \frac{x_i}{\sum x_i}$$

portanto:

$$H_e = \frac{\sum x_i^2}{(\sum x_i)^2}$$

Dividindo o numerador e o denominador por N (nº de firmas):

$$H_e = \frac{\frac{\sum x_i^2}{N}}{\left(\frac{\sum x_i}{N} \right)^2}$$

Subtraindo e somando $\left(\frac{\sum x_i}{N} \right)^2$ ao numerador:

$$H_e = \frac{\frac{\sum x_i^2}{N} - \left(\frac{\sum x_i}{N} \right)^2 + \left(\frac{\sum x_i}{N} \right)^2}{\left(\frac{\sum x_i}{N} \right)^2 N}$$

portanto:

$$H_e = \frac{\frac{\sigma_x^2}{2} + m_x^2}{m_x N}$$

$$H_e = \frac{\frac{\sigma_x^2}{2} + m_x^2}{m_x^2 N}$$

$$H_e = \frac{\frac{\sigma_x^2}{2} + 1}{m_x N}$$

$$H_e = \frac{\eta_x^2 + 1}{N}$$

Usando (3):

$$H_e = \frac{e^{\sigma^2}}{N} \quad 24$$

d.2) Índice de Hirschman (H_i) :

$$H_i = \left(\sum z_i^2 \right)^{\frac{1}{2}}$$

H_i é a raiz quadrada de H_e . Logo:

$$H_i = \left(\frac{e^{\sigma^2}}{N} \right)^{\frac{1}{2}}$$

d.3) Índice de Números equivalentes (N_e):

$$N_e = \left(\sum z_i^2 \right)^{-1}$$

N_e é a recíproca de H_e . Logo:

$$N_e = \frac{N}{e^{\sigma^2}}$$

²⁴ A demonstração poderia ser mais simples, como será feito daqui por diante:

$$H_e = \frac{\alpha_1}{N\alpha_0}$$

Usando (7) e (15):

$$H_e = \frac{e^{\sigma^2}}{N}$$

d.4) Índice de Niehans (N_i):

$$N_i = \frac{\sum x_i^2}{\sum x_i}$$

Dividindo o numerador e o denominador por N , e somando e subtraindo $\left(\frac{\sum x_i}{N}\right)^2$ ao numerador, tem-se:

$$N_i = \frac{\frac{\sum x_i^2}{N} - \left(\frac{\sum x_i}{N}\right)^2 + \left(\frac{\sum x_i}{N}\right)^2}{\frac{\sum x_i}{N}} = \frac{\frac{\sigma^2}{x} + \frac{m^2}{x}}{m_x}$$

Dividindo o numerador e o denominador por m_x^2 :

$$N_i = \frac{\frac{\eta_x^2}{m_x} + 1}{\frac{1}{m_x}} = \left(\eta_x^2 + 1\right) \cdot m_x$$

Substituindo por (1) e por (3):

$$N_i = e^{\sigma^2} \cdot e^{\left[\mu + \frac{\sigma}{2}\right]}$$

portanto,

$$N_i = e^{\left[\mu + \frac{3}{2} \sigma^2\right]}$$

d.5) Índice de Horvath (H_0):

$$H_0 = z_i + \sum_2^N z_i^2 \left[1 + (1 - z_i)\right]$$

Prais (1975) argumenta sobre a necessidade de racionalizar a medida, incluindo z_i num índice modificado (H_{om}):

$$H_{om} = \frac{N}{\sum_i z_i^2} \left[1 + (1 - z_i) \right] = 2 \sum_i z_i^2 - \sum_i z_i^3$$

Logo:

$$H_{om} = \left(\frac{2\alpha_1}{N\alpha_0} \right) - \left(\frac{\alpha_2\alpha_1}{N^2\alpha_0^2} \right)$$

$$H_{om} = \frac{2(1+n_0^2)}{N} - \frac{(1+n_0^2)^2(1+n_1^2)}{N^2}$$

$$H_{om} = \frac{2e^{\sigma^2}}{N} - \frac{(e^{\sigma^2})^2 e^{\sigma^2}}{N^2}$$

$$H_{om} = \frac{2e^{\sigma^2}}{N} - \frac{e^{3\sigma^2}}{N^2}$$

d.6) Entropia (I):

$$I = - \sum_i z_i \ln z_i = \sum_i z_i \ln \frac{1}{z_i}$$

$$= \sum \left[\frac{x_i}{\sum x_i} \ln \left(\frac{\sum x_i}{x_i} \right) \right]$$

$$= \sum \left[\frac{x_i}{\sum x_i} (\ln \sum x_i - \ln x_i) \right]$$

$$\begin{aligned}
&= \sum \left[\frac{x_i}{\sum x_i} \ln \sum x_i - \frac{x_i}{\sum x_i} \ln x_i \right] \\
&= \frac{\sum x_i \ln \sum x_i}{\sum x_i} - \frac{\sum x_i \ln x_i}{\sum x_i} \\
&= \ln (N \alpha_0) - \ln \alpha_{1g} \\
&= \ln N + \ln \alpha_0 - \ln \alpha_{1g} \\
&= \ln N + \left(\mu + \frac{1}{2} \sigma^2 \right) - (\mu + \sigma^2) \\
&= \ln N - \frac{1}{2} \sigma^2
\end{aligned}$$

d.7) Entropia Relativa (IR):

$$\begin{aligned}
IR &= \frac{I}{\ln N} \\
IR &= \frac{\ln N - \frac{1}{2} \sigma^2}{\ln N} \\
IR &= 1 - \frac{\sigma^2}{2 \ln N}
\end{aligned}$$

d.8) Redundância (R):

$$\begin{aligned}
R &= \ln N - I \\
R &= \ln N - \left(\ln N - \frac{1}{2} \sigma^2 \right) \\
R &= \frac{\sigma^2}{2}
\end{aligned}$$

d.9) Redundância Relativa (RR):

$$RR = 1 - \frac{I}{\ln N}$$

$$RR = 1 - \frac{\ln N - \frac{1}{2}\sigma^2}{\ln N}$$

$$RR = 1 - \left(1 - \frac{\sigma^2}{2\ln N} \right)$$

$$RR = \frac{\sigma^2}{2\ln N}$$

d.10) Medida da concorrência (n_G):

$$n_G = e^I$$

$$n_G = e^{\left[\ln N - \frac{1}{2}\sigma^2 \right]}$$

$$n_G = e^{\ln N} e^{-\frac{1}{2}\sigma^2}$$

$$n_G = N e^{-\frac{1}{2}\sigma^2}$$

d.11) Números equivalentes (E):

$$E = e^{-I}$$

Como E é a recíproca de n_G :

$$E = \frac{e^{\frac{1}{2}\sigma^2}}{N}$$

d.12) Medidas de Desigualdade

Uma série de medidas analisando a distribuição da renda podem ser aplicadas também ao problema da distribuição de firmas. As mais comuns são as medidas de Lorenz (M e L), de Gini (G) e de Rosenbluth (Rh). Por sua complexidade, elas são apenas citadas, mas uma demonstração rigorosa é encontrada em Aitchison e Brown (1957, p.13 e pp.112 e 113) e Hart (1971, pp.77 e 1975, pp.427-428). De qualquer modo, a intenção é mostrar que também elas são função da variância da distribuição de y.

$$M = \int_0^{\infty} F_1(x) dF(x) = \phi\left(-\frac{\sigma}{\sqrt{2}} \mid 0, 1\right)$$

$$L = 1 - 2 \int_0^{\infty} F_1(x) dF(x) = 1 - 2M$$

$$G = \int_0^{\infty} \int_0^{\infty} |u - v| dF(u) dF(v) = 2L \left[u + \frac{1}{2} \sigma^2 \right]$$

$$R_h = \frac{1}{2 \sum i \frac{x_i}{\sum x_i} - 1} = \frac{1}{2MN}$$

onde F(x) é a distribuição original

F₁(x) é a distribuição do primeiro momento

u e v são todos os pares possíveis de valores de x

$\phi\left(-\frac{\sigma}{\sqrt{2}} \mid 0, 1\right)$ representa f(σ), que tem distribuição normal com média zero e variância igual a um.

Em resumo, considerando o grande número de medidas representativas da concentração, aparentemente seria viável uma discussão sobre qual delas teria maior relevância para estudos de Organização Industrial. Entretanto, dado que a maior parte dos indicadores é função da variância dos logaritmos dos tamanhos, des

de que a distribuição dos tamanhos seja lognormal, a escolha da variância parece plenamente justificada. Afastou-se também o uso da taxa de concentração (concentração absoluta), pois entendeu-se que ela é mais utilizada para o estudo de certas práticas monopolistas, o que não é o caso neste trabalho.

Feitas essas considerações, já há condições de verificar quais as magnitudes da concentração para o caso da indústria bancária.

Tabela 9

Estimativa da variância dos logaritmos dos tamanhos dos bancos comerciais no Brasil (logaritmos de base e) - exclusive Bco.do Brasil

ANO	Nº DE BANCOS DA AMOSTRA	s^2
1964	303	4,785
1976	102	4,023

Fonte: vide texto

À luz dos dados disponíveis, há uma indicação de que a dispersão dos tamanhos reduziu-se ao longo do período em estudo, o que significa que ocorreram alterações na forma como se distribuíam os bancos comerciais por tamanho. Em outras palavras, reduziu-se a concentração relativa, como aliás já houvera sido indicado anteriormente pela apresentação das respectivas curvas de Lorenz.

Para entender melhor a que se devem tais alterações, julga-se conveniente proceder a uma análise do crescimento dos estabelecimentos bancários entre 1964 e 1976, tarefa para a qual reservou-se o próximo capítulo.

CAPÍTULO III - CRESCIMENTO DOS BANCOS COMERCIAIS

Até aqui, a análise das modificações na estrutura da indústria bancária teve um caráter mais descritivo que a nalítico. Na verdade, essa tarefa foi fruto de uma intenção deliberada, a fim de possibilitar subsídios mais ricos para a compreensão do estudo a respeito do crescimento dos bancos comerciais no Brasil, no período compreendido entre 1964 e 1976.

Este capítulo tenciona preencher a ausência de uma análise mais rigorosa quanto ao material descrito até este ponto. Para tal tarefa, podem ser apontados vários enfoques, realçando aspectos amplos e variados. Optou-se por uma linha de análise que levasse em conta não somente o processo de crescimento dos estabelecimentos bancários, mas também outros aspectos, tais como a mobilidade das firmas bancárias, suas possibilidades de sobrevivência e a dinâmica da concentração industrial (entendida em termos relativos). Em outras palavras, a análise deverá se processar por diversas formas, as quais são complementares entre si, e que são elaboradas para melhor compreensão do assunto estudado. Outros problemas, como a conglomeração dentro do Sistema Financeiro Nacional, nitidamente liderada por bancos comerciais, foram colocados um pouco de lado, a despeito de sua importância.

Neste capítulo, portanto, pretende-se estudar o que ocorreu com os bancos que existiam em 1964 e as origens dos bancos existentes em 1976. Além disso, é necessário compreender o crescimento dos bancos, saber até que ponto as absorções foram importantes para tal crescimento e conhecer as características tanto dos bancos absorvedores como dos absorvidos. Finalmente, há a intenção de avaliar a real importância do tamanho para a sobrevivência dos bancos, para seu crescimento e para sua própria mobilidade na escala de tamanho.

Essas e outras indagações devem ser adequadamente respondidas e, quando não o forem, ao menos devem trazer no

vas dúvidas, motivando um melhor entendimento do assunto. Assim, a primeira seção deste capítulo descreve o crescimento dos bancos que existiam tanto em 1964 como em 1976 e sua implicação para a mudança na distribuição dos estabelecimentos bancários por tamanho; além disso, tenta fazer uma análise do papel das absorções para o crescimento das firmas bancárias. A segunda seção descreve o aspecto da mobilidade dos bancos comerciais no período em estudo. Tenta-se fazer uma análise das características dos bancos absorvedores e dos absorvidos, bem como daqueles que desapareceram e dos que apareceram; como ponto central, destaca a ascensão de bancos pequenos que passaram a médios, médios que passaram a grandes e a manutenção de posição por parte de muitos bancos. A análise faz uso, praticamente, do universo dos estabelecimentos existentes em 1964 e 1976. A terceira seção destina-se a estudar aspectos da sobrevivência dos estabelecimentos bancários entre 1964 e 1976, trabalhando com os cem maiores em ambos os anos. Seu principal objetivo é tentar relacionar o tamanho com probabilidades de sobrevivência. A quarta seção destina-se a analisar o aspecto dinâmico da concentração da indústria bancária; em outras palavras, pretende-se mostrar o papel do crescimento dos bancos sobreviventes, do desaparecimento e das absorções de dezenas de bancos, e do aparecimento de novos bancos, para as modificações ocorridas na concentração relativa dentro dessa indústria; a seção final faz uso da chamada lei de Gibrat, no sentido de verificar em que medida é possível esperar que o processo de crescimento dos bancos tenha sido aleatório.

a) Crescimento e concentração

Separando da totalidade dos bancos comerciais existentes em 1964 aqueles que desapareceram ou foram absorvidos até 1976, resta-nos 97 estabelecimentos. Estes, somados aos 8 que apareceram no período, totalizam 105, número que representa o universo dos bancos existentes em 1976, com exceção do Banco do Brasil. Portanto, como qualquer análise sobre o crescimento dos bancos deve-se referir aos sobreviventes em todo o intervalo de tem

po entre 1964 e 1976, esses 97 estabelecimentos são os que têm de receber atenção neste trabalho. Contudo, mais uma vez, não foram obtidas informações para alguns deles, referentes ao ano de 1964, pelo fato de que provavelmente publicavam seus demonstrativos financeiros em publicações de circulação restrita à região em que tinham sede, tornando-se praticamente impossível o acesso a tais dados. Portanto, embora sob o risco de incorrer em alguns enganos, a análise que segue focalizou seu interesse sobre 87 bancos comerciais, para os quais foram encontradas informações tanto para 1964 como para 1976, e que se encontram listados no Apêndice Estatístico.

A forma utilizada para verificar o crescimento dos bancos comerciais consistiu em comparar o tamanho relativo de cada um no início e no fim do período, registrando-se o respectivo crescimento (ou decrescimento). Em seguida, comparou-se o eventual crescimento com as absorções que cada banco efetuou. Em outras palavras, com base na listagem do Apêndice citado, calculou-se, para cada banco absorvido em determinado ano, seu tamanho relativo no final do ano imediatamente anterior. O tamanho relativo do banco absorvido foi comparado, então, com o tamanho relativo do banco absorvedor em 1976. Tal procedimento prende-se ao fato de o crescimento ocorrer, de forma geral, de duas formas²⁵. De um lado, os bancos experimentaram um crescimento interno, ou seja, um crescimento que se deveu a aplicações em ativos novos. De outro lado, muitos deles também passaram por um crescimento externo, derivado de absorções de bancos menores.

Colocado o problema de outra forma, o crescimento dos estabelecimentos bancários decorreu de uma ampliação interna ao banco e de uma ampliação externa ao banco. O que se pretendeu aqui foi tentar separar as fontes desse crescimento nas duas categorias mencionadas, caracterizando uma abordagem mais econômica do que financeira.

²⁵ conforme concepção de Penrose (1959)

Por outro lado, é claro que se pode questionar a forma usada para separar os dois tipos de crescimento, sob a argumentação de que o crescimento externo, da forma como abordada, contém um elemento de viés, visto que se está assumindo um crescimento hipotético dos bancos absorvidos, semelhante ao crescimento da totalidade dos bancos comerciais. Entretanto, ela se afigurou como uma forma viável de separar o crescimento externo do crescimento interno; além disso, mesmo ocorrendo um viés, não há condições a priori de afirmar se ele superestima ou subestima o "verdadeiro" crescimento. Assim, mesmo admitindo a presença de um elemento perturbador nesse tipo de estudo, os resultados podem ser considerados como indicativos, bastante próximos de uma simulação sobre a forma de crescimento dos bancos comerciais no Brasil.

A maior parte dos estabelecimentos que sobreviveram no período eram privados nacionais (59), seguindo-se os bancos públicos (22) e os estrangeiros (6). Considerando o crescimento de cada um deles, foi possível estimar a média de crescimento de cada um dos grupos, excluindo-se o Banco do Brasil:

Privados: 3.138,4%
Estrangeiros: 17,9%
Públicos: 138,5%
Total: 2.377,3%

Por outro lado, a participação de cada grupo no total de depósitos distribuía-se da seguinte forma:

GRUPO	1964 (%)	1976 (%)	1976/1964 (%)
Privados	39,1	68,0	73,9
Estrangeiros	4,7	2,9	- 38,3
Públicos	21,3	26,3	23,5
Total	65,1	97,2	49,3

Se considerarmos apenas a posição de 1976, a participação provável dos bancos absorvidos no total de depósitos

tinha a seguinte distribuição:

Privados: 25,8%

Estrangeiros: -

Públicos: 4,9%

Total: 30,7%

Do exposto, verifica-se que a participação dos bancos privados no total de depósitos foi aumentada principalmente através de absorções. No caso dos bancos estrangeiros e dos bancos públicos, ocorreu basicamente o inverso, ou seja, a maior parcela do crescimento decorreu de fontes internas.

Entretanto, quando se quer analisar o crescimento dos estabelecimentos bancários levando-se em conta sua classe de tamanho (grande, médio ou pequeno), surgem alguns problemas. O principal deles refere-se ao fato de escolher em que data devem os bancos ser agrupados. Em segundo lugar, seria preciso encontrar um critério adequado para esse agrupamento, de forma a tornar compatível uma comparação temporal.

Uma forma de solucionar tais problemas consistiu em utilizar uma técnica desenvolvida por Prais (1958), cujo interesse básico é a preocupação de compreender a ocorrência de mudanças na concentração industrial, entendida em termos relativos. Trata-se, basicamente, de comparar as taxas de crescimento de firmas de tamanhos diferentes. Assim, se as firmas consideradas grandes em determinado momento crescem em média mais rapidamente do que firmas menores, ao final de certo período a concentração industrial será superior àquela da data inicial. Entretanto, se as firmas grandes na data inicial crescem menos rapidamente que as firmas pequenas, a concentração industrial não declina necessariamente. O mesmo aparente paradoxo poderá ocorrer se a análise for desenvolvida de um ângulo simétrico, ou seja, através do estudo da taxa média de crescimento alcançado no passado por firmas que na data final do período sejam grandes, para posterior comparação com o crescimento de firmas caracterizadas como pequenas na data final.

O aspecto crucial para entender o exposto reside na possibilidade de que algumas firmas pequenas passem por elevada taxa de crescimento em dado período, de modo que no final desse mesmo período sejam consideradas grandes. Por exemplo, se as firmas a, b e c constituíssem a indústria no ano inicial, com a e b grandes e c pequena, após alguns anos c seria a firma grande, e as firmas a e b, por terem passado por um crescimento menor, seriam as firmas pequenas.

Considerando a concentração como a dispersão existente na distribuição do tamanho das firmas, a técnica para indicar mudanças em sua magnitude passa necessariamente por mudanças nos tamanhos das firmas. Além disso, visto que a análise se prende ao crescimento das firmas, não são levadas em consideração alterações no número de firmas em todo o período; em ou tros termos, a análise leva em consideração apenas as mudanças nos tamanhos das firmas sobreviventes.

A técnica consiste na construção de duas regressões. A primeira mostra o tamanho final das firmas como função do tamanho inicial, e a segunda o tamanho inicial como função do tamanho final. Se ambas as linhas de regressão tiverem inclinação maior do que a unidade, ocorreu um acrêscimo na concentração; se a inclinação de ambas for inferior à unidade, houve decrêscimo na concentração. Por outro lado, se a inclinação de uma delas for superior e a outra inferior à unidade, há indicação de haver ocorrido mudança de identidade das firmas, tornando-se necessário conhecer a média geométrica dos dois coeficientes de regressão. Se a média for superior à unidade, a concentração aumentou; se a média for inferior à unidade, a concentração diminuiu. Em todos os casos, as inclinações das regressões devem ser medidas na mesma direção e, mais especificamente, em relação ao eixo horizontal (que representa o tamanho no início do período).

Em linguagem gráfica, tais casos podem ser representados como na Figura 5, onde o eixo horizontal mede o tamanho na data inicial e o eixo vertical mede o tamanho na data

final; a linha do gráfico mostra a relação entre ambos. Para simplificar a análise, pode-se supor inicialmente que o tamanho de cada firma no fim de certo período depende apenas de seu tamanho no início do período, sendo que os tamanhos estão relacionados de forma determinista²⁶.

FIGURA 5 - Relação entre tamanhos no caso determinista

Se a inclinação da linha fosse igual à unidade, isso significaria que todas firmas teriam o mesmo tamanho no início e no final do período; nesse caso não haveria qualquer mudança na concentração. Entretanto, o gráfico acima representa um caso de aumento na concentração, visto que as firmas grandes na data inicial (por exemplo, uma firma com tamanho ox_1) tornaram-se maiores ainda na data final (oy_1). Inversamente, as firmas pequenas tornaram-se menores ao longo do período (por exemplo, a firma com tamanho ox_2 diminuiu seu tamanho para oy_2). Obviamente, se a inclinação da linha fosse inferior à unidade, haveria uma redução na concentração.

Entretanto, se a relação entre os tamanhos não fosse determinista, caso que efetivamente ocorre na realidade, qualquer conclusão seria precipitada. Com efeito, as duas linhas não são coincidentes, e nesse caso a análise tem que ser mais ampla. Para solucionar o problema, pode-se utilizar novamente a visualização gráfica (figura 6), construindo-se duas linhas relacionando o tamanho das firmas. A linha 1 mostra o tamanho final

²⁶ Uma relação determinista significa que o tamanho de todas as firmas na data final está associado ao tamanho inicial de uma forma exata, como por exemplo: tamanho final da empresa i = tamanho inicial da empresa i - constante

como função do tamanho inicial; a linha 2 mostra o tamanho inicial como função do tamanho final.

FIGURA 6 - Relação entre tamanhos - casos singulares

O caso (a) reflete um aumento da concentração, visto que ambas as linhas têm inclinação maior do que a unidade. A linha 1 mostra que as firmas grandes da data inicial cresceram mais que as pequenas; a linha 2 mostra que as firmas grandes da data final tiveram um crescimento (visto de uma forma retrospectiva) também superior ao das firmas pequenas. Isso significa que as firmas grandes cresceram ao longo do período a taxas superiores às menores, tornando-se cada vez maiores, o que certamente implica um aumento na variância dos tamanhos.

O caso (b) mostra uma redução na concentração, visto que ambas as linhas têm inclinação inferior à unidade. Ou seja, as firmas grandes cresceram a taxas inferiores em relação às firmas pequenas, qualquer que seja a data considerada de agrupamento por tamanho. Portanto, reduziu-se a variância dos tamanhos.

Portanto, os casos (a) e (b) não representam ambigüidade e qualquer conclusão é automática. Porém, se a inclinação de uma das linhas for superior à unidade, enquanto a inclinação da outra for inferior à unidade, é necessária uma investigação adicional. Com efeito, se as firmas são agrupadas pelo tamanho inicial, e as maiores firmas mostram uma menor taxa de cres

cimento (linha 1), enquanto no agrupamento pelo tamanho final as maiores mostram uma taxa de crescimento maior (linha 2), a concentração pode aumentar ou diminuir. Em outras palavras, as firmas pequenas na data inicial podem crescer a tal ponto que superem (ou não) o tamanho das firmas maiores na data final (e mesmo superando, podem não induzir a um aumento da concentração). Graficamente, a situação está mostrada na figura 7.

FIGURA 7 - Relação entre tamanhos - caso de ambigüidade

Nesse caso, a solução proposta por Prais é construir a média geométrica dos dois coeficientes de regressão, verificar sua magnitude e compará-la com a unidade. Assim:

$$\text{linha 1: } b_1 = \frac{\sum xy}{\sum x^2}$$

$$\text{linha 2: } b_2 = \frac{\sum y^2}{\sum xy}$$

$$\text{Média Geométrica: } \sqrt{b_1 \cdot b_2} = \sqrt{\frac{\sum y^2}{\sum x^2}}$$

A média geométrica representa a taxa das dispersões nas duas datas, e indica um aumento da concentração quando for superior a 1 (e uma redução quando for inferior a 1).

Conforme Horwitz (1964), é preferível sempre utilizar a média geométrica dos dois coeficientes de regressão, a fim de compensar o viés introduzido pela tendência das firmas maiores crescerem abaixo da média e das menores crescerem acima

da média.

Além disso, sabe-se por definição que

$$r = \frac{\sigma_{xy}}{\sigma_x \sigma_y}$$

$$\text{Logo: } b_1 = \frac{r\sigma_y}{\sigma_x} \quad \text{e} \quad b_2 = \frac{\sigma_y}{\sigma_x r}$$

Assim:

$$B = \sqrt{\frac{r\sigma_y}{\sigma_x} \frac{\sigma_y}{r\sigma_x}} = \frac{\sigma_y}{\sigma_x}$$

E portanto:

$$b_1 = \frac{r\sigma_y}{\sigma_x} > r \Rightarrow B = \frac{\sigma_y}{\sigma_x} > 1 \quad \text{e}$$

$$b_1 = \frac{r\sigma_y}{\sigma_x} < r \Rightarrow B = \frac{\sigma_y}{\sigma_x} < 1$$

Assim, o estudo de Prais também sugere uma medida da mobilidade do tamanho das firmas, baseando-se no coeficiente de correlação entre os tamanhos nas duas datas. Se todas as firmas tiverem a mesma posição relativa nos dois momentos, a correlação estará próxima da unidade; por outro lado, grande mobilidade entre as posições relativas das firmas nas duas datas distancia o valor do coeficiente da unidade (tende a aproximá-lo de zero no limite). Em linhas gerais, as condições que devem ser observadas são as seguintes:

a) quando o coeficiente de regressão da linha 1 for superior ao coeficiente de correlação, a concentração aumenta;

b) quando coeficiente de regressão da linha 1 for menor que o coeficiente de correlação, a concentração decresce.

Como tal medida de mobilidade tem um caráter bastante genérico, reservou-se para o próximo capítulo uma seção destinada a aprofundar um pouco mais o assunto.

Aplicando, portanto, a técnica apresentada às informações disponíveis dos 87 bancos comerciais, sobreviventes durante o período, foram encontrados os seguintes resultados:

Tabela 10

Bancos sobreviventes no período 1964/76 - exclusive Banco do Brasil

Grupo	especif.	b	M.G.	r	r^2
Todos os bancos	1) $y = f(x)$	0,5515			
			0,7522	0,7331	0,5375
n = 87	2) $x = f(y)$	1,0260			
Todos os bancos (-) absorções*	1) $y = f(x)$	0,4995			
n = 87			0,6948	0,7189	0,5169
	2) $x = f(y)$	0,9664			
Bancos privados	1) $y = f(x)$	0,5266			
			0,7452	0,7067	0,4994
n = 65	2) $x = f(y)$	1,0545			
Bancos privados (-) absorções*	1) $y = f(x)$	0,4701			
n = 65			0,6814	0,6899	0,4759
	2) $x = f(y)$	0,9877			
Bancos públicos	1) $y = f(x)$	0,7315			
			0,8448	0,8659	0,7498
n = 22	2) $x = f(y)$	0,9756			
Bancos públicos (-) absorções*	1) $y = f(x)$	0,6601			
n = 22			0,6105	0,8448	0,7137
	2) $x = f(y)$	0,9249			

x = ln tamanho na data inicial

y = ln tamanho na data final

n = número de bancos

b = coeficiente de regressão (medido sempre em relação a x)

M.G. = Média geométrica entre os b

* Para compreensão da metodologia do desdobramento do crescimento dos bancos comerciais, vide Nota Explicativa do Apêndice Estatístico.

Para melhor visualizar os resultados, é importante apresentar quadros explicativos de como ocorreu o crescimento dos bancos. O sinal + representa um crescimento inferior à média, e o sinal ++ mostra um crescimento superior à média. Por exemplo, quando aos bancos grandes corresponder o sinal + e aos pequenos o sinal ++, isso significa que os bancos pequenos cresceram a taxas superiores aos bancos grandes. Por sua vez, o crescimento interno significa o crescimento expurgado de absorções.

QUADRO 14

Crescimento dos bancos comerciais - 1964/1976

GRUPOS DE BANCOS		Agrupamento em 1964 por tamanho	
		GRANDES	PEQUENOS
TODOS OS	cresc.total	+	++
BANCOS	cresc.interno	+	++
BANCOS	cresc.total	+	++
PRIVADOS	cresc.interno	+	++
BANCOS	cresc.total	+	++
PÚBLICOS	cresc.interno	+	++

QUADRO 15

Crescimento dos bancos comerciais - 1964/1976

GRUPOS DE BANCOS		Agrupamento em 1976 por tamanho	
		GRANDES	PEQUENOS
TODOS OS	cresc.total	++	+
BANCOS	cresc.interno	+	++
BANCOS	cresc.total	++	+
PRIVADOS	cresc.interno	+	++
BANCOS	cresc.total	+	++
PÚBLICOS	cresc.interno	+	++

Um exame mais detalhado de tais resultados sugere algumas conclusões indicativas de como se processou o crescimento dos estabelecimentos bancários. Considerando o conjunto dos bancos comerciais, aqueles que eram pequenos em 1964 tiveram (até 1976) uma taxa de crescimento superior à dos bancos grandes; entretanto, tomando 1976 como referência, os bancos grandes nessa data mostraram um crescimento passado mais acentuado que os pequenos. A primeira conclusão alcançada foi a de que alguns bancos que eram pequenos em 1964 tiveram tal taxa de crescimento, que em 1976 estavam entre os considerados bancos grandes, a ponto de contribuir para o crescimento destes últimos, numa visão retrospectiva. Mas parece que isso não foi crucial, pois retirando do processo de crescimento dos bancos suas fontes externas, ou seja, considerando apenas seu crescimento interno, verifica-se que os bancos menores cresceram sempre a taxas maiores, qualquer que seja a época de referência para considerá-los pequenos. Daí, parece não haver muitas dúvidas para o fato de que os bancos maiores em 1976 só tiveram um crescimento significativo graças às absorções que realizavam durante o período. Colocando de outro modo: os bancos que eram grandes em 1976, e aqueles que eram pequenos na mesma data, tiveram taxas de crescimento desiguais desde 1964, e isso ocorreu porque alguns bancos se beneficiaram com o processo de absorções ocorrido durante o período - exatamente aqueles que eram grandes em 1976. Tais considerações são válidas, não apenas para o conjunto dos bancos comerciais como também para os bancos privados. No que se refere aos bancos públicos, a conclusão de que os pequenos apresentaram taxas de crescimento superiores aos grandes também parece se repetir, qualquer que seja a data tomada como referência para classificá-los por tamanho. Mesmo considerando apenas o seu crescimento interno, a conclusão permanece, o que parece ser explicado pelo fato de que muitas dessas absorções se referiam a pequenos bancos, à beira de fechar suas portas, embora com algumas exceções. Em suma, mesmo levando-se em conta que os bancos públicos grandes absorveram uma série de bancos menores, isso não foi suficiente para compensar o crescimento dos bancos públicos pequenos.

Em resumo, parece certo que os bancos que eram

pequenos em 1964 cresceram mais rapidamente que os bancos considerados grandes à mesma época. Esse crescimento provocou uma redução na concentração da indústria bancária, considerada em termos relativos, o que significa que a distribuição do tamanho relativo dos bancos se modificou. Por outro lado, os bancos públicos grandes em 1976 apresentaram um crescimento passado menor que os bancos públicos pequenos em 1976; entretanto, isso não foi suficiente para compensar o maior crescimento dos bancos grandes privados, de forma que, no geral, os bancos grandes de 1976 (públicos + privados) mostraram um crescimento mais rápido que os pequenos de 1976. Contudo, face ao fato de que alguns grandes de 1976 eram relativamente pequenos em 1964, conclui-se que realmente reduziu-se a concentração relativa da indústria bancária entre 1964 e 1976.

Conclusão análoga é alcançada ao se comparar o coeficiente de regressão da linha 1 ($y = f(x)$) com o coeficiente de correlação. Em todos os casos, b é inferior a r , indicando uma mudança na distribuição do tamanho relativo dos bancos nas duas datas, para todos os grupos, evidenciando uma redução da concentração relativa.

Resultados análogos foram alcançados com o uso de outras variáveis representativas do tamanho; a introdução do Banco do Brasil na análise aparentemente também não trouxe maiores problemas. A Tabela 11 resume os resultados alcançados.

Adicionalmente, para testar se B é diferente da unidade, é necessário calcular a estimativa de seu desvio-padrão (σ_B); para isso, primeiro deve-se estimar σ_{b_1} e σ_{b_2} :

$$\sigma_{b_1} = B \sqrt{\frac{1 - r^2}{n - 2}}$$

$$\sigma_{b_2} = B \sqrt{\frac{n - 2}{1 - r^2}} = \frac{B^2}{\sigma_{b_1}}$$

Tabela 11

Bancos sobreviventes no período 1964/76 - Análise de resultados ..

ESPECIFICAÇÃO	DEPÓSITOS			EMPRÉSTIMOS			ATIVOS REAIS		
	Total	Privados	Públicos	Total	Privados	Públicos	Total	Privados	Públicos
<u>Exclusivo B.Brasil</u>									
b ₁	0,5515	0,5266	0,7315	0,7498	0,7227	0,6819	0,7053	0,6809	0,6786
b ₂	1,0260	1,0545	0,9756	1,0324	1,0331	0,7999	1,0494	1,0566	0,8981
M.G.	0,7522	0,7452	0,8448	0,8798	0,8641	0,7385	0,8604	0,8482	0,7807
r ²	0,5375	0,4994	0,7498	0,7263	0,6996	0,8525	0,6721	0,6444	0,7556
n	87	65	22	84	63	21	84	63	21
<u>Inclusivo B.Brasil</u>									
b ₁	0,5658	0,5266	0,7465	0,7565	0,7227	0,7069	0,7082	0,6809	0,6743
b ₂	1,0015	1,0545	0,8955	1,0103	1,0331	0,7775	1,0163	1,0566	0,8092
M.G.	0,7527	0,7452	0,8176	0,8742	0,8641	0,7414	0,8484	0,8482	0,7386
r ²	0,5649	0,4994	0,8335	0,7489	0,6996	0,9093	0,6968	0,6444	0,8332
n	88	65	23	85	63	22	85	63	22

Em segundo lugar, sabe-se que quando $g=f(x_1, x_2, \dots, x_n)$,

$$\text{Var } g = \sum_{i,j} \left[\frac{\partial g}{\partial m_i} \frac{\partial g}{\partial m_j} \text{cov}(x_i, x_j) \right]$$

onde m_i e m_j são os valores médios de x_i , x_j e $\text{cov}(x_i, x_i) = \text{var } x_i$.

Considerando, pois, que

$B = \sqrt{b_1 b_2}$, segue-se que:

$$\sigma_B^2 = \frac{b_2}{4b_1} \sigma_{b_1}^2 + \frac{1}{4} \frac{b_1 b_2^3}{b_2^2 b_1^2} \sigma_{b_1}^2 - \frac{b_2^2}{2} \sigma_{b_1 b_2}$$

$$\sigma_B^2 = \frac{b_2}{2b_1} \sigma_{b_1}^2 - \frac{b_2^2}{2} \sigma_{b_1 b_2}$$

Conforme Rose (1976), o valor máximo de $\sigma_{b_1 b_2}$ é zero, e seu valor mínimo é $(-\sigma_{b_1}/\sigma_{b_2})$. Portanto, os valores máximos e mínimos de σ_B podem ser escritos como:

$$\text{máx } (\sigma_B) = \sqrt{\frac{b_2 \sigma_{b_1}^2}{2b_1} + \frac{\sigma_{b_1} b_2^2}{\sigma_{b_2}^2}} \quad \text{mín } (\sigma_B) = \sqrt{\frac{b_2 \sigma_{b_1}^2}{2b_1}}$$

Assumindo que a estatística B tende para a normalidade quando o tamanho da amostra cresce, pode-se então calcular os valores máximos e mínimos da variável transformada z :

$$\text{máx } (z) = \left| \frac{B - 1}{\text{mín } (\sigma_B)} \right| \quad \text{e} \quad \text{mín } (z) = \left| \frac{B - 1}{\text{máx } (\sigma_B)} \right|$$

Calculando os valores máximos e mínimos de z para os resultados da Tabela 11, chegou-se aos seguintes resultados para os testes ao nível de 5%:

- considerando a totalidade dos bancos sobreviventes (públicos + privados), há indicações de que a média geométrica dos coeficientes de regressão é inferior à unidade;
- no caso dos bancos privados, os resultados foram significativos quando a medida de depósitos foi utilizada (ou seja, $B < 1$); quando o tamanho dos bancos foi medido por empréstimos ou pelos ativos reais os resultados deixaram dúvidas;
- no caso dos bancos públicos, é necessário fazer uma distinção: com a inclusão do Banco do Brasil os resultados foram significativos ($B < 1$) para quaisquer variáveis utilizadas; sem o Banco do Brasil mantiveram-se as conclusões, exceto para o caso da medida através de depósitos. A Tabela 12 resume os resultados dos testes.

Em resumo, para a totalidade dos bancos comerciais sobreviventes, parece haver indicações de que houve substancial mudança em seu tamanho relativo. Especificamente, deve ter ocorrido uma redução nas diferenças dos tamanhos dos bancos, tornando-os mais homogêneos entre si. É a isso que se denomina neste trabalho de redução na concentração relativa.

b) Crescimento e mobilidade

Para salientar a importância de um estudo sobre a mobilidade de firmas dentro da indústria bancária, é necessário discutir alguns pontos. Se desde 1964 até 1976 não houvesse qualquer alteração na distribuição do tamanho dos bancos, a medida da concentração seria praticamente a mesma em ambos os

Tabela 12

Testes ao nível de 5% - Valores $\min(z)$ e $\max(z)$

ESPECIFICAÇÃO	DEPÓSITOS			EMPRESTIMOS			ATIVOS REAIS		
	Total	Privados	Públicos	Total	Privados	Públicos	Total	Privados	Públicos
<u>Exclusive B. Brasil</u>									
min (z)	3,27	2,71	1,42	2,01	1,87	3,71	2,10	1,88	2,15
max (z)	4,63	3,83	2,01	2,85	2,65	5,25	2,98	2,66	3,04
<u>Inclusive B. Brasil</u>									
min (z)	3,47	2,71	2,29	2,26	1,87	4,94	2,46	1,88	4,25
max (z)	4,91	3,83	3,24	3,20	2,65	6,98	3,49	2,66	6,01

anos. Entretanto, seria preciso conhecer outros detalhes da estrutura industrial, para melhor compreensão do problema. É claro que se as maiores firmas de 1964 mantivessem sua posição ao longo do período, seria possível pensar numa estrutura rígida. Por outro lado, se houvesse certa rotatividade nas posições líderes, de forma que a própria competição entre as firmas fizesse com que nenhuma delas mantivesse por muito tempo o "status" de maior firma, é claro que a estrutura seria menos rígida (ou móvel).

Portanto, pode-se afirmar que, ao longo do tempo, a estrutura de uma indústria é rígida ou móvel. Uma indústria que seja altamente concentrada e que além disso tenha uma estrutura rígida ao longo do tempo, provavelmente tem dentro de si mais elementos monopolísticos do que outra indústria com baixa concentração e com estrutura móvel.

No caso da indústria bancária, é interessante entender certos aspectos dos bancos comerciais, relacionados com sua mobilidade. Em outras palavras, por que não estudar se as firmas grandes foram sempre grandes ou se eram pequenas e tiveram grande ascensão dentro da indústria? Por que não conhecer o passado das firmas pequenas, no sentido de entender se elas foram sempre pequenas ou perderam posição ao longo do tempo? Adicionalmente, por que não conhecer as características dos bancos que foram beneficiados pelas absorções, bem como dos bancos absorvidos? Pretende-se, enfim, analisar a mobilidade dos bancos comerciais no sentido de verificar até que ponto alguns permaneceram em posição relativa equivalente ao longo do período e em que medida alguns passaram de classes de tamanho inferior para classes superiores e vice-versa.

A fim de dispor as informações sobre o crescimento dos bancos de um modo que permita respostas a tais questões e também uma visualização geral sobre sua mobilidade, pretendeu-se construir a chamada matriz de transição. Basicamente, a tarefa principal consiste em dividir a escala de tamanho em certo número de classes, caracterizando o crescimento dos bancos como o movimento de uma classe a outra. O limite superior de cada classe

é o dobro do limite inferior, o que significa que se uma firma progredir uma classe no período, ela terá dobrado de tamanho; progredindo duas classes ela triplicará seu tamanho, e assim por diante.

A matriz de transição para os bancos comerciais no Brasil é mostrada nas figuras 8 e 9 e seu entendimento é bastante simples. As colunas mostram o número de bancos que se agrupavam em cada classe de tamanho no ano inicial, enquanto as linhas mostram em que classe estavam os mesmos bancos em 1976, ou se eles desapareceram ou foram absorvidos. Por exemplo, em 1964 havia 60 bancos no grupo 8; desses 60 bancos, em 1976, um caiu para o grupo 6, um caiu para o grupo 7, cinco permaneceram no grupo 8, dois subiram para o grupo 9, um subiu para o grupo 10, dois subiram para o grupo 11, dois desapareceram e 46 foram absorvidos. Inversamente, dos 17 bancos que estavam no grupo 8 em 1976, um era proveniente do grupo 2, dois vieram do grupo 5, dois vieram do grupo 6, dois vieram do grupo 7, cinco permaneceram no grupo 8, um era do grupo 9, um era do grupo 10 e três não foram identificados por falta de informações, mas provavelmente vieram de um grupo abaixo do 89. A linha da diagonal principal mostra os bancos que permaneceram no mesmo grupo, em ambas as datas; abaixo da diagonal encontram-se os bancos que perderam posição; acima da diagonal encontram-se aqueles que ganharam posição.

Um primeiro passo para melhor entender a matriz de transição é tentar descrever como se processou a mobilidade dos bancos comerciais; mais tarde far-se-á a identificação de tais bancos e o papel das absorções para seu crescimento. A tabela 13 mostra a extensão em que os bancos modificaram sua posição relativa.

76 64	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	D	A	T
1							1			1						3	4	9
2								1								1	1	3
3			1			1	1		1								3	7
4						1				1							12	14
5	1			1	1		1	2								2	25	33
6							1	2	1	2	1					2	23	32
7							2	2	2							3	31	40
8						1	1	5	2	1	2					2	46	60
9								1	3	3	2					1	19	29
10								1		2	1	2					12	18
11									1	1	1			1			9	13
12										1	5	8					13	27
13										1	2	2	2	1			3	11
14													1	3	2			6
15																		
AP	2				1		3		1		1							8
T	3		1	1	2	3	10	14	10	11	10	10	11	6	3	14	201	310
NI	1			2		2	1	3		1						5	18	343

OBS.:

D- Desaparecimentos

A- Absorções

T- Total

AP- Aparecimentos

NI- Não identificados

1 a 15 - Grupos representando percentuais de depósitos em relação ao total de depósitos (exceto Banco do Brasil):

1- Abaixo de 0,000781% ; 6- 0,0125% a 0,025%; 11- 0,4% a 0,8%;
 2- 0,000781% a 0,001563%; 7- 0,025% a 0,05%; 12- 0,8% a 1,6%;
 3- 0,001563% a 0,003125%; 8- 0,05% a 0,1%; 13- 1,6% a 3,2%;
 4- 0,003125% a 0,00625%; 9- 0,1% a 0,2%; 14- 3,2% a 6,4%;
 5- 0,00625% a 0,0125%; 10- 0,2% a 0,4%; 15- 6,4% a 12,8%.

Tabela 13

Modificações nas posições relativas dos bancos comerciais - 1964/76

Extensão da mudança de posição relativa (número de grupos)	número de bancos											
	progresso na posição				declínio na posição				posição inalterada			
	T	N	E	P	T	N	E	P	T	N	E	P
0	-	-	-	-	-	-	-	-	25	18	2	5
1	22	14	-	8	8	5	1	2				
2	12	5	1	6	3	1	2	-				
3	7	6	-	1	-	-	-	-				
4	3	3	-	-	1	1	-	-				
5	1	1	-	-								
6	4	4	-	-								
7	-	-	-	-								
8	-	-	-	-								
9	1	1	-	-								
TOTAL	50	34	1	15	12	7	3	2	25	18	2	5

T - total de bancos comerciais

N - bancos nacionais privados

E - bancos estrangeiros

P - bancos públicos

Portanto, dos 87 bancos sobreviventes, para os quais se dispõe de dados, 25 permaneceram no mesmo grupo, 12 tiveram um declínio em sua posição e 50 alcançaram um progresso.

Dos bancos que mantiveram suas posições, apenas os do grupo 12 em diante fizeram absorções, conforme é mostrado na Tabela 14.

Tabela 14

Bancos com participação estável - Absorções realizadas

Bancos por grupo	número de absorções	participação das absorções na participação relativa de 1976 (%)
<u>Grupo 12:</u>		
Banco Nacional do Norte	2	0,13
Banco Auxiliar de São Paulo	5	0,45
Banco Banêirantes	2	0,35
Banco Sudameris Brasil	1	0,05
<u>Grupo 13:</u>		
Banco Comércio e Ind. de São Paulo	3	0,20
Banco do Estado de Minas Gerais	1	1,02
<u>Grupo 14:</u>		
Banco Real	3	1,56
Banco Nacional	10	2,68
TOTAL	27	6,44

Dos bancos que perderam posição, apenas o Banco Boavista realizou absorções, em número de 2, correspondentes a 0,1% do total de depósitos.

No que se refere àqueles que passaram para grupos superiores, a situação pode ser descrita como na Tabela 15, conforme o progresso por número de grupos.

Tabela 15

Mobilidade dos bancos comerciais - Absorções realizadas

Progresso dos bancos por número de grupos	número de absorções	participação das absorções na participação relativa de 1976 (%)
<u>1 grupo:</u>		
Banco Bozzano, Simonsen	1	0,01
Banco do Est. do R.G.Norte	1	-
Banco de Crédito Nacional	5	0,36
Banco América do Sul	4	0,34
Banco do Est. do Paraná	2	0,34
Banco do Est. do R.G.Sul	2	0,06
Banco Mercantil Brasil	4	0,96
Banco Sul Brasileiro	3	1,74
Banco Econômico	5	1,29
Banco do Est.do Rio de Janeiro	3	1,84
União de Bancos Brasileiros	3	2,00
Banco Brasileiro de Descontos	14	4,11
Banco do Est.de São Paulo	9	1,68
<u>2 grupos:</u>		
Banco Comercial Aplik	1	0,02
Banco Industrial do Ceará	2	-
Banco Itaú	5	6,78
<u>3 grupos:</u>		
Banco Geral do Comércio	2	0,01
Banco Bamerindus do Brasil	11	2,36
<u>4 grupos:</u>		
Banco de Tokyo	1	0,13
Banco Mineiro	4	0,03
<u>5 grupos:</u>		
Banco Safra	4	0,08
<u>6 grupos:</u>		
Banco Progresso de Minas Gerais	1	-
Banco Expansão Industrial de S.Paulo	2	0,01
<u>9 grupos:</u>		
Banco Cidade de São Paulo	3	0,01

Em resumo, temos que, dos 25 bancos que mantiveram sua posição inalterada, 8 realizaram absorções; dos 12 que perderam posição, apenas um realizou absorções; dos 50 que ganharam posição, 24 realizaram absorções.

Se considerarmos, arbitrariamente, os bancos compreendidos entre os grupos 1 e 8 como pequenos, entre os grupos 9 e 12 como médios e entre os grupos 13 e 15 como grandes, verifica-se o seguinte:

- 14 bancos pequenos em 1964 melhoraram seu "status" em 1976, passando a médios;
- 9 bancos médios em 1964 passaram a grandes em 1976;
- a maior parte dos bancos absorvidos e desaparecidos pertencia ao grupo dos pequenos em 1964;
- 53 bancos absorvidos eram bancos médios em 1964;
- apenas três bancos absorvidos podiam ser considerados grandes em 1964.

Procurou-se, também, separar do total de absorções aquelas consideradas intermediárias, a fim de classificar apenas aqueles bancos que foram absorvidos pelos bancos sobreviventes, conforme seu volume de depósitos em 1964. Após tal tarefa, verificou-se que eram as seguintes características de tais bancos, no que se refere a seu tamanho:

Tabela 16 - Número de bancos absorvidos

pequenos:	75
médios:	36
grandes:	2
não identificados:	8
total:	121

Assim, tendo uma visão global do que ocorreu com a totalidade dos bancos sobreviventes entre 1964 e 1976, bem como das características dos bancos absorvedores e absorvidos ,

pode-se tentar especular sobre algumas grandes questões colocadas no início desta seção.

A primeira delas consiste em verificar se os bancos grandes em 1976 eram os bancos grandes de 1964, ou seja, quer-se saber se os bancos grandes foram sempre grandes. Considerando como grandes aqueles pertencentes aos grupos 13, 14 e 15, constata-se que, dos 17 existentes em 1964, 3 foram absorvidos e 3 perderam posição (sendo que destes últimos 2 eram estrangeiros e 1 era público). Portanto, dos 17 considerados grandes em 1964, 11 mantiveram essa posição em 1976. Contudo, o total de bancos grandes em 1976 era constituído por 20 estabelecimentos, e como 11 mantiveram seu "status" desde 1964, a diferença - 9 bancos - foi preenchida por bancos que ganharam posição. Assim, em termos percentuais, do total de bancos grandes em 1976, 55% deles já eram considerados grandes em 1964, enquanto 45% deles eram bancos que em 1964 eram médios. O importante a notar no grupo de bancos grandes é que eles foram bastante beneficiados por absorções. Com efeito, daqueles que mantiveram sua posição desde 1964, apenas 2 não fizeram absorções; dos 9 que passaram de médios a grandes, apenas 2 também deixaram de fazer absorções.

Com os bancos médios ocorreu fenômeno mais ou menos análogo. Dos 87 que existiam em 1964, 1 desapareceu, 53 foram absorvidos, 2 perderam posição (destes últimos 1 era estrangeiro) e 9 tornaram-se bancos grandes. Assim, 22 bancos mantiveram a posição de bancos médios desde 1964, sendo que apenas 6 deles foram beneficiados por absorções. Como em 1976 havia 41 bancos de porte médio, os restantes 19 bancos são de responsabilidade de três fatos distintos: em primeiro lugar, 3 bancos que em 1964 eram grandes perderam posição, transformando-se em médios no ano de 1976 ; em segundo lugar, apareceram no período 2 novos bancos, que com o passar do tempo alcançaram porte médio; por último, e mais importante, ocorreu um forte progresso de 14 bancos anteriormente considerados pequenos, sendo que 8 deles foram beneficiados por absorções.

A segunda questão refere-se a se os bancos peque

nos foram sempre pequenos. A resposta, fruto de uma simples inspeção na matriz de transição, é positiva. De fato, como já mencionado anteriormente, dos 34 bancos pequenos existentes em 1976, apenas 2 deles tinham sido bancos médios em 1964 e 6 foram criados durante o período. Além disso, é de se frisar que apenas 3 dos bancos que continuaram pequenos foram beneficiados por absorções.

A terceira questão diz respeito aos bancos beneficiados pelas absorções, ressaltando-se que o critério para aquilatar os bancos mais beneficiados refere-se à posição alcançada em 1976. Ao que parece, os maiores beneficiados foram os bancos grandes. Destes, alguns devem ter mantido sua posição graças às absorções realizadas durante o período. Em segundo lugar, foram beneficiados alguns bancos que eram médios em 1964 e passaram a grandes em 1976. Por último, foram beneficiados alguns bancos pequenos de 1964, que conseguiram passar a médios em 1976.

Finalmente, é necessário fazer algumas considerações sobre a chamada rigidez na estrutura da indústria bancária. É claro que esperar uma rigidez absoluta implicará preencher a matriz de transição apenas na sua diagonal principal, e isso representaria um caso extremo. Mas no caso dos bancos, o número deles que se moveu, em todos os grupos, foi pelo menos igual ao número dos que mantiveram sua posição. Assim, como as observações registradas acima e abaixo da diagonal principal representam mais que o dobro das observações ao longo da diagonal, ao que tudo indica, houve alguma mobilidade dentro da indústria constituída pelos estabelecimentos bancários.

c) Crescimento e sobrevivência

Uma análise dos cem maiores bancos comerciais em 1964 e 1976 pode ser utilizada para responder algumas questões, seguindo, basicamente, proposição de Kaplan (1964) e Whittington

(1980). Em primeiro lugar, quer-se conhecer o que aconteceu com os cem maiores estabelecimentos bancários do país em 1964, após doze anos. Em segundo lugar, quer-se saber melhor quais as origens, doze anos antes, dos cem maiores bancos de 1976. Em terceiro lugar, pretende-se verificar até que ponto o tamanho é importante para os maiores estabelecimentos, no sentido de assegurar sua sobrevivência e seu crescimento.

Primeiramente, portanto, pretende-se responder o que aconteceu com os maiores cem bancos de 1964. A tabela 17 mostra a sobrevivência desses bancos em 1976, nas mesmas posições relativas de 1964.

Tabela 17

Sobrevivência em classificações similares de 1964 a 1976

Classificação em 1964	Sobreviventes em classificação similar em 1976	Proporção de Sobrevivência
1 - 12	8	0,67
1 - 25	14	0,56
1 - 50	30	0,60
1 - 100	47	0,47

Os números mostram que, dos cem maiores bancos de 1964, apenas 47 pertenciam aos cem maiores de 1976. Consequentemente, a proporção de sobrevivência foi de apenas 47% para os cem bancos como um todo. As informações sugerem, entretanto, que a posição das 12 maiores firmas bancárias de 1964 é mais segura do que a das demais. Segurança, neste caso, significa a probabilidade de sobrevivência nos percentis mais altos da classificação.

Contudo, cabe pensar se a manutenção de um lugar entre os cem maiores é mais importante que a sobrevivência absoluta, independentemente de assegurar uma dada classificação. A tabela 18 mostra uma situação bem pouco alterada, com alguma mudança para os 25 maiores bancos.

Tabela 18

Sobrevivência absoluta em 1976 dos cem maiores bancos de 1964

Classificação em 1964	Número de bancos em 1976	Proporção de Sobrevivência	Proporção Marginal de Sobrevivência
1 - 12	11	0,92	0,92
1 - 25	19	0,76	0,62
1 - 50	30	0,60	0,44
1 - 100	47	0,47	0,34

Como se nota, 11 dos 12 maiores bancos em 1964 ainda sobreviviam em 1976, dos quais 8 entre os doze maiores de 1976 e 3 abaixo desses 12 maiores. Considerando os 25 maiores de 1964, 19 ainda existiam em 1976 (14 dos quais entre os 25 maiores de 1976). A principal conclusão derivada da tabela acima é o fato de a taxa de sobrevivência ser maior para os bancos maiores.

Portanto, o tamanho relativo maior parece significar maior segurança para os estabelecimentos bancários, no sentido de uma maior possibilidade de sobrevivência. Uma possível razão para esse fato é que os maiores bancos são relativamente imunes a serem absorvidos por outros bancos, justamente pela proteção que seu maior tamanho lhes oferece. Nesse sentido, a tabela 19 fornece algumas informações sobre absorções envolvendo os cem maiores bancos de 1964.

Tabela 19

Bancos comerciais absorvidos de 1964 a 1976

Classificação em 1964	Absorções (e desaparecimentos)	Proporção de Absorções	Proporção Marginal de Absorções
1 - 12	1	0,08	0,08
1 - 25	6	0,24	0,38
1 - 50	20	0,40	0,56
1 - 100	53	0,53	0,66

Em resumo, dos cem maiores bancos existentes em 1964, apenas 47 sobreviveram até 1976. As 53 vagas restantes foram preenchidas pelo aparecimento de 6 novos bancos e pelo crescimento de 47 bancos que em 1964 estavam classificados abaixo dos cem maiores.

Finalmente, uma questão adicional refere-se ao conhecimento das origens dos cem maiores bancos em 1976. A tabela 20 complementa as informações até aqui apresentadas, mostrando quantos dos cem maiores estabelecimentos de 1976 existiam em 1964.

Tabela 20

Distribuição dos cem maiores bancos de 1976 e existentes em 1964

Classificação em 1976	Número de bancos em 1964	Proporção de So- brevivência-1964	Proporção Marginal de Sobrevivência 1964
1 - 12	12	1,00	1,00
1 - 25	25	1,00	1,00
1 - 50	49	0,98	0,96
1 - 100	94	0,94	0,90

A construção de uma matriz de transição para os cem maiores bancos de 1964 e 1976, com linhas e colunas ordenadas por agrupamentos de dez bancos cada, indicou também uma grande mobilidade para os sobreviventes.

A conjugação das matrizes de transição desta seção e da seção anterior parece mostrar que parcela considerável dos bancos que ganharam posição refere-se aos que eram pequenos em 1964.

FIGURA 10 - Matriz de Transição dos cem maiores bancos-1964/76

64 \ 76	10 ⁻	10	10	10	10	10	10	10	10	10 ⁺	Desap.	Abs.	Total
10 ⁻						1	1				1	7	10
10					2	1	1					6	10
10		1			1	2	1					5	10
10			1			1		1				7	10
10					1			2				7	10
10							1	1	1	1		6	10
10								3	1			6	10
10							1		4			5	10
10							1	2	3	1		3	10
10 ⁺								1	1	8			10
Ap.	1	3			1		1						6
Ab.100	9	7	9	9	6	4	3						47
Total	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	1	52	153

Obs.: Desap. - Bancos desaparecidos

Abs. - Bancos absorvidos

Ap. - Aparecimento de bancos novos

Ab.100 - Bancos classificados abaixo dos cem maiores

d) Dinâmica da concentração

A concentração dentro de uma indústria pode se modificar por diversos motivos, uma vez que novas firmas podem passar a fazer parte da indústria e outras podem sair, inclusive podendo ser absorvidas. Além do mais, as firmas que fazem parte da indústria alteram seu tamanho ao longo do tempo, passando por um processo de crescimento ou mesmo de decrescimento.

A fim de verificar o papel de cada um desses elementos, foram calculadas as estimativas de tamanho médio e de variância (dos logaritmos) dos diversos grupos de estabelecimentos bancários.

Tabela 21

Tamanho médio e variância dos bancos comerciais - valores em ln

Bancos*	N	$\bar{x}$	s^2
Total - 1964	303	0,580	4,785
Desaparecimentos	215	0,269	3,693
Sobreviventes - 1964	87	1,348	6,776
Sobreviventes - 1976	87	6,271	3,834
Aparecimentos	6	4,797	2,137
Total - 1976	102	5,982	4,023

N = número de bancos

$\bar{x}$ = tamanho médio

s^2 = variância

* exclusive Banco do Brasil

Ao que parece, os bancos que desapareceram tinham um tamanho médio inferior àquele do total de bancos existentes em 1964, e variância também menor. Como resultado, os bancos sobreviventes, medidos em termos de 1964, tinham um tamanho

médio relativamente grande, embora sua variância também fosse grande.

Em consequência das mudanças no tamanho relativo dos sobreviventes, a variância se reduziu de modo significativo, aumentando ligeiramente para o total de bancos existentes em 1976, por causa do aparecimento de um pequeno número de novos bancos. Portanto, as informações levam à conclusão de que houve uma acentuada tendência para a concentração se reduzir entre os bancos sobreviventes.

e) A lei de Gibrat

Uma forma alternativa de interpretar o crescimento dos bancos comerciais no Brasil constituiu-se na utilização da chamada lei de Gibrat do crescimento proporcional (ou efeito proporcional). A argumentação básica desse engenheiro francês foi desenvolvida em 1931, formulando que a probabilidade de mudança proporcional no tamanho das firmas de uma indústria era independente de seu tamanho e mesmo da história de seu crescimento passado. Desse modo, tal lei de crescimento geraria uma distribuição lognormal do tamanho das firmas, distribuição essa que se assemelha bastante com a observada empiricamente no caso dos bancos comerciais. Assim, quando forças aleatórias (independentes, pequenas e em grande número) agem multiplicativamente sobre uma variável, é gerada uma curva lognormal. Em outras palavras, isso significa que os determinantes do crescimento das firmas tendem a provocar mudanças em seu tamanho, as quais se processam por proporções distribuídas aleatoriamente. Ou seja, as forças que agem para o crescimento ou decréscimo das firmas não favorecem firmas de qualquer tamanho específico.

Esse modelo simples, portanto, toma o crescimento das firmas de uma indústria mero resultado da sorte. Assim, algumas de suas implicações devem ser mencionadas, para verifi

car a viabilidade de sua aplicação ao caso dos bancos comerciais no Brasil. Em primeiro lugar, as firmas grandes, médias e pequenas teriam de mostrar um mesmo crescimento proporcional médio. Em segundo lugar, a dispersão das taxas de crescimento teria de ser a mesma para firmas grandes, médias e pequenas. Em terceiro lugar, a distribuição das taxas de crescimento proporcional teria de ser lognormal. Em quarto lugar, a dispersão relativa do tamanho das firmas tenderia a crescer no tempo.

A primeira e a segunda dessas implicações foram examinadas, indiretamente, no capítulo referente ao crescimento dos bancos comerciais e aparentemente parecem não ter obtido sustentação empírica. A terceira implicação parece também não se manter. Utilizando-se a matriz de transição construída em capítulo anterior, foi possível montar a Tabela 22 que mostra a distribuição dos bancos por seu crescimento proporcional.

Tabela 22

Distribuição dos bancos comerciais por crescimento proporcional

CRESCIMENTO PROPORCIONAL (TAMANHO EM 1976 / TAMANHO EM 1964)	NÚMERO DE BANCOS
1/16	1
1/8	-
1/4	3
1/2	8
1	25
2	22
4	12
8	7
16	3
32	1
64	4
128	-
256	-
512	1

O crescimento proporcional representado pela unidade mostra os bancos que mantiveram sua participação relativa no período em estudo, ou seja, os que se mantiveram na diagonal principal da matriz de transição. Os que dobraram sua participação tiveram um crescimento proporcional igual a 2 e localizaram-se na diagonal imediatamente acima da principal na matriz de transição, e assim por diante. Se a terceira implicação se mantivesse, seria de se esperar uma simetria das frequências de ambos os lados da distribuição, centrada na classe de crescimento unitário. Ao invés disso, a tabela 22 mostra uma acentuada assimetria positiva, mostrando, portanto, a ausência de ocorrência da implicação descrita.

Por fim, a última implicação não se sustenta pela análise das informações disponíveis, visto que a dispersão relativa dos tamanhos dos bancos decresceu, conforme foi examinado no capítulo referente ao crescimento dos estabelecimentos bancários.

A conclusão alcançada é que o processo aleatório de crescimento de firmas, embora tenha um conteúdo teórico consistente e bastante interessante, não se aplica ao caso dos bancos comerciais no Brasil, no período em estudo. Assim, o assunto tem apenas um caráter especulativo, do ponto de vista intelectual, mas não encontra suporte empírico adequado. É claro que abordagens mais ricas podem ser desenvolvidas (e já o foram, conforme estudo de Meirelles (1974) aplicando as chamadas "cadeias de Markov"), mas qualquer conclusão no sentido de considerar processos estocásticos como determinantes do crescimento de firmas dificilmente se sustenta na análise empírica mais séria, pois existem algumas objeções de porte razoável a levar em conta. A primeira delas refere-se ao fato de que as taxas de crescimento de uma firma, ano após ano, podem não ser independentes. Em outras palavras, pode existir algum fator que proporcione um elevado crescimento de uma firma durante longo período, tal como a presença de um executivo dotado de excepcional visão empresarial. Além disso, existem forças econômicas que têm papel preponderante na explicação do crescimento das firmas. Exemplos des

sas forças econômicas são a presença de regulamentação governamental. Por outro lado, as taxas de crescimento proporcional ou o desvio-padrão dessas taxas podem estar associadas com o tamanho das firmas. No caso dos bancos comerciais sobreviventes no Brasil, as taxas de crescimento das firmas menores foram superiores às das firmas grandes. No que se refere à variabilidade das taxas de crescimento, há indicações de que as firmas grandes tiveram um crescimento mais estável. Em compensação, a maior parcela das mais de duas centenas de desaparecimentos de estabelecimentos bancários foi preenchida por firmas pequenas. Finalmente, é de se mencionar o fato de que tantos desaparecimentos, e mesmo alguns aparecimentos, prejudica um pouco a linha de raciocínio do modelo de Gibrat.

CONCLUSÕES

Este trabalho se propôs a estudar os bancos comerciais no Brasil, durante um período que se caracterizou, basicamente, pelo desaparecimento de mais de duas centenas de estabelecimentos, via fusões e incorporações. Esse período iniciou-se após a criação do Banco Central no final de 1964 e durou cerca de uma década, terminando em 1976. Para melhor entendimento sobre o que ocorreu com o conjunto dos bancos comerciais, ou seja, com a indústria bancária, tornou-se evidente que a utilização de índices de concentração medindo a participação apenas dos maiores bancos na totalidade da indústria forneceria uma visão muito limitada sobre o tema proposto. Daí, optou-se pela escolha de um conceito de concentração que representasse mais adequadamente a totalidade das firmas da indústria bancária, e não apenas a parcela dominante dessa indústria. Devido à conjugação de algumas circunstâncias, em especial o fato de a distribuição do tamanho dos bancos ajustar-se à distribuição lognormal, e também o fato de que inúmeros indicadores de concentração são derivados da variância dos logaritmos dos tamanhos dos bancos, adotou-se essa variância como representativa da concentração bancária, multo embora se tivesse o cuidado de considerar tal indicador como representativo da concentração relativa. Após o exame dos dados pertinentes, foram alcançadas as seguintes conclusões:

- a) A variância dos logaritmos dos tamanhos dos bancos reduziu-se entre 1964 e 1976, indicando uma diminuição na concentração relativa da indústria bancária. Menor variância significa menor distância entre os tamanhos dos bancos, representando uma desigualdade mais atenuada e, portanto, uma desconcentração relativa na indústria bancária. É de se observar que não cabem aqui críticas a tal conclusão, por presumível ingenuidade. Não se está afirmando que a indústria bancária não é concentrada, mas sim que a dispersão de tamanhos se reduziu. O fato de haver uma redução no número de firmas bancárias não é condição necessária para aumentar a concentração;

essa redução representa mais uma centralização do capital financeiro. Entretanto, na medida em que os pequenos crescem mais aceleradamente ao longo do tempo, é evidente que a indústria, em termos relativos, desconcentrou-se.

- b) A redução na concentração relativa da indústria bancária é devida, fundamentalmente, ao crescimento daqueles bancos que em 1964 eram pequenos. Com efeito, a análise dos dados mostrou que tal crescimento foi mais acelerado que o dos bancos que eram grandes em 1964, a ponto de modificar a estrutura da indústria bancária.
- c) O menor crescimento dos bancos que já eram grandes em 1964 prende-se, basicamente, a duas razões. Em primeiro lugar, esses bancos tiveram maiores oportunidades para diversificar sua atuação na economia brasileira, através da formação de conglomerados financeiros. Em segundo lugar, o volume absoluto de crescimento de que eles necessitavam para ao menos crescer a taxas iguais aos pequenos era naturalmente muito maior, e conforme os resultados demonstraram, não foi suficiente para tanto.
- d) Embora alguns bancos pequenos tenham absorvido outros bancos, a maior parte das absorções foi importante para os bancos que eram grandes em 1964. Isso significa que o crescimento externo foi preponderante para os bancos maiores e o crescimento interno preponderante para os bancos menores.
- e) Há algumas indicações de que o crescimento dos bancos públicos foi relativamente inferior ao crescimento dos bancos privados. Por outro lado, alguns bancos estatais foram beneficiados por absorções, mas não nas mesmas proporções que os bancos privados maiores, o que leva a perguntar se não foi o caso de os estímulos a absorções terem ocorrido justamente para contrabalançar as facilidades concedidas a bancos públicos, que por sinal jamais foram molestados por dificuldades ou políticas que acarretassem seu desaparecimento ou absor

ção.

- f) Em consequência do caráter diferenciado do crescimento dos bancos, pode-se afirmar que ocorreu acentuada mobilidade dentro da estrutura da indústria bancária. Realmente, a análise mostrou que muitos bancos que eram pequenos passaram a médios, e alguns destes últimos passaram a grandes em tão curto espaço de tempo.
- g) Com relação à capacidade de sobrevivência, pôde-se verificar que as maiores probabilidades nesse sentido estavam associadas ao tamanho. Em outras palavras, isso significa que a maior parte dos bancos que foram absorvidos ou desapareceram era constituída por bancos pequenos em 1964. Assim, embora o tamanho maior não tenha assegurado crescimento na mesma medida, parece ter proporcionado garantia mais ampla para sua sobrevivência.
- h) Dentre inúmeras causas que podem ter impulsionado o crescimento dos bancos que sobreviveram no período estudado, algumas foram examinadas, indicando que os maiores estímulos nesse sentido originaram-se da regulamentação governamental ou foram acarretados pelo próprio crescimento da economia brasileira.
- i) Por outro lado, não é demais também lembrar que parcela considerável dos bancos absorvidos estava nos mesmos grupos, tanto em 1964 como na época em que foram absorvidos. Isso parece sugerir que nem todos os bancos desaparecidos daquela forma estavam necessariamente passando por crises, mas sim foram alvo de estímulos governamentais para que fossem absorvidos.

Em resumo, acredita-se que com a utilização de um conceito alternativo de concentração pôde-se tentar uma interpretação a respeito do crescimento dos bancos comerciais no Brasil. Esse crescimento, conforme se verifica pela leitura dos

capítulos pertinentes, não ocorreu de forma homogênea para todos os estabelecimentos. Tal constatação permitiu verificar que a participação dos bancos pequenos aumentou, em detrimento da participação dos grandes. Esse fato indica que o tamanho dos bancos grandes diluiu-se, em termos relativos, tornando mais forte o poder do Banco Central para exercer regulamentação. Obviamente, as simples taxas de concentração encobrem esse ponto.

Finalmente, torna-se necessário registrar aqui que a análise elaborada no trabalho sofre de algumas limitações. Em termos conceituais, seria necessário que o número de firmas não se alterasse ao longo do tempo; o procedimento adotado de levar em conta os bancos sobreviventes soluciona em parte essa questão, mas não totalmente. De qualquer forma, foi esse o modo também utilizado pelos teóricos que pioneiramente trabalharam com a variância dos logaritmos representando a concentração. Empiricamente, é possível que a ausência de informações sobre o crescimento de uma dezena de bancos pequenos em 1964 tenha trazido alguma deformação na análise, mas espera-se que não a ponto de alterar os resultados substancialmente.

Julga-se também conveniente apresentar algumas sugestões. Como se sabe, trabalhos na área de bancos comerciais vêm-se multiplicando no Brasil, tornando-se necessário que os órgãos públicos, principalmente o Banco Central, passem a se organizar no sentido de se transformarem em protagonistas importantes da pesquisa econômica do país. Assim, é conveniente que fossem elaborados estudos referentes aos seguintes tópicos, entre outros:

- relação dos bancos existentes ao final de cada ano, até onde os arquivos possam informar, com as informações mais importantes de seus demonstrativos financeiros;
- relação dos bancos associados com o capital estrangeiro, também a cada ano, em que proporção;
- estudos visando determinar as áreas relevantes de mercado para os bancos comerciais, separados por agências;
- estrutura dos custos e receitas dos bancos comerciais, por a

gências e por praças;

- histórico dos bancos comerciais, inclusive das absorções e desaparecimentos, ao menos desde os tempos da SUMOC.

Sabe-se que a maior parte dessas informações são do conhecimento do Banco Central, mas infelizmente elas não são divulgadas ou não estão facilmente disponíveis para divulgação. Entretanto, acredita-se que seriam de grande valia para aprofundar o conhecimento de tão importante setor da economia, justificando-se quaisquer esforços no sentido de promovê-las.

A P Ê N D I C E A

REGULAMENTAÇÃO SOBRE EXPANSÃO DOS BANCOS COMERCIAIS NO BRASIL

1) Antes de 1965

De 1930 a 1944 o regulamento da Carteira de Redescontos foi alterado diversas vezes, no sentido de tornar menos rígido seu mecanismo de funcionamento. Tais modificações, de um lado, facilitaram gradativamente a emissão de papel-moeda e, de outro lado, geraram inflação de crédito bancário, estimulando atividades especulativas. Essa explicação está no cerne da multiplicação de bancos e casas bancárias que ocorreu no período¹. A atração de lucros fáceis e a inexistência de uma lei bancária rigorosa facilitavam a fundação daqueles estabelecimentos. Além disso, Institutos e Autarquias faziam seus depósitos em bancos particulares, visto que eles remuneravam seus depositantes a taxas superiores às do Banco do Brasil. Assim, muitos estabelecimentos bancários foram fundados com capital meramente nominal, com o intuito de cumprir as formalidades legais e obter a necessária carta-patente. Logo após, o novo banqueiro corria à caça de depósitos daquelas instituições, pagando às vezes até comissões para consegui-lo. Em seguida, passava a operar com os recursos disponíveis sem obedecer a técnicas bancárias indispensáveis, especulando principalmente no mercado imobiliário.

Esse quadro de fundo, como seria de esperar, passou a gerar sérias inquietações. Já em 1944 o Governo federal manifestava sua preocupação com os problemas que afetavam a confiança necessária à normalidade dos negócios em geral, em decorrência da II Guerra Mundial. De um ponto de vista mais particular, considerava-se fundamental oferecer aos bancos condições de mobilidade de seus ativos, no sentido de que lhes fosse permitido, "em qualquer emergência, fazer face aos compromissos assumi

¹ Relatório do Banco do Brasil - 1945.

dos com seus depositantes e às necessidades gerais da economia do país"².

Com tais considerações, o Governo decretava ³ o restabelecimento da Caixa de Mobilização Bancária, com a nova denominação de Caixa de Mobilização e Fiscalização Bancária, e com atribuições ampliadas. A nova legislação determinava que os pedidos de autorização para funcionamento de bancos e casas bancárias deveriam ser dirigidos ao Ministro da Fazenda, através da Caixa de Mobilização e Fiscalização Bancária. De um modo geral, nenhum estabelecimento bancário seria autorizado a funcionar sem a realização de capital mínimo previsto para sua categoria e área de operações, na forma geral que fosse estabelecida pela Caixa de Mobilização e Fiscalização Bancária; no que se refere à regulamentação da rede de agências, os bancos comerciais foram agrupados em categorias, definidas em termos de seu capital, que determinaria a área geográfica na qual as filiais ou agências poderiam estabelecer-se, conforme o quadro A.1

Quadro A.1 - Área de operações dos bancos comerciais - D.L.6419/44

CAPITAL DO BANCO ⁴	ÁREA POSSÍVEL DE OPERAÇÕES
acima de CR\$ 50 mil	- todo o território nacional
de CR\$ 20 mil a CR\$ 50 mil	- regiões indicadas no pedido ou no ato de autorização
de CR\$ 5 mil a CR\$ 20 mil	- áreas municipais contíguas às indicadas no ato de autorização
abaixo de CR\$ 5 mil	- municípios em que suas sedes estivessem instaladas

Em todos os casos, a instalação de sucursais, filiais ou agências de bancos nacionais no exterior dependeria de autorização expressa da Caixa de Mobilização e Fiscalização Bancária. Por fim, no que se refere às casas bancárias, a Caixa sub

²Exposição de motivos do Decreto-lei nº 6.419, de 13.04.44.

³Decreto-lei nº 6.419, de 13.04.44.

⁴Todas as cifras a seguir apresentadas são expressas na unidade monetária em vigor a partir de 15.05.70, para compatibilizar comparações.

meteria à apreciação ministerial os limites mínimos de capital que deveriam ser observados para seu funcionamento. As restrições levariam em conta a importância econômica das praças em que tivessem de ser localizadas, a existência ou não de outros bancos, agências ou casas bancárias, bem como outros fatores que pudessem influir na fixação dos critérios a adotar.

Menos de dois meses após tal regulamentação, foi aprovado novo Decreto-lei⁵, corrigindo o agrupamento dos bancos no que se refere ao estabelecimento de filiais ou agências, e redefinindo uma das áreas possíveis de operações, conforme quadro A.2

Quadro A.2 - Área de operações dos bancos comerciais - D.L.6541/44

CAPITAL DO BANCO	ÁREA POSSÍVEL DE OPERAÇÕES
igual ou superior a CR\$ 50 mil	- todo o território nacional
igual ou superior a CR\$ 20 mil mas inferior a CR\$ 50 mil	- regiões indicadas no pedido de autorização
igual ou superior a CR\$ 5 mil mas inferior a CR\$ 20 mil	- Estado autorizado e áreas municipais indicadas no ato de autorização
inferior a CR\$ 5 mil	- Municípios em que estivessem instalados

Era essa a situação prevalecente em 1945, no tocante à legislação sobre abertura de bancos e agências bancárias. Em 1945 foi criada a Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC)⁶, diretamente subordinada ao Ministério da Fazenda, com o objetivo de exercer o controle do mercado monetário, bem como preparar a organização do Banco Central. Entre outras atribuições, cabia à SUMOC orientar a fiscalização dos bancos; no fi

⁵ Decreto-lei nº 6541, de 29.05.44

⁶ Decreto-lei nº 7293, de 02.02.45

nal de 1945⁷ as funções executivas de fiscalização e inspeção de bancos, que ainda cabiam à Caixa de Mobilização e Fiscalização Bancária, foram totalmente transferidas à SUMOC. A partir daí, autorizações para funcionamento ou abertura de filiais ou agências de estabelecimentos bancários estariam condicionadas não a penas aos limites de capital vigentes, mas também às conveniên-cias de ordem geral apreciadas pela SUMOC.

Em junho de 1947, o Presidente Eurico Gaspar Dutra encaminhou ao Congresso Nacional projeto de lei com a finalidade de promover ampla reforma do sistema bancário. Em anexo ao projeto, fazia-se acampañhar longa exposição de motivos do Ministro da Fazenda e banqueiro Corrêa e Castro. Este, em 1946, distribuira o projeto a diversos segmentos da economia nacional, especialmente órgãos públicos, imprensa, associações de classe etc., solicitando sugestões e críticas. A exposição de motivos era uma resenha minuciosa dos principais comentários obtidos e, resumindo a legislação proposta, destacava a importância de se criar um Banco Central, visto que a SUMOC não tinha as atribui-ções e a amplitude de ação próprias de um banco central clássico.⁸ O projeto consagrava dois capítulos aos bancos comerciais, subordinando à aprovação do Banco Central a abertura de agências de bancos nacionais em território nacional ou estrangeiro, bem como de bancos estrangeiros em território nacional. Além disso, não mais reconhecia a existência de casas bancárias, visto considerar que elas se igualavam a bancos, tanto por suas finalidades como por suas operações.

O projeto original em uma semana provocava polêmicas e estudos intermináveis, que se alongaram por vários anos, até a promulgação da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, traduzindo não apenas interesses em jogo como também diferenças

⁷ Decreto-lei nº 8495, de 28.12.45.

⁸ A rigor, o sistema bancário que se pretendia estabelecer compreendia não só a criação do Banco Central, mas também a constituição de alguns bancos especializados, semi-estatais (Banco Rural do Brasil, Banco Hipotecário do Brasil, Banco de Exportação e Importação do Brasil, Banco Industrial do Brasil e Banco de Investimento do Brasil). O Banco do Brasil completaria a ação de tais bancos, mas seria transformado em banco típico de depósitos e descontos.

de opinião tecnicamente fundamentadas. As primeiras emendas definiam como estabelecimentos bancários os estabelecimentos comerciais que se destinavam a operações de empréstimo de dinheiro ou faziam correntemente tais operações com a finalidade de lucro, servindo-se de recursos financeiros fornecidos pelo público e utilizando-os por sua própria conta: conforme sua constituição jurídica, os estabelecimentos bancários se classificariam em bancos (sociedades de responsabilidade limitada) e casas bancárias (firmas individuais ou sociedades de responsabilidade ilimitada).⁹ A autorização de funcionamento de bancos e casas bancárias seria concedida pela Inspeção Federal de Bancos; igual tratamento teriam os pedidos de abertura de agências, e mesmo de filiais de bancos estrangeiros¹⁰.

Nos anos seguintes, teve continuidade uma política de eliminação gradativa dos empréstimos puramente especulativos, e visando maior seletividade dos títulos redescontáveis. Aos poucos reduziu-se o número de pequenos bancos que haviam aparecido no período anterior a 1945. Por sua vez, bancos mais sólidos abriam filiais e escritórios pelo interior brasileiro, "em louvável obra de disseminação do crédito"¹¹.

Durante três anos, o projeto, acompanhado por emendas e substitutivos, teve tramitação por entre Comissões e Subcomissões da Câmara, até que em 1950 a Comissão de Finanças aprovou substitutivo elaborado por Subcomissões da Câmara e pela Comissão de Economia. O substitutivo reconhecia ao Banco Central a função de autorizar o funcionamento de qualquer estabelecimento bancário, bem como de exercer atividades de fiscalização. Por sua vez, a SUMOC, até 1950, não se manifestara a respeito da a

⁹ O Decreto nº 14.728, de 12.03.21, classificava os estabelecimentos bancários em bancos e casas bancárias, adotando exclusivamente como caráter distintivo o capital do estabelecimento.

¹⁰ Projeto de lei do Deputado Alde Sampaio, de 30.06.47, publicado no Diário do Congresso Nacional de 21.05.54, p. 2.965.

¹¹ Relatório do Banco do Brasil - 1948.

bertura de agências bancárias¹². Porém, no segundo semestre de 1950¹³, expressou sua preocupação com a expansão imoderada de alguns estabelecimentos bancários que se processava mediante a extensão de sua rede de agências. Preocupava-se a SUMOC com o fato de que aquela expansão não levava em conta condições e possibilidades locais das praças visadas pelos bancos, gerando saturação das mesmas. Isso trazia consequências indesejáveis para os bancos, tanto no lado da captação como dos empréstimos: no primeiro, a concorrência pela captação dos depósitos levava a um aumento das taxas com que os bancos remuneravam seus clientes depositantes; no segundo, a concorrência nos empréstimos levava os bancos a concederem maiores facilidades nas concessões de crédito. É óbvio que esse procedimento gerava riscos elevados, o que era agravado pelo fato de que a expansão bancária era conduzida sem atendimento de condições desejadas de conhecimento e experiência dos corpos dirigentes das agências, principalmente gerentes e contadores. Em decorrência de tais preocupações, a SUMOC determinou, de uma forma bastante ampla, que, nos pedidos de autorização para abertura de agências, filiais ou escritórios de estabelecimentos bancários, levaria em conta o capital do banco e outras condições de ordem geral, a capacidade da praça visada de absorver novas dependências e o número de agências que o estabelecimento pretendente já possuísse em face do seu movimento e do tempo de seu funcionamento. Adicionalmente¹⁴, foram estabelecidos tetos máximos para as taxas de juros que os bancos abonavam a seus depositantes. Nessa época, os grandes bancos já firmavam seu prestígio, não somente pelo aumento da lu

¹² A SUMOC entendia que a legislação em vigor não lhe atribuía a fiscalização direta dos bancos. Entretanto, a Comissão de Inquérito do Banco do Brasil, criada em 10.02.51 por determinação pessoal do Presidente Getúlio Vargas, entendeu que a SUMOC tinha aquela atribuição. O relatório da aquela comissão dedicava um capítulo à organização bancária e tecia críticas não somente aos banqueiros pela imoderada expansão da rede bancária, mas também à SUMOC. Esta, no entender daquele relatório, nada fez durante os primeiros cinco anos de seu funcionamento, a não ser "enviar cartas aos bancos para reclamar o recolhimento das respectivas cotas de depósito", incrementando, portanto, a expansão dos bancos pela tácita anuência. Após tal manifestação, a SUMOC criou a Inspeção Geral de Bancos, em 02.08.51. Vide Hêlio Silva - 1954 - Um Tiro no Coração: Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, pp. 110-115.

¹³ Instrução nº 33, de 17.08.50.

¹⁴ Instrução nº 34, de 17.08.50.

cratividade das operações bancárias, em decorrência do recrudescimento da inflação, como também pelo fato de iniciar-se um deslocamento de depósitos dos pequenos bancos em favor daqueles, devido à Instrução 34 da SUMOC¹⁵.

Em 1951, a SUMOC¹⁶ reiterava suas preocupações com a expansão da rede bancária, inquietando-se com o fato de que o aumento do número de agências nem sempre atendia às conveniências e possibilidades das praças escolhidas. Isso prejudicava regiões em desenvolvimento ou mal-aparelhadas, pois favorecia a concentração de departamentos em zonas que já eram bem servidas. Assim, a SUMOC baixou novas determinações, que eram mais específicas e ao mesmo tempo mais cuidadosas. Em primeiro lugar, foram ampliadas as exigências da Instrução 33, no sentido de que os exames de pedidos para abertura de agências deveriam levar em conta a número ideal de filiais admissíveis na localidade. Essa quantidade ideal de agências seria determinada tanto em face do potencial econômico da localidade em questão, como considerando a relação entre os volumes globais de depósitos e aplicações já ali existentes. Assim, as localidades foram classificadas em três categorias:

- a) zonas de captação de fundos: aquelas em que a produção e o comércio, já estabilizados, não pudessem absorver os recursos ali mobilizáveis; quando o montante de empréstimos fosse igual ou superior à metade do montante dos depósitos, não seriam concedidas autorizações para abertura de novas agências;
- b) zonas florescentes: aquelas em que a produção e o comércio tivessem um valor tal que se pudesse considerá-las completamente desenvolvidas e potencialmente ricas; somente não se instalariam novas filiais quando o total de empréstimos atingisse o equivalente a 90% dos depósitos lá existentes; e
- c) zonas novas: aquelas mais recentemente exploradas e ainda em desenvolvimento, onde as necessidades da produção reclamassem durante certo tempo maiores investimentos que os recursos captáveis no local; seriam admitidas instalações de novas agên

¹⁵ Vide F.N.Costa (1978), p. 205.

¹⁶ Instrução nº 37, de 20.06.51.

cias até o ponto em que os empréstimos atingissem volume equivalente a 150% dos depósitos totais existentes na localidade.

Além de respeitar tal critério de classificação, deveria também ser observada uma tabela para determinação do número máximo de filiais admissíveis na localidade, compreendidas as já existentes, conforme é mostrado no quadro A.3

Quadro A.3 - Número máximo de filiais de bancos comerciais - Instr. 37/51

DEPÓSITOS TOTAIS DA PRACA	Nº DE AGÊNCIAS
até CR\$ 5 mil	1
acima de CR\$ 5 mil até CR\$ 15 mil	2
acima de CR\$ 15 mil até CR\$ 30 mil	3
acima de CR\$ 30 mil até CR\$ 60 mil	4
acima de CR\$ 60 mil até CR\$ 80 mil	5
acima de CR\$ 80 mil até CR\$ 100 mil	6
acima de CR\$ 100 mil	6 mais 1
	a cada CR\$ 15 mil

Finalmente, a SUMOC fazia algumas observações adicionais. Nas praças em que o volume médio de depósitos fosse superior a CR\$ 30 mil por agência estabelecida no local (em geral as grandes cidades), poderiam ser estabelecidos outros critérios para apreciação dos pedidos dos bancos. Por outro lado, quando os pedidos para abertura de agências em determinada localidade fossem superiores ao máximo permitido, o critério de preferência se referia aos bancos com melhor coeficiente na relação entre seu capital mais reservas e o número de filiais já possuídas; caso persistisse a igualdade, a preferência seria, pela ordem, do banco do Estado respectivo para abertura de filiais dentro do Estado, do banco de que participasse o Estado como maior acionista dentro do mesmo Estado, do banco regional para a abertura de filiais dentro do Estado onde tivesse sede e, por último, do banco mais antigo ou tradicional. A SUMOC manifestou também interesse especial em examinar pedidos de abertura de filiais em praças onde ainda não

houvesse bancos; nesses casos, os pleiteantes deveriam anexar aos pedidos um pequeno relatório com estudos sobre a região (ressaltando seu potencial econômico e seus recursos) e, em caso de aprovação, o departamento deveria permanecer em atividade pelo menos por três anos. Entretanto, exigia-se que o coeficiente da relação entre capital mais reservas e o número de agências do banco requerente fosse sempre superior a CR\$ 1 mil¹⁷. No artigo final da Instrução, a SUMOC garantia preferência especial a pedidos de fusões, incorporações ou transformação de sociedades cujo fim fosse a exploração bancária, visando não apenas permitir maior concentração de recursos como também para fortalecimento de instituições menores¹⁸.

Durante os três anos seguintes não houve qualquer manifestação da SUMOC sobre a expansão da rede bancária, até que, em meados de 1954, decidiu-se substituir as normas anteriores e fixar novas exigências para a concessão de dependências bancárias no país¹⁹. Assim, os bancos requerentes deveriam satisfazer algumas condições essenciais, tais como capital mínimo realizado (para sua categoria e área de operações), integridade do capital social, inexistência de débito na Caixa de Mobilização Bancária e de responsabilidade na Carteira de Redescontos excedente aos limites legais, e fiel observância à legislação então em vigor. Além disso, os bancos

¹⁷ Conforme observado por Meirelles (1973), a Instrução 37 marcou pela primeira vez a fixação de critérios quantitativos para a abertura de agências, mas a determinação de zona bancária não foi satisfatória, visto que as praças de cada zona não foram especificadas publicamente. Além disso, "o sistema de fixação de número máximo de agências por praças é compatível apenas com um leilão de cartas-patentes, em que os bancos concorrentes seriam colocados em uma listagem baseada em capital e reservas/agências existentes. Tal processo de seleção jamais foi realizado - não há nenhuma instrução sobre o assunto - sendo cada caso examinado individualmente, o que levou os bancos a pleitearem o máximo possível de agências, já que o seu estoque seria aproximadamente constante" (p.50).

¹⁸ Goodman (1969) assinala que essa preferência representava um estímulo bastante passivo, visto que as limitações à expansão da rede de agências eram muito liberais e, dessa forma, induziam os bancos a preferirem tal forma de crescimento.

¹⁹ Instrução nº 95, de 15.07.54.

deveriam ter margem suficiente no cômputo entre capital realizado mais reservas livres e o número de dependências que já possuíssem e o das solicitadas, nas seguintes bases:

- a) para a matriz, a parcela de capital mínimo indispensável à área local de operações e categoria era de CR\$ 10 mil;
- b) para cada dependência metropolitana no Distrito Federal e urbanas na capital de São Paulo, a parcela de capital mínimo era de CR\$ 3 mil;
- c) para cada dependência localizada em praças com dez ou mais unidades bancárias, a parcela de capital mínimo era de CR\$ 2 mil;
- d) para cada dependência em localidades com menos de dez unidades bancárias, a parcela de capital mínimo era de CR\$ 1 mil;
- e) para cada dependência localizada em zonas desassistidas de rede bancária, a parcela de capital mínimo era de CR\$ 0,5mil.

De forma geral, a SUMOC estabeleceu preferência a pedidos destinados a atender zonas desassistidas ou com assistência reduzida. O mesmo critério seria adotado para o estudo de novas dependências metropolitanas no Distrito Federal e urbanas nas capitais e outras praças dos Estados, a fim de que não ocorresse concentração exagerada da rede bancária em determinados logradouros.

Por último, as zonas bancárias foram reclassificadas conforme abaixo²⁰:

- a) zonas desassistidas: onde não houvesse assistência bancária satisfatória: para elas poderiam ser concedidas, inicialmente, autorizações até o máximo de cinco, incluídas as dependências já existentes;

²⁰ Meirelles (1973) assinala que as normas da Instrução 95 foram bastante liberais, mas não especificavam as praças existentes em cada zona e não promoviam leilão público de abertura de agências (p.51).

- b) zonas em desenvolvimento: onde houvesse entre cinco e dez estabelecimentos bancários, mas com necessidade de maior número para atender às necessidades de sua economia;
- c) zonas desenvolvidas: onde já houvesse dez ou mais unidades bancárias.

Ainda em 1954, a SUMOC adotou outras medidas visando limitar o crédito. Através da Instrução 105 fixaram-se novos limites nos juros pagos aos vários tipos de depósitos. Com isso se preparava o caminho para eliminar o pagamento de juros sobre depósitos à vista, bem como para impedir que tal pagamento servisse como meio de concorrência bancária²¹. Na verdade, no começo de 1954, os bancos haviam pressionado a SUMOC para eliminar os tetos das taxas de juros abonadas aos depositantes, no que conseguiram sucesso (Instrução 84). Entretanto, para os bancos, individualmente, a decisão não provocou vantagens consideráveis, visto que o acréscimo de depósitos foi pequeno para compensar os acréscimos de custo dos bancos, representados pelo aumento das taxas de juros²². Por sua vez, através da Instrução 108 foram aumentadas as taxas do recolhimento compulsório.

As determinações sobre a expansão da rede bancária prevaleceram por dois anos, até meados de 1956, quando a SUMOC baixou nova Instrução²³, revogando as Instruções 37 e 95. No essencial, as condições impostas em 1954 continuavam, mas foram providenciadas algumas alterações, entre as quais a parcela de capital mínimo para o Distrito Federal e a capital de São Paulo, que aumentou para CR\$ 5 mil. Além disso, as concessões de dependências bancárias ficariam limitadas, em seu conjunto, ao máximo de dez, em cada período de doze meses consecutivos. Independentemente desse limite, a concessão de novas agências no Distrito Federal e São Paulo ficaria restrita, em relação a cada estabelecimento, ao máximo de uma agência para cada parcela

²¹ Vide C.M.Peláez e W.Suzigan - História Monetária do Brasil: Análise da Política, Comportamento e Instituições Monetárias, IPEA, Série Monográfica nº 23, 1976, p. 303.

²² Vide J.L.Carvalho (1979), p.39.

²³ Instrução nº 134, de 05.07.56.

de CP\$ 10 mil do seu total de capital mais reservas. Em todos os casos, as autorizações não utilizadas no decorrer de um ano caduavam. Por fim, mais uma vez a SUMOC explicitava que mereceriam tratamento especial e seriam examinados prioritariamente os processos referentes a encampações ou incorporações de departamentos ou mesmo de estabelecimentos bancários.

Mais dois anos se passaram, e no final de 1958 a SUMOC²⁴ suspendeu o exame de pedidos referentes a transferências de sedes de estabelecimentos bancários, bem como o recebimento de solicitações para abertura de novas dependências bancárias. Como justificativa, a SUMOC argumentava com a conveniência de serem revistas as normas que à época disciplinavam a expansão da rede bancária nacional. Desse modo, os pedidos em andamento referentes à instalação de dependências seriam solucionados com estrita observância da Instrução 134. Ainda em 1958, novas restrições ao crédito foram adotadas, através da determinação de que os depósitos de órgãos públicos e autárquicos passassem a se concentrar no Banco do Brasil.

Ao longo de todos esses anos, prosseguia no Congresso a tramitação do projeto de reforma bancária, o qual, apenas em janeiro de 1959 foi declarado constitucional pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados. No parecer da Comissão, acentuava-se a preocupação com a expansão da rede bancária²⁵:

"... Os bancos nacionais vêm crescendo desordenadamente, subordinados a uma legislação obsoleta, falha de técnica, princípios e normas, ... O comércio bancário sofreu sensíveis abalos no seu antigo prestígio e confiança, quando o banqueiro ... era o homem que orientava os capitais, o condutor que dirigia os comboios vindos do fundo das idades para os caminhos

²⁴ Instrução nº 168, de 07.10.58.

²⁵ A Comissão de Constituição e Justiça da Câmara de Deputados que elaborou o parecer com data de 31.01.59 era composta pelos Deputados Oliveira Brito (Presidente), Nogueira da Gama (Relator), Joaquim Duval, Martins Rodrigues, Abguar Bastos, Prado Kelly, Milton Campos, Rondon Pacheco e Mário Guimarães. Senado Federal (1963), vol. I p.159.

abertos sobre o futuro. Banqueiros improvisados, destituídos de experiência e dos necessários conhecimentos, surgiram por toda a parte. A aventura passou a substituir a prudência. A técnica foi suplantada pelo arrojo irresponsável. O crédito bancário deixou de ser o instrumento racional do progresso transformando-se em agente de negociatas de seus dirigentes, num verdadeiro crime à poupança privada e à riqueza do país. Dezenas de bancos entraram em liquidações e caminharam para a falência, com o seu ativo concentrado em empresas, incorporações e loteamentos dos grupos que os exploravam, forçando o Tesouro Nacional a grandes sangrias para o socorro da economia popular representada pelos depositantes ludibriados... Procurou o Governo fomentar a incorporação ou fusão de estabelecimentos bancários concedendo isenção de impostos, selos e taxas para tais atos... mas resultou inútil a tentativa, por não interessar aos bancos sólidos chamar à sua responsabilidade acervos periclitantes e não ser possível que estes se fundissem entre si mesmos, numa única sociedade, que em hipótese alguma teria corpo e vida com caixas vazias e ativos perdidos"²⁶.

Em outro trecho daquele parecer, destacava-se a atuação da SUMOC:

"No meio de toda essa desordem, cujos efeitos continuam presentes, atuando desastrosamente na economia do país, inclusive no que se refere ao surto inflacionário, apenas se registra a predominância de um contrapeso - a Superintendência da Moeda e do Crédito... que, embora ainda sem meios legais eficientes para exercer o comando geral, disciplinador, das operações bancárias, vem, nos últimos anos, freando a expansão aventureira, em busca do indispensável saneamento das atividades de tão importante setor"²⁷.

E, prosseguindo na explanação do problema da reforma bancária:

"No estágio econômico que o país atravessa, de acelerado desen-

²⁶ Senado Federal (1963), pp.167-169.

²⁷ Ibid.

volvimento, com os fatores disponíveis da produção plenamente ocupados, a despeito de alguns vazios ou hiatos, oriundos das condições peculiares da geografia nacional e do atraso de al gumas de suas regiões, o crédito bancário devia ser o grande instrumento da mobilização de nossas riquezas, num sentido co ordenado e através de aplicações suscetíveis de estimular o trabalho agrícola e industrial em bases de produtividade. É certo que os bancos nacionais, notadamente os que mantêm rede de agências no interior, muitos ajudaram até o presente o pro gresso do país. Dificilmente, porém, poderão oferecer uma con tribuição de resultados econômicos vantajosos se continuarem ermos da disciplina legal adequada, inclusive porque, atraves sando o Brasil um período inflacionário de mais de quinze anos, o que hoje se vê é a concorrência especulativa, o interesse do lucro fácil e imediato, ante o qual já começam a ceder a pru dência, a honestidade, os princípios morais. O problema bancá rio, em tal conjuntura, se apresenta sob indisfarçável gravi dade: se, de um lado, é preciso implantar uma política de crê dito condizente às necessidades reais do comércio e da produ ção, que atenda a procura sob as limitações e a seletividade que o combate à inflação exige, de outro, cumpre assegurar ca rancia aos depósitos e liquidez às operações, agora e de futu ro mais expostos aos riscos que se renovam ante as mais sur preendentes transmutações dos fatos, na ordem social e econô mica"²⁸.

Em última análise, o longo parecer recomendava repetidamente a reforma bancária, ressaltando também a necessida de de descentralizar o crédito, no sentido local ou geográfico, e mesmo de promover a especialização das instituições de crédito, e particularmente dos estabelecimentos bancários (classificados como comerciais, rurais e de financiamento). Aos bancos estran

28 ibid.

geiros²⁹, salvo raras exceções, aplicar-se-iam todas as disposições da legislação proposta para os bancos privados nacionais.

No final de 1959, a SUMOC³⁰ restabeleceu as normas disciplinadoras dos pedidos de concessão de novas dependências bancárias, abrangendo agências e escritórios, e revogando as Instruções 134 e 168. Como condições indispensáveis a serem cumpridas pelos requerentes, a SUMOC repetia exigências anteriores, tais como a observância à legislação vigente, capital mínimo realizado para a categoria e área de operações do banco (inclusive tendo em vista a expansão da rede solicitada), integridade do capital, inexistência de débito na Caixa de Mobilização Bancária ou de responsabilidade na Carteira de Redescontos do Brasil e inexistência de operações de câmbio irregulares ou de pendências em contratos de repasse junto ao Banco do Brasil. Em contra-partida, foram estabelecidos dois novos indicadores a serem atendidos pelos bancos. Em primeiro lugar, a relação entre o capital realizado e íntegro mais reservas líquidas, e o total de depósitos não devia superar 1/15 (não se computando nos depósitos os de poderes públicos e autarquias de Estado que devesse a maioria das ações do banco depositário). Caso aquela relação fosse ultrapassada, poderiam ser concedidas novas autorizações até o final de 1960, desde que o estabelecimento requerente se comprometesse ao devido enquadramento mediante elevação de seu capital nos seis meses seguintes a contar da data de concessão. Em segundo lugar, o Imobilizado do banco não podia ser superior à soma de seu capital e reservas.

Por outro lado, a SUMOC continuou a exigir margem suficiente no cômputo entre capital realizado e íntegro mais

²⁹ A respeito dos bancos estrangeiros, intermináveis discussões abordavam a conveniência ou não de lhes limitar a ação. Apenas para mostrar a paixão com que se abordava o assunto, cita-se trecho de discurso pronunciado em Plenário no ano de 1956 pelo Deputado Neiva Moreira (*ibid.*, p.135):

"Em síntese, o Banco Estrangeiro chega com a tabuleta e o prestígio pela sua aparência de segurança, pelas vantagens que oferece, talvez até mesmo pela coloração loura dos seus cabelos e o enrolado da fala dos seus diretores, que ainda é um atrativo para certa camada de 'snobs' neste país, e a trai os depósitos brasileiros: reempréstia o produto da economia privada nacional a firmas estrangeiras: essas firmas e o próprio banco inclusive, através de compras no mercado de câmbio livre reexportam então os lucros, que, por pequenos que sejam, representam desfalques em nossa capacidade financeira".

³⁰ Instrução nº 188, de 11.11.59.

reservas líquidas, e o capital necessário em função do número de dependências autorizadas e o das solicitadas, nas seguintes bases:

- a) para a matriz, a parcela de capital mínimo indispensável à área de operações do estabelecimento;
- b) para cada dependência em praça em que já existisse mais de uma unidade bancária, a parcela de capital correspondente ao mínimo indispensável à área local de operações, fixado pela SUMOC;
- c) para cada dependência em praça desassistida ou em que houvesse apenas uma unidade já autorizada, a parcela de capital correspondente a CR\$ 1 mil.

Adicionalmente, a SUMOC limitou a concessão de dependências bancárias ao máximo de dez por ano civil³¹, mas para praças que já possuísem mais de duas unidades bancárias já autorizadas os deferimentos não poderiam ser superiores a cinco. Além disso, as cotas não utilizadas em um exercício seriam prescritas: as autorizações não utilizadas no prazo de um ano a partir da expedição da carta-patente caducariam. Por sua vez, até 30.06.60 somente seriam acolhidos pedidos de instalação de dependências para praças que não dispusessem de mais de dez estabelecimentos bancários.

As outras determinações diziam respeito a transferências de localização de dependências (apenas seriam atendidas quando fossem pleiteadas para praças dotadas de assistência bancária equivalente ou inferior), casas bancárias (não seriam concedidas agências ou escritórios para esse tipo de estabelecimento) e encampação ou incorporação (mereceriam tratamento especial os processos que se referissem a encampação ou incorporação de dependências ou mesmo de estabelecimentos bancários).

³¹ Meirelles (1973) assinala a mudança de doze meses consecutivos para ano civil, sem reaproveitamento de cotas não utilizadas, visto que o sistema bancário muitas vezes era levado a abrir agências mesmo sem necessidade real, ou seja, apenas para preenchimento das cotas.

Em meados de 1961, a SUMOC acentuava a conveniência de disseminar o crédito pelo interior do país, visando estimular a produção agropastoril, e alterou a Instrução 188³². Assim, elevou de dez para quinze o limite anual de concessões por estabelecimento, para novas dependências bancárias. Dessas quinze, pelo menos dez só poderiam ser instaladas em pracas do interior do país, nas quais a assistência bancária fosse insuficiente ou inexistente. Dessa forma, não seriam superiores a cinco os deferimentos para pracas que possuísem mais de duas dependências bancárias já autorizadas ou em funcionamento.

Na mesma data, a SUMOC expediu a Circular 57, que se referia às já citadas Instruções 188 e 209. Através dela, estipulava-se que, para instalação de dependências bancárias, as parcelas de capital para cada localidade seriam computadas em função do número de dependências autorizadas, conforme quadro A.4

Quadro A.4 - Parcelas de capital por localidade - Circular 57/61

DEPENDÊNCIAS AUTORIZADAS	PARCELA DE CAPITAL
até 1 unidade	CR\$ 1 mil
de 2 a 5 unidades	CR\$ 2 mil
de 6 a 10 unidades	CR\$ 4,5 mil
de 11 a 20 unidades	CR\$ 6 mil
de 21 a 30 unidades	CR\$ 9 mil
acima de 30 unidades	CR\$ 12 mil
Rio de Janeiro e São Paulo	CR\$ 15 mil

Um ano depois, a SUMOC baixou novas determinações³³, alterando a Instrução 188 e revogando a Instrução 209. As concessões de dependências bancárias foram limitadas a dez unidades, por estabelecimento, no ano de 1962, assim distribuídas:

- a) 2 dependências para Rio de Janeiro e São Paulo;
- b) 2 dependências para localidades com mais de 5 departamentos

³² Instrução nº 209, de 04.07.61.

³³ Instrução nº 224, de 18.05.62.

bancários autorizados;

- c) 2 dependências para praças com até 5 departamentos bancários autorizados;
- d) 4 dependências para locais sem assistência bancária.

Além disso, a SUMOC permitia aproveitamento de cotas não utilizadas nas faixas superiores, desde que o fossem nas faixas inferiores. Facultou-se também aos bancos a mudança de categoria de suas dependências (correspondentes especiais, escritórios ou agências), mediante simples comunicação à SUMOC.³⁴ Finalmente, foi estabelecido que novas autorizações para abertura de agências nas regiões de menor assistência bancária apenas seriam concedidas aos estabelecimentos que, por suas filiais e existentes em praças do interior, viessem realizando aplicações proporcionais aos recursos localmente coletados, obrigando-se, em relação às novas unidades pretendidas, a seguir o mesmo procedimento.

Até 1963, avolumavam-se no Congresso Nacional as discussões, pareceres, emendas, projetos de lei e substitutivos sobre a reforma bancária. Nesse ano, o Presidente João Goulart encaminhou ao Congresso novo projeto de lei sobre o assunto, que de modo geral regulava a formulação e a execução da política monetária, bancária e creditícia do país.

Sem sombra de dúvida, a preocupação parlamentar com a falta de uma legislação bancária e com a própria expansão da rede de bancos traduzia-se em inúmeras intervenções ao longo dos anos:

"O Brasil está se tornando país de agiotas a sangrarem a economia do povo, sob o beneplácito de leis falhas que sustenta sistema bancário falho e que tem como similar apenas os de nações incultas e desorganizadas"³⁵.

³⁴ Meirelles (1973) assinala que em pequenas cidades muitos escritórios não tinham movimento satisfatório, e algumas vezes "suas operações eram realizadas por comerciantes locais em caráter estritamente acidental" (p.51).

³⁵ Trecho de discurso do Deputado Vasconcelos Costa, de 15.10.56. Senado Federal (1963), vol.II, p. 136.

"Verificamos, nos últimos tempos, acontecimentos sem precedentes no que se refere à situação bancária: a 'explosão' continuada de bancos, as 'corridas' que se vêm efetivando sem solução pronta da Superintendência da Moeda e do Crédito e ainda mais, uma legislação vinculada ao Ministério em torno desses assuntos, prejudicial, não só aos interesses do sistema, como dos próprios depositantes"³⁶.

"O projeto de reforma bancária ... já foi votado por esta Casa. Ele se encontra realmente numa segunda discussão. Foi votado pela Câmara na sessão de 23 de junho de 1954, após sete anos de estudos, debates que incidiram sobre as diversas fórmulas oferecidas desde o projeto inicial, do saudoso Ministro Corrêa e Castro, até os substitutivos, alguns apresentados por Deputados individualmente, outros por subcomissões que se constituíram para examinar a proposição. Aprovado o texto em 1954, o projeto sofreu paralisação, que, como por várias vezes tenho mencionado, deve encontrar sua explicação não no fato de que é projeto sem apelo eleitoral, sem apelo demagógico - trata-se de proposição disciplinadora - como ainda no fato de que jamais, Governo algum se empenhou de fato pela sua aprovação"³⁷.

As discussões envolviam também debates e exposições com figuras proeminentes à época, conforme é mostrado em trecho de discussão com o então Diretor-Executivo da SIMOC:

"O Sr. Conselheiro Humberto Bastos - Tenho dúvida sobre a oportunidade (da contenção da multiplicação das agências dos bancos) ... em um país como o nosso, com vastas áreas ainda desmonetizadas, sem financiamento acessível e de circulação restrita. Talvez fosse melhor disciplinar a rede bancária por um outro processo.

O Sr. Octávio Gouvea de Bulhões - Creio que essa ideia da contenção do desenvolvimento da rede bancária está li

³⁶ Trecho de discurso do Deputado Abcuar Bastos, de 05.11.56. Senado Federal (1963), vol.II, p. 136.

³⁷ Trecho de discurso do Deputado Daniel Faraco, de 30.11.62. Senado Federal (1963), vol.II, pp.175-176.

gada às possibilidades dos bancos, tanto no que diz respeito ao seu capital, como no referente aos funcionários de que possa dispor para bem dirigir as agências. Temos visto que muitos bancos pedem abertura de agências em grande número, enquanto o seu capital é relativamente diminuto e sem condições para atender ao aumento de responsabilidade do estabelecimento. Penso que a contenção não visa a diminuir ou paralisar o desenvolvimento da rede bancária, mas a subordinar a sua amplitude à capacidade real do banco. Quanto mais pudermos expandir a rede bancária, dentro de condições de segurança, tanto melhor"³⁸.

Igualmente, opiniões minuciosas sobre a expansão da rede bancária e mesmo a procura de explicações para que isso acontecesse eram também manifestadas:

"Como não podia deixar de ser, ao desorganizar o sistema de preços e ao provocar uma redistribuição de renda, a inflação afeta, em menor ou maior grau, a todas as atividades econômicas. A atividade bancária, no entanto, apresenta, neste particular, características bastante especiais. Efetivamente, os bancos são praticamente imunes aos efeitos de variações no valor da moeda, isto porque, ao contrário das demais empresas, tanto o seu ativo como o seu passivo são expressos em moeda: depósitos, de um lado, empréstimos, de outro. Por outras palavras, a desvalorização que sofre o seu ativo é compensada pela desvalorização do seu passivo.

Excluídas, portanto, as variações patrimoniais de correntes da inflação, restaria considerar o impacto desta sobre os custos operacionais dos bancos. Nesse tocante, não se pode desconhecer que os efeitos da inflação têm sido ponderáveis, notadamente porque os gastos do pessoal continuamente elevados em decorrência de sucessivos reajustamentos salariais, correspondem a um dos principais itens dos custos totais das empresas bancárias. Ainda assim, cumpre não desconhecer que, em decorrência mesmo da inflação, as operações dos bancos tendem a crescer aceleradamente, o ritmo de negócios se intensifica e o valor médio

³⁸ Trecho de debate sobre a reforma bancária em reunião ordinária do Conselho Nacional de Economia, em 03.05.62. Senado Federal (1963), vol.II, pp. 374-375.

dos empréstimos se eleva, aumentando, em consequência, as receitas de que os bancos dispoem para cobrir suas despesas. Daí norque os bancos privados têm conseguido manter o seu equilíbrio financeiro, a despeito dos constantes aumentos de castos e de nessoal.

A expansão do sistema bancário privado pode ser explicada não apenas em função dessas peculiaridades como também em decorrência do crescimento geral da economia brasileira e bem assim do grau de maturidade e coesão que já atingiu o nosso sistema de bancos, como se evidencia na crescente concentração bancária observada em anos mais recentes"³⁹.

"A tendência universal no funcionamento dos estabelecimentos bancários se tem revelado por uma constante concentração bancária, diminuindo o número de bancos existente e aumentando a capacidade por unidade. O caso inverso no Brasil de aumento incessante e progressivo do número de bancos revela portanto e logo, uma ou várias causas acidentais que o venham explicar.

A observação dos fatos, desde o momento em que começaram a se manifestar, até o presente, em que se acham no máximo de intensidade, indica três causas primordiais, uma das quais revela sobre todas. São elas: a) a retração de negócio por parte de bancos estrangeiros, em consequência da crise universal de 1930; b) a extinção das filiais de bancos das nações em guerra com o Brasil; c) a inflação monetária.

As duas primeiras causas são razões de índole econômica e os seus efeitos se manifestam sem grandes repercussões, pelo aumento do movimento dos bancos existentes e pela criação de um ou outro banco que se funda em substituição aos desaparecidos, ou por estímulo natural do negócio. A grande causa da proliferação de estabelecimentos bancários de modo desordenado e em grau crescente é em verdade a causa financeira da inflação monetária. A moeda emitida em grande escala, sobra das transações normais e os bancos surgem à maneira de depósitos, para onde vem e de onde sai o dinheiro, em verdadeiro torvelinho

³⁹ Entrevista do Presidente do Banco do Nordeste - Sr. Paul Barbosa - à Revista PN, de 10.06.63. Senado Federal (1963), vol.II, p. 384.

formado por transações artificiais de toda a sorte.

Com pequeno capital de fundação, os bancos passam a fazer um grande volume de negócios, os seus lucros se elevam e, em consequência, acorrem os capitais monetários disponíveis para fundação de novos bancos, que entram em concorrência com os existentes.

Por sua vez, a taxa de juros que em aparência se poderia supor que baixasse, uma vez que existe sobra de dinheiro eleva-se pelo contrário, acima do normal, o que vem facilitar o funcionamento do banco permitindo-lhe remunerar com taxas elevadas os depósitos do público e assim dispor dos meios necessários para as suas transações. As taxas de empréstimos podem subir aos limites de usura, com o que se amoliam as margens de negócio, permitindo a fundação de estabelecimentos puramente de aventura, onde os seus incorporadores se deixam influenciar por falsa suposição de ganhos fáceis mas onde em verdade estão expondo a grande risco os capitais alheios.

Enquanto perdura a inflação, a movimentação de negócios artificiais e as necessidades crescentes de dinheiro por parte da produção e do comércio regular fazem com que os negócios bancários continuem em aumento, a situação permitindo que todos os mantenham e até ostentem aparência de prosperidade: para par com o que sucede à classe dos corretores, a qual também vive da movimentação do dinheiro e passa a contar com negócio em profusão, como sempre acontece quando o Estado emite de modo incessante e vultoso.

No período de retração porém, quando o número de bancos vem a ser excessivo para as necessidades normais, pode sobrevir uma catástrofe geral da qual só se isentam os antigos estabelecimentos de confiança firmada. No período de inflação, o indivíduo na defesa de seu negócio ou de seu patrimônio é levado a adquirir dinheiro a qualquer preço e é o tempo de bonança para os bancos: agora, muda o vento de direção e é o tempo de tormenta. O desastre para o primeiro banco que feche as suas portas pode constituir o alarme para corrida geral que se transformará em verdadeira calamidade.

A Legislação Bancária poderá obstar dentro de terminados limites, que a acomodação entre o período de desequi

líbrio monetário e o ajustamento às condições normais se faça bruscamente, evitando assim a crise aguda de transição; mas a causa fundamental sendo alheia à Legislação e não sendo, nor tanto, por ela removível, não se pode esperar solução perfei ta para a extirpação do mal com as suas complexas consequên cias.

Por conseguinte, o assunto referente à proliferação bancária não pode ser resolvido pelo processo indireto de imposições legais; o assunto está preso às necessidades da política geral do Governo e ação do Conselho de Economia se torna neste particular deficiente"⁴⁰.

Ainda em 1963, a SUMOC baixou novas determina ções⁴¹, revigorando a Instrução 224 para o exercício de 1963. A lêm disso, condicionou os pedidos dos bancos ao cumprimento das normas da Instrução 235, de 07.03.63. Esta recomendava aos ban cos que compusessem suas aplicações dentro de faixas de priori dade (40% no mínimo para aplicações em setores tais como produ ção agrícola, extrativa etc.; 20% no mínimo para aplicações em setores específicos e assim por diante).

Logo após, a SUMOC expediu a Circular 78 (28. .03.63), comunicando aos bancos as normas orientadoras de pedi dos para instalação de dependências bancárias em 1963, formula- dos para utilização de cotas máximas. Em primeiro lugar, estabe leceu a parcela de capital das sedes dos estabelecimentos: CR\$ 10 mil para bancos que operassem em apenas um Estado ; CR\$ 20 mil para bancos que operassem somente na Unidade Federa- da de sua sede e nas limítrofes; CR\$ 50 mil para os demais ca sos. Em segundo lugar, fixou nas bases do Quadro A.5 as parce las de capital para cada localidade, em função do número de de pendências bancárias existentes.

⁴⁰ Trecho da exposição justificativa de projeto de lei do Deputado Alde Sam paio. Senado Federal (1963), vol.I, pp.525-526.

⁴¹ Instrução nº 238, de 26.03.63.

Quadro A.5 - Parcelas de capital por localidade - Circular 78/63

DEPENDÊNCIAS EXISTENTES	PARCELA DE CAPITAL
até 1 unidade	CR\$ 1 mil
de 2 a 5 unidades	CR\$ 4 mil
de 6 a 10 unidades	CR\$ 10 mil
de 11 a 20 unidades	CR\$ 13 mil
de 21 a 30 unidades	CR\$ 20 mil
acima de 30 unidades	CR\$ 26 mil
Rio de Janeiro e São Paulo	CR\$ 36 mil

Para os Territórios Federais e os Estados do Acre, Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Goiás e Mato Grosso (exceto as respectivas capitais), a parcela do capital correspondente seria calculada pelo quadro acima, deduzindo-se CR\$ 1 mil em cada faixa.

Em 1964, a SUMOC baixou novas normas⁴² para a abertura de agências, que em si não apresentavam maiores novidades, repetindo aquelas contidas nas Instruções 224 e 238, limitando ao máximo de dez, por estabelecimento, as concessões de dependências bancárias no ano civil.

Na mesma data, a SUMOC expediu a Circular 89, comunicando aos bancos as novas parcelas de capital para cada localidade, em função do número de dependências bancárias existentes, conforme Quadro A.6.

Finalmente, em 31.12.64, foi promulgada a reforma bancária, através da publicação da lei nº 4.595. A partir de 1965, caberia ao Banco Central exercer a fiscalização das instituições financeiras, conceder autorização para seu funcionamento, instalação e transferência de sedes e dependências, autorizar sua transformação, fusão, incorporação etc. Ao mesmo tempo,

⁴² Instrução nº 266, de 04.03.64.

a nova legislação extinguiu a Carteira de Redescontos, a Caixa de Mobilização Bancária e a Fiscalização Bancária do Banco do Brasil, transferindo suas atribuições e prerrogativas ao Banco Central.

Quadro A.6 - Parcelas de capital por localidade-Circular 89/64

DEPENDÊNCIAS BANCÁRIAS EXISTENTES	PARCELA DE CAPITAL
até 1 unidade	CR\$ 1 mil
de 2 a 5 unidades	CR\$ 7 mil
de 6 a 10 unidades	CR\$ 16 mil
de 11 a 20 unidades	CR\$ 20 mil
de 21 a 30 unidades	CR\$ 31 mil
acima de 30 unidades	CR\$ 40 mil
Rio de Janeiro e São Paulo	CR\$ 56 mil

2) 1965 em Diante

A partir de 1965, o Banco Central passaria a baixar uma série de Resoluções e Circulares, com o intuito de disciplinar o crescimento da rede bancária, pautando-se, em termos gerais, pelo interesse em levar os serviços bancários às praças pouco ou totalmente mal assistidas.

Em dezembro de 1965⁴³, o Banco Central comunicou aos bancos comerciais que não concederia autorizações para instalação de dependências - agências, filiais ou escritórios - na cota correspondente ao exercício de 1965. Além disso, com relação ao ano de 1966, limitou ao máximo de duas dependências as concessões atribuíveis a cada banco, ressaltando que elas só poderiam ser solicitadas até 30.09.66. Para fins de cálculo da disponibilidade de capital dos requerentes, seriam considerados os seguintes valores:

a) para sede de estabelecimento bancário: CR\$ 50 mil;

⁴³ Circular nº 18, de 07.12.65.

- b) para agências, filiais ou escritórios, as parcelas de capital para cada localidade seriam calculadas em função do número de dependências bancárias existentes, conforme o Quadro A.7.

Quadro A.7 - Parcelas de capital por localidade-Circular 18/65

NÚMERO DE DEPENDÊNCIAS EXISTENTES	PARCELA DE CAPITAL
até 1 unidade	CR\$ 1 mil
de 2 a 5 unidades	CR\$ 12 mil
de 6 a 10 unidades	CR\$ 25 mil
de 11 a 20 unidades	CR\$ 50 mil
de 21 a 30 unidades	CR\$ 75 mil
acima de 30 unidades	CR\$ 115 mil
Rio de Janeiro e São Paulo	CR\$ 400 mil

Finalmente, o Banco Central observava que não seriam considerados os pedidos referentes a cotas não utilizadas em exercícios anteriores, bem como impossibilitava às casas bancárias a instalação de dependências.

Em 1966, o Banco Central proibiu a existência de contas de depósitos, em nome de entidades e repartições públicas federais, em bancos comerciais privados, exceto quando na localidade inexistisse agência do Banco do Brasil ou da Caixa Econômica Federal, ou quando tais contas decorressem de convênios especiais⁴⁴.

Ao final de 1966, o Banco Central baixou novas determinações⁴⁵ visando regulamentar a extensão da rede bancária. Como primeira medida, definiu agência como a dependência de banco nacional e filial como a dependência de banco estrangeiro; por outro lado, facultava aos estabelecimentos bancários

⁴⁴ Circular nº 37, de 03.05.66

⁴⁵ Resolução nº 43, de 23.12.66

a possibilidade de atribuir a pessoas jurídicas, sob contrato especial, o desempenho das funções de correspondente. Em termos gerais, as condições indispensáveis para a obtenção de dependências bancárias continuavam a ser estrita observância à legislação em vigor, integridade do capital social, inexistência de débitos provenientes de operações junto à antiga Caixa de Mobilização Bancária, inexistência de operações de câmbio irregulares ou de pendências em contratos de repasse, e exigência de que as operações do banco estivessem sendo conduzidas dentro dos princípios de segurança e boa técnica bancária. Além disso, o Banco Central fixava uma relação não excedente de 1 para 10 entre capital realizado e íntegro mais reservas livres e o total de depósitos⁴⁶ (não se incluindo nestes os de poderes públicos e os de arrecadação sob convênios), bem como exigia recolhimentos compulsórios regularmente, utilização moderada do redesconto, aplicações nas praças respectivas iguais ou superiores a 50% dos depósitos captados no local, créditos periclitantes amparados em reservas suficientes, depósitos sem índices de concentração comprometedores, índices de imobilização e de concentração de empréstimos tecnicamente convenientes.

Além disso, para obter concessão de novas dependências os estabelecimentos bancários deveriam apresentar seus pedidos até 30 de setembro de cada ano, ter índice de imobilização igual ou inferior ao estabelecido pelo Banco Central e elevar previamente seu capital social segundo os quantitativos mínimos que correspondessem às praças visadas, em obediência aos montantes que anualmente seriam fixados pelo Banco Central, antes do início das operações das novas dependências, uma vez autorizadas.

Mais especificamente, as praças foram distribuídas por classes, conforme o número de dependências bancárias que possuísem, da seguinte forma:

46

Goodman (1969) afirma que essa medida eliminou a possibilidade de expansão via agências para bancos pequenos localizados nos principais centros financeiros do país. Em decorrência, a expansão da rede bancária através de aquisições passou a se tornar atrativa para bancos grandes.

- classe A - até 1 unidade;
- Classe B - de 2 a 5 unidades;
- classe C - de 6 a 10 unidades;
- classe D - de 11 a 20 unidades;
- classe E - de 21 a 30 unidades;
- classe F - acima de 30 unidades;
- classe G - Rio de Janeiro e São Paulo.

As cotas do exercício que não fossem requeridas em tempo hábil seriam prescritas; por outro lado, ficou estabelecido que o prazo para instalação e início de funcionamento das agências autorizadas seria de um ano, passível de prorrogação por seis meses. Além disso, seria admitida a transferência de localização de dependências para praças com número igual ou inferior de unidades bancárias em funcionamento ou já autorizadas; transferências de localização para praças até uma classe acima poderiam ser autorizadas quando de fusões ou incorporações de estabelecimentos bancários, exceto da classe E para a F e da F para a G.

Determinações complementares proibiam a concessão de agências a casas bancárias e estabeleciam que os escritórios seriam transformados em agências até 30.04.67, mediante simples comunicado ao Banco Central⁴⁷.

Na mesma data, o Banco Central comunicou aos bancos comerciais⁴⁸ as condições referentes ao índice de imobilização e à elevação mínima de capital, descritas no Quadro A.8.

O índice de imobilização, por sua vez, deveria ser composto por parcela do Imobilizado (edifícios de uso do banco, imóveis, instalações, móveis, utensílios, títulos e valores mobiliários) em relação aos Recursos Próprios em Giro (capital, aumento de capital, reservas e fundos menos capital a realizar, créditos em liquidação e depreciação). Finalmente, ficou estabelecido que a concessão de dependências seria limitada a duas unidades, sendo no máximo uma no Rio de Janeiro ou São Paulo.

⁴⁷ Meirelles (1973) afirma que o índice de imobilização foi a resposta das Autoridades Monetárias aos anseios dos bancos comerciais de realizar expansão de agências.

⁴⁸ Circular nº 67, de 28.12.66.

Quadro A.8 - Índices de Imobilização e Elevação mínima do capital-Circ.67/66

CLASSES	ÍNDICES DE IMOBILIZAÇÃO	ELEVAÇÃO MÍNIMA DO CAPITAL
A	até 100%	-
B	até 100%	CR\$ 15 mil
C	até 100%	CR\$ 25 mil
D	até 90%	CR\$ 50 mil
E	até 90%	CR\$ 75 mil
F	até 80%	CR\$150 mil
G	até 70%	CR\$500 mil

No primeiro trimestre de 1967, o Banco Central comunicou aos bancos o novo modelo de demonstração para cálculo do índice de imobilizações⁴⁹, que seria composto pela parcela do Imobilizado em relação ao total do capital mais aumento de capital, reservas e fundos, menos capital a realizar, créditos em liquidação, depreciações e lucros e perdas.

No final de 1967, o Banco Central determinou⁵⁰ que, a partir de 1968, a autorização para abertura de novas agências e filiais de estabelecimentos bancários estaria condicionada à exigência de os requerentes operarem a taxas de juros de até 1% ao mês, acrescidas de comissões e despesas não superiores também a 1% ao mês. Além disso, decidiu subordinar a transferência de agências a um programa de melhor distribuição da rede bancária nacional, suspendendo, para tanto, o exame de pedidos em andamento, exceto aqueles previstos nos casos de fusões ou incorporações.

Ainda em 1967, o Banco Central tornou explícito o objetivo das Autoridades Monetárias de estimular a redução da taxa de juros⁵¹, fixando prazo até 15.01.68 para que os estabelecimentos bancários se enquadrassem aos termos da Resolução 72, sob pena de recolhimento compulsório adicional sem qualquer

⁴⁹ Circular nº 84, de 21.03.67.

⁵⁰ Resolução nº 72, de 17.11.67.

⁵¹ Resolução nº 79, de 26.12.67.

remuneração⁵².

Em 1968, o Banco Central comunicava aos bancos comerciais⁵³ que resolvera admitir a instalação de postos especiais de prestação de serviços, num total de vinte para cada estabelecimento; deveriam ser observados os limites de 2 para São Paulo, 2 para o Rio de Janeiro e um para as demais cidades. Além disso, para instalar postos nas capitais dos Estados de São Paulo e da Guanabara, os bancos interessados deveriam possuir um mínimo de capital mais reservas no montante de CR\$ 10 mil. Também em 1968, a taxa do compulsório, que era de 25% desde 1965, foi aumentada para 30%.

Em 1969, o Banco Central divulgou novas instruções, visando estabelecer critérios gerais para exame dos pedidos de transferências de agências ou filiais de bancos comerciais⁵⁴. Nesse sentido, seriam atendidas transferências: entre as capitais dos Estados da Guanabara e de São Paulo; entre as cidades de Salvador, Belo Horizonte, Curitiba, Recife, Porto Alegre e Santos; para praças com volume médio de depósitos por agência superior a CR\$ 600 mil, desde que as localidades de onde se transferissem apresentassem, englobadamente, número superior ao das agências bancárias existentes ou autorizadas nas praças para onde se destinassem; e para praças ainda sem qualquer agência instalada ou autorizada. Seriam atendidas, também, transferências resultantes de planos apresentados por bancos visando reduzir o número global de suas dependências; igualmente, as transferências amparadas em planos de recomposição da rede bancária resultantes de fusões ou incorporações teriam que se sujeitar às novas normas

⁵² No final de 1967, o Banco Central passou também a utilizar o mecanismo de recolhimentos obrigatórios com o objetivo de estimular a redução da taxa de juros cobrada pelos bancos. Foi estipulado um recolhimento adicional de 45% sobre o acréscimo dos depósitos após certa data. Para os bancos que operassem com taxas de até 2% a.m. esses depósitos seriam remunerados; caso contrário, não seria abonada qualquer remuneração ao recolhimento extra, que por sua vez também seria maior (55% sobre os depósitos adicionais).

⁵³ Circular nº 122, de 19.09.68.

⁵⁴ Resolução nº 107, de 03.02.69.

estabelecidas. Por sua vez, as agências transferidas para praças onde inexistisse dependência bancária em funcionamento ou autorizada não sofreriam (enquanto o volume local de depósitos não superasse CR\$ 400 mil ou, alternativamente, pelo prazo de dois anos a contar da data de instalação da agência) incidência de recolhimentos compulsórios sobre os depósitos que coletassem, desde que aplicados pelo menos 70% na área de sua jurisdição.

No dia seguinte, o Banco Central recomendou ⁵⁵ aos estabelecimentos bancários a manutenção de um índice de imobilização de até 70%, recomendando àqueles com índices superiores que providenciassem progressivamente sua redução. Assim, novas imobilizações dos bancos só poderiam ser efetivadas mediante prévia autorização do Banco Central, que restringiria quaisquer concessões caso os estabelecimentos bancários não observassem as novas disposições.

Ainda em 1969, o Banco Central manifestou que autorizaria a participação de instituições financeiras (exceto as de investimentos) no capital de outras empresas. Estas, por sua vez, poderiam ser desde outra instituição financeira de categoria diferente - exercendo atividades complementares ou subsidiárias às da participante do capital - até associações beneficentes ⁵⁶. Entretanto, o Banco Central advertia que não admitiria

⁵⁵ Resolução nº 108, de 04.02.69.

⁵⁶ Circular nº 126, de 20.03.69. Eram os seguintes os tipos de empresas ou associações de que as instituições financeiras poderiam participar:

- a) outra instituição financeira;
- b) empresas prestadoras de serviços técnico-profissionais à instituição financeira participante;
- c) empresas industriais fornecedoras da instituição financeira participante;
- d) empresas especializadas em assuntos econômicos e administrativos;
- e) empresas transportadoras ou de serviços de comunicações;
- f) empresas de interesse público;
- g) empresas de seguros;
- h) sociedades anônimas localizadas nas áreas da SUDENE e da SUDAL;
- i) instituições beneficentes, recreativas, culturais, assistenciais e semelhantes, dos respectivos empregados;
- j) associações de classe;
- l) associações de cunho social ou recreativo, desde que favorecendo contratos de interesse da instituição financeira participante;
- m) programas da SUDEPE, EMBRATUR, de florestamento ou reflorestamento, com recursos oriundos de incentivos fiscais, e nos termos da legislação em vigor.

participações recíprocas de capital nem interligações sucessivas. Em outras palavras, num conjunto de instituições financeiras que integrassem um mesmo grupo econômico, só uma delas poderia participar do capital das demais.

No início de 1970, o Banco Central estabeleceu⁵⁷ percentuais mínimos para a depreciação semestral obrigatória de bens do ativo imobilizado, fixando a taxa de 2% para edifícios ou construções e de 5% para móveis e utensílios.

Ainda em 1970, o Banco Central suspendeu até o final de 1971 a concessão de novas autorizações para a instalação de agências de estabelecimentos bancários⁵⁸. Além disso, adotou-se um novo critério de classificação das dependências dos bancos, descrito no Quadro A.9

Quadro A.9 - Classificação de agências por localidade - Res.141/70

TIPOS DE AGÊNCIA	ESPECIFICAÇÃO DAS LOCALIDADES
Pioneiras	únicas nas praças a que serviam
4. ^a categoria	locais com volume médio de depósitos inferior ou igual a 9.600 SM*
3. ^a categoria	locais com volume médio de depósitos superior a 9.600 SM e inferior ou <u>i</u> gual a 19.200 SM
2. ^a categoria	locais com volume médio de depósitos superior a 19.200 SM e inferior ou <u>i</u> gual a 32.000 SM
1. ^a categoria	locais com volume médio de depósitos superior a 32.000 SM
Especiais	Rio de Janeiro e São Paulo

* SM = maior salário-mínimo vigente no país.

⁵⁷ Resolução nº 138, de 18.02.70.

⁵⁸ Resolução nº 141, de 23.03.70.

A maior parte das novas determinações referia-se a transferências de agências. Exceto para transferir as pioneiras, o Banco Central acolhia pedidos naquele sentido e oferecia alguns estímulos. Assim, um banco poderia solicitar transferência de agência de 4.^a categoria para localidade sem assistência bancária e ainda recebia autorização para instalar outra agência pioneira. Em outras palavras, ele encerrava uma dependência de 4.^a categoria e ganhava concessão de duas pioneiras. Caso encerrasse agência de 2.^a categoria, 1.^a categoria ou especial, a concessão era de quatro pioneiras.

O Banco Central também acolhia pedidos de permuta de duas ou mais agências por uma única, obedecidas certas condições (o total das agências nas praças onde encerravam atividades deveria ser superior ao total de agências da nova localidade; além disso, o volume médio de depósitos na praça pretendida deveria exceder a 6.400 SM). Além disso, continuavam a ser possíveis as transferências de agências entre as capitais dos Estados de São Paulo e da Guanabara, entre as cidades de Porto Alegre, Belo Horizonte, Salvador, Recife, Curitiba e Santos, bem como foi introduzida a possibilidade de transferências de agências oriundas de São Paulo e do Rio de Janeiro para qualquer daquelas cidades acima mencionadas. Por sua vez, transferências que resultassem de planos com o objetivo de reduzir o número global de dependências também seriam acolhidas, desde que nos planos estivessem incluídas agências pioneiras, de 1.^a categoria e especiais. Admitia-se também convênios entre bancos, pelos quais cada um se comprometia a encerrar atividades de dependências em determinadas praças (a condição essencial para tais convênios era a existência de agências de ambos os bancos nas duas localidades). No caso de encerramento espontâneo de agências, qualquer que fosse sua categoria, sem envolver solicitação de transferência, assegurava-se aos bancos restabelecer, após dois anos, agência na mesma praça, ou praça de mesma categoria ou inferior. Nesse caso, permitia-se ao banco a absorção, em seis semestres consecutivos, dos eventuais prejuízos decorrentes da liquidação de seu ativo imobilizado, bem como a exclusão dos valores de seu ativo imobi

lizado, para fins de cálculo do índice de imobilização.

Transferências de agências para praças sem as sistência bancária asseguravam isenção de recolhimento compulsório sobre depósitos à vista que a nova agência captasse, desde que pelo menos 70% desses depósitos fossem aplicados na área de sua jurisdição (essa isenção vigoraria pelo prazo de dois anos ou, alternativamente, enquanto o volume de depósitos da nova agência não superasse 3.800 SM). O mesmo estímulo se aplicava a agências funcionando em praças sem qualquer outra dependência bancária.

Em qualquer caso, os pedidos de abertura ou transferência de agências deveriam ser acompanhados de informações sobre a localidade em que se pretendesse instalar a nova dependência (área, população, valor da produção animal, vegetal e mineral, indústrias instaladas, estradas de ferro, clubes, órgãos de divulgação etc). Igualmente, transferências amparadas em planos de recomposição da rede, resultantes de fusões ou incorporações, ficariam também sujeitas às normas fixadas na Resolução 141.

Em 1970, o Banco Central comunicava aos estabelecimentos bancários⁵⁹ que investimentos em equipamento de mecanização avançada, de modernos distemas de comunicação e de segurança estavam excluídos no cálculo do índice de imobilização. No final do ano, o Banco Central excluiu também do cálculo o valor das ações e debêntures adquiridas com recursos deduzidos do imposto sobre a renda e seus adicionais, a título de incentivo fiscal⁶⁰.

Em 1971, o Banco Central reduziu⁶¹ de 0,5% os percentuais do recolhimento compulsório devido pelos bancos comerciais, para subscrição de debêntures conversíveis em ações novas de pequenas e médias empresas. Tais participações acionã

⁵⁹ Circular nº 144, de 15.09.70.

⁶⁰ Circular nº 151, de 24.12.70.

⁶¹ Resolução nº 184, de 20.05.71.

rias não seriam computadas para efeito de apuração dos índices de imobilização. Na mesma data, resolveu-se acolher pedidos de transferência de uma agência ou filial de estabelecimentos bancários, classificada na 1.^a categoria ou como especial, para a praça de Brasília (DF), desde que preenchessem condições mínimas que justificassem o pedido (a critério do Banco Central⁶²). Igualmente, os investimentos decorrentes de instalação da agência ou filial não seriam computados, até o final de 1973, na apuração dos índices de imobilização.

Na mesma data, o Banco Central alterou a distribuição dos postos de serviços⁶³, passando a admitir até dez postos, em conjunto, nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, até três postos em cidades próximas a São Paulo (Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul e Campinas) e até dois postos em outras cidades, para cada banco interessado. Além disso, passou-se a permitir remanejamentos dos postos de serviços na mesma cidade ou em praças de categoria igual ou inferior.

Ainda em 1971, o Banco Central resolveu autorizar concorrência para concessão de carta-patente, visando instalar dez agências bancárias ao longo da chamada rodovia Transamazônica, "a serem localizadas em centros urbanos já instalados ou que venham a instalar-se, a critério do Banco Central⁶⁴". Poderiam se habilitar à concorrência bancos já representados nos Estados do Amazonas e do Pará (com pelo menos duas agências em pleno funcionamento), sendo que o número máximo de cartas-patente a serem concedidas não ultrapassaria duas por estabelecimento. Além disso, o banco detentor deveria atingir nas aplicações locais o mínimo de 2.500 SM até o final de 1972, e gozaria de isenção de recolhimento compulsório sobre os depósitos captados localmente, por um prazo de cinco anos.

⁶² Resolução nº 186, de 20.05.71.

⁶³ Circular nº 160, de 20.05.71.

⁶⁴ Resolução nº 193, de 04.11.71.

No final de 1971, o Banco Central baixou novas determinações⁶⁵, alterando a Resolução 141, que houvera suspendido até 31.12.71 a concessão de novas autorizações para a instalação de agências de estabelecimentos bancários. Pela nova Resolução, tal suspensão foi prorrogada até o final de 1976, ou seja, por um período de cinco anos. Foram também providenciadas algumas alterações no que se refere a transferências de agências entre capitais dos Estados, desde que a dependência encerrada fosse de categoria superior ou igual à da dependência a ser aberta. Nesse sentido, foram ampliados os estímulos já existentes: encerrando dependência de 1.^a categoria, o banco recebia concessão de cinco pioneiras; encerrando agência especial, a concessão era de seis pioneiras. Quando os municípios pretendidos se situassem em regiões com menores recursos (Estados do Acre, Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Goiás, Mato Grosso e Territórios do Amapá, Roraima e Rondônia), qualquer que fosse a categoria da agência encerrada, a concessão previa um adicional de uma agência pioneira. Continuou-se também a assegurar aos bancos a reutilização de carta-patente após dois anos, para agências encerradas espontaneamente (sem envolver transferências), prorrogando de 36 para 60 meses (subsequentes ao prazo acima) o direito àquela reutilização.

Na mesma data, foi estabelecida a obrigatoriedade de os bancos comerciais ajustarem seu capital integralizado até 30.06.72, conforme a localização de sua sede, nos níveis estabelecidos no Quadro A.10⁶⁶.

⁶⁵ Resolução nº 200, de 20.12.71.

⁶⁶ Resolução nº 204, de 20.12.71.

Quadro A.10 - Capital integralizado conforme local da sede - Res. 204/71

LOCALIZAÇÃO DA SEDE (ESTADOS)	CAPITAL INTEGRALIZADO
- Acre, Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Mato Grosso, Goiás e Territórios do <u>A</u> mapá, Rondônia e Roraima	CR\$ 1 milhão
- Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Paraíba, Alagoas, Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul	CR\$ 1,5 milhões
- Rio de Janeiro e Distrito Federal	CR\$ 2 milhões
- Guanabara e São Paulo	CR\$ 3 milhões

Era previsto também ajuste alternativo do capital integralizado, conforme o número e categoria de agências (Quadro A.11).

Quadro A.11 - Ajuste do capital integralizado - Res. 204/71

CATEGORIA	CAPITAL INTEGRALIZADO POR AGÊNCIA ATÉ 30.06.72	CAPITAL INTEGRALIZADO POR AGÊNCIA ATÉ 30.06.73
4. ^a	650 SM	1.300 SM
3. ^a	970 SM	1.940 SM
2. ^a	1.300 SM	2.600 SM
1. ^a	1.620 SM	3.240 SM
Especial	1.940 SM	3.900 SM

Foram fixadas também⁶⁷ limitações de depósitos (à vista e a prazo) pelos bancos comerciais, em função do capital mínimo do estabelecimento e respectivas reservas livres. Em outras palavras, a captação de depósitos não poderia exceder a 10 vezes o capital integralizado, mais 5 vezes as reservas livres então existentes. Caso os depósitos captados ultrapassassem, em determinado período, os percentuais estabelecidos, o banco fi

⁶⁷ Resolução nº 205, de 20.12.71.

cava obrigado a aplicar o excedente na compra de LTN ou ORTN, que seriam entregues ao Banco Central, em custódia. Quando as proporções estabelecidas fossem recompostas, aqueles títulos seriam devolvidos.

No final de 1971, por sua vez, em simpósio organizado na Federação Brasileira de Associações de Bancos, aprofundavam-se os debates sobre fusões e incorporações na área bancária, por parte de representantes do Governo federal e de empresas privadas:

"... Até no mercado financeiro as empresas grandes têm vantagens adicionais, porque têm mais força para brigar com os banqueiros. Por isso, talvez os banqueiros também queiram ficar grandes"⁶⁸.

"... Quanto aos conglomerados, há uma política do Governo. Temos, por exemplo, no sistema bancário, particular, no qual foram tomadas decisões que são francamente indutoras do processo de conglomeração. Não está ainda rotulado, vamos dizer, com todos esses nomes. Muitas das decisões são tomadas em entidades, no caso, por exemplo, com as autoridades competentes, uma vez que são objetos e estão submetidas a uma legislação especial"⁶⁹.

"... Acho que a tendência de concentração no sistema bancário se restringe exclusivamente ao fato de que isso levaria o sistema a um grande ganho de eficiência, o que também não é uma afirmação de que só devam haver bancos grandes e bancos gigantes. Acreditamos que em qualquer atividade que exerça, um sistema bancário deve contar com bancos pequenos e bancos médios, que atendam a certos tipos de operações, certos tipos de atividades, que são compatíveis com o seu tamanho"⁷⁰.

⁶⁸ Palestra proferida por José Flávio Pécora em 09.12.71. Simpósio sobre Fusões e Incorporações, (Ed.: Federação Brasileira das Associações de Bancos), Mestre Jou, São Paulo, 1972, p.16.

⁶⁹ id. ibid., p. 31.

⁷⁰ id. ibid., p. 36.

"... Na fusão de dois bancos sempre temos o problema de agência, concorrendo na mesma área. A reformulação da localização das agências, a fim de cobrir uma área maior, com maior produtividade, é uma das grandes vantagens das fusões bancárias; talvez seja mesmo o fator que mais as impulsionou"⁷¹.

À parte essa discussão, continuou o Banco Central a legislar sobre o assunto. Em 1972, o Banco Central determinou que a instalação de postos de serviços deveria ser solicitada à Inspetoria de Bancos⁷². Cada estabelecimento Bancário poderia instalar, em escritórios de empresas, um posto para cada 2 agências pioneiras e/ou 20 agências não-pioneiras autorizadas, mais um para a sede. Em órgãos da administração pública, caso os bancos oficiais federais não manifestassem interesse, aqueles limites se reduziam à metade.

No início de 1973, o Banco Central eliminou da incidência de recolhimento compulsório os depósitos a prazo superiores a 90 dias, medida que representava a intenção de estimular os bancos comerciais a ampliar seu passivo com recursos de natureza mais estável. A par dessa medida, o Banco Central elevou de 0,5% para 1% a redução dos percentuais do recolhimento compulsório devido pelos bancos comerciais⁷³; tal diferencial deveria se destinar à subscrição de debêntures conversíveis em ações novas de empresa comercial exportadora nacional.

Um mês depois, o Banco Central prorrogou⁷⁴ de 30.06.72 para 30.09.73 o prazo para os bancos ajustarem seu capital integralizado, conforme a localização de suas sedes⁷⁵. Entre tanto, os limites para captação de depósitos, estabelecidos pela

⁷¹ id. ibid., p.70

⁷² Circular nº 192, de 23.11.72.

⁷³ Resolução nº 250, de 15.03.73.

⁷⁴ Resolução nº 255, de 26.04.73.

⁷⁵ Vide Resolução nº 204, de 20.12.71.

Resolução 205, sofreram modificações⁷⁶. Para os bancos que já estivessem ajustados às disposições legais⁷⁷, o limite para captação de depósitos era de dez vezes o montante de seu capital realizado mais reservas legais; para os que não se houvessem ajustado, o limite era de dez vezes o capital integralizado mais cinco vezes as reservas livres então existentes.

Ainda em 1973, o Banco Central comunicou às instituições financeiras que admitiria interligações sucessivas (num conjunto de instituições financeiras integrantes de um mesmo grupo econômico), somente quanto tais interligações envolvessem bancos comerciais e de investimentos⁷⁸. Além disso, havia condições complementares, das quais pelo menos uma deveria ser atendida⁷⁹. Em todos os casos, as interligações sucessivas dependiam de prévia autorização do Banco Central, mas continuavam proibidas as participações recíprocas de capital; além disso, quando de participações sucessivas, os ativos acionários da segunda instituição⁸⁰ deveriam ser deduzidos do capital, para efeito de cálculo dos limites operacionais, e para atendimento das condições mínimas de capitalização requeridas pela legislação em vigor.

Alguns meses depois, o Banco Central declarava a continuidade da suspensão, até 31.12.76, da concessão de novas agências de estabelecimentos bancários⁸¹. Foi criada também uma

⁷⁶ Resolução nº 256, de 26.04.73.

⁷⁷ Vide Resolução 204.

⁷⁸ Circular nº 206, de 17.05.73.

⁷⁹ As condições a serem cumpridas eram as seguintes:

- a) as participações do banco comercial no banco de investimentos, ou vice-versa, e do participado em outra instituição financeira, deveriam ter origem em época anterior à expedição da Circular nº 126, de 20.03.69;
- b) transferência de posições acionárias de banco comercial para banco de investimentos, referentes à participação de capital em sociedade corretora, sociedade distribuidora ou sociedade de investimentos;
- c) transferência de posições acionárias de banco de investimentos para banco comercial, referentes a participação de capital em sociedade de crédito e financiamento ou do tipo misto.

⁸⁰ A segunda instituição seria aquela que, ao mesmo tempo, fosse controlada por instituição do grupo e participasse de outra.

⁸¹ Resolução nº 266, de 15.10.73. Através dessa Resolução, as normas contidas em várias outras anteriores foram reunidas num só documento.

5.^a categoria para agências de bancos comerciais, identificando-as como aquelas que operassem em praças servidas também por agência de banco federal e/ou caixa econômica. Para estimular pedidos de transferência de agências para municípios totalmente dessassistidos, o Banco Central concedia agências pioneiras adicionais, dentro do esquema constante do Quadro A.12.

Quadro A.12 - Remanejamento de agências - Resolução 266/73

CATEGORIA DA AGÊNCIA ENCERRADA	AUTORIZAÇÕES PARA PIONEIRAS ⁸²
5. ^a	2
4. ^a	2
3. ^a	3
2. ^a	4
1. ^a	5
Especial	6

Nos casos acima, as agências pioneiras estariam isentas do recolhimento compulsório por cinco anos, desde que pe lo menos 70% dos depósitos coletados na localidade fossem aplica- dos na área de jurisdição da própria agência. Tal isenção também se aplicava a agências que passassem à categoria de pioneiras ou de 5.^a categoria, por força de encerramento de atividades de depen- dências congêneres, mas apenas por prazo de dois anos e desde que obedecido o percentual de aplicação local dos depósitos.

Podariam também ser pleiteadas transferências de agências para municípios de categoria igual ou inferior (equipa- rando-se as agências de 5.^a categoria às de 4.^a categoria), a menos que o ingresso de uma nova agência implicasse redução do saldo mē- dio dos depósitos locais a nível inferior ao acusado pela média da categoria, no Estado. O Banco Central também autorizava pedi-

⁸² Quando os municípios pretendidos se situassem nos Estados do Acre, Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Goiás, Mato Grosso e nos Territórios de Roraima, Ama- pá e Rondônia, seria concedida mais uma pioneira para cada agência remaneja- da.

dos de permuta de duas ou mais agências por uma única, desde que a soma das agências nos municípios onde ocorresse o encerramento fosse superior à soma naquele onde se fixaria a nova agência; a lém disso, o volume médio de depósitos no município pretendido de veria ser superior a 6.400 SM. Por sua vez, pedidos de permuta convencionada entre bancos poderiam ser admitidos, mas sua aprovação ficaria a critério do Banco Central.

De outro lado, bancos com capital superior ao mínimo regulamentar poderiam ser autorizados a instalar agências pioneiras, desde que, para cada agência a ser instalada, existisse parcela de capital excedente equivalente, no mínimo, a 10.000 SM; após dois anos de funcionamento, tais agências podiam ser transferidas para municípios totalmente desassistidos.

Outros estímulos eram também concedidos ao encerramento espontâneo de agências (exceto de pioneiras), quando não envolvesse solicitação de transferência, tais como:

- a) após 12 meses, restabelecimento da agência na mesma localidade, ou utilização da carta-patente respectiva nas condições de transferência acima descritas;
- b) absorção, por seis semestres consecutivos, de prejuízos decorrentes do encerramento da agência;
- c) exclusão dos valores do ativo imobilizado, por seis semestres, no cálculo do índice de imobilização.

Finalmente, não se permitia transferência de sede para praça com maior assistência bancária, exceto em caso de permuta com agência funcionando por mais de cinco anos.

Em dezembro de 1976, o Banco Central manifestou sua preocupação em dar maior flexibilidade à administração dos investimentos dos bancos comerciais, e instituiu algumas normas de procedimento nesse sentido⁸³. Assim, ficou determinado que

⁸³ Circular nº 317, de 01.12.76.

independeriam de consulta prévia ao Banco Central as imobilizações (desde que respeitados os limites fixados na regulamentação em vigor) referentes à aquisição de imóveis destinados a uso próprio ou de equipamentos tecnológicos de modernização de serviços, bem como aquelas decorrentes do exercício de direitos de subscrição ou recebimento de bonificações em ações, desde que proporcionalmente a participações previamente autorizadas. Além disso, poderiam ser realizadas inversões em equipamentos tecnológicos, com utilização de margem disponível no limite de 70% reservado às demais imobilizações.

Após três anos sem manifestações adicionais a respeito, o Banco Central decidiu, no final de 1976, prorrogar até 30.06.77 a suspensão de concessões de novas autorizações para a instalação de agências de estabelecimentos bancários⁸⁴. No segundo semestre de 1976, de um modo geral, foram adotadas medidas restritivas, sempre com a intenção de conter o ritmo de crescimento dos empréstimos ao setor privado. Nesse sentido, a taxa de recolhimento compulsório sobre os depósitos à vista nos bancos comerciais foi elevada em duas etapas, primeiro para 33% e depois para 35%, alcançando o limite legal.

Assim, apesar de não se manifestar durante vários anos sobre a expansão de rede bancária, o Banco Central deixava claro, através de seus relatórios, sua filosofia.. Em primeiro lugar, o estímulo à diminuição do número de agências dos bancos privados visava reduzir custos, principalmente através do fechamento de agências deficitárias. Em segundo lugar, procurava-se descentralizar a rede bancária, levando assistência principalmente a regiões mais pobres e/ou desassistidas. Por fim, ficava claro o desejo de possibilitar a formação de grandes conglomerados financeiros, "capazes de responder às exigências advindas do processo de crescimento acelerado da economia brasileira"⁸⁵.

⁸⁴ Resolução nº 403, de 22.12.76.

⁸⁵ Banco Central - Relatório Anual de 1974.

A P Ê N D I C E B

DADOS ESTATÍSTICOS E INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

As três tabelas a seguir apresentadas foram elaboradas após algumas pesquisas em publicações especializadas , particularmente a Revista Bancária Brasileira e os Anuários Financeiros da Editora Banas. A primeira tarefa foi listar os estabelecimentos bancários existentes em 1964, já que aquelas publicações nem sempre apresentavam o universo dos bancos comerciais brasileiros, e muitas vezes mostravam alguns erros. De outro lado, o Banco Central do Brasil não dispunha de informações completas sobre o assunto, visto que apesar de ter sido criado em 31 de dezembro de 1964, só se estruturou mais eficientemente após alguns anos . Por fim, a lista publicada pela Editora Banas conflitava com as informações da Inspetoria de Bancos da SUMOC, bem como da Secretaria da Receita Federal. Assim, salvo possíveis enganos de interpretação, a lista dos bancos apresentados na Tabela B.1 parece estar correta.

A segunda tarefa consistiu na elaboração da lista de absorções desde janeiro de 1965 até dezembro de 1976. Apenas uma vez o Banco Central manifestou-se oficialmente sobre o assunto, publicando em 1970 um rol completo de fusões, incorporações e aquisições de fundos de comércio de bancos comerciais. A partir de 1970, as informações perdem seu caráter oficial, tornando-se necessário compatibilizar fontes diversas, a fim de corrigir possíveis erros ou omissões. Uma dificuldade adicional prende-se ao fato de que inúmeros bancos comerciais, absorvidos ou não no período em estudo, mudaram de denominação (alguns por diversas vezes), exigindo certa atenção para que não fossem cometidos grandes disparates. Conseguiu-se, por fim, organizar a "árvore genealógica" de cada um dos bancos sobreviventes entre 1964 e 1976, para dar apoio à elaboração das tabelas a seguir apresentadas

Nos parágrafos seguintes, faz-se uma descrição sucinta de cada uma das tabelas que compõem este Apêndice.

Tabela B.1

Esta tabela lista em ordem alfabética o unverso dos estabelecimentos bancários em 1964 e em 1976, com a denominação inicial de cada um. Para 1964, foram registrados os valores correntes de seus depósitos totais, conforme balanços publicados na Revista Bancária Brasileira. Quando tais valores não foram conhecidos, o espaço em branco indica que o banco em questão não fez parte da análise desenvolvida ao longo deste trabalho. Por sua vez, caso o banco passasse a existir após 1964, o termo "Existente" indica o ano em que ele iniciou suas atividades. O termo "Absorvido" indica o ano em que o banco desapareceu via incorporação, fusão ou venda de fundo de comércio. O termo "Desaparecido" indica que o banco encerrou suas atividades, sem possibilidade de determinação do ano em que o fenômeno ocorreu. As mudanças de denominação dos bancos estão registradas em ordem cronológica. Para 1976, foram registrados os valores correntes dos depósitos totais dos bancos existentes naquele ano, bem como sua respectiva denominação final; para estabelecimentos em processo de liquidação, ou para aqueles que obtiveram carta-patente no ano em questão, os valores dos depósitos não foram registrados. Para 1976, os valores dos depósitos totais foram retirados da Revista Bancária Brasileira; para os bancos que não publicavam seus demonstrativos financeiros na publicação citada, as informações foram retiradas da revista Visão - Edição de 1977 do "Quém é Quém".

Tabela B.2

Esta tabela descreve os bancos sobreviventes no período e que realizaram absorções, ordenados por volume crescente dos depósitos totais. A cada ano, para cada um desses bancos, estão registrados os estabelecimentos por eles absorvidos; para todos os bancos absorvedores foram registrados, desde que disponíveis, os depósitos totais em 1964 e 1976; para os bancos absorvidos foram registrados os valores de seus depósitos totais em 31 de dezembro do ano anterior àquele em que foram absorvidos, calculando-se a seguir quanto cada um desses valores representava sobre os depósitos totais do sistema bancário (exclusive Banco do Brasil) na mesma data, conforme estatística do Banco Central.

O passo seguinte consistiu em somar os percentuais de participação de cada um dos bancos absorvidos, registrando-se o total, por banco absorvedor, na Tabela B.3. Esse procedimento significa que se assumiu a hipótese de que os bancos absorvidos, caso não o fossem, manteriam a mesma participação relativa ao longo dos anos, até 1976. Os números separados por barra indicam como foi a evolução de cada banco absorvido desde 1964: o primeiro número indica o grupo a que ele pertencia em 1964, enquanto o segundo número indica o grupo a que ele pertencia em 31 de dezembro anterior ao ano em que foi absorvido. Para compreensão dos grupos, vide observação referente à Figura 8.

Tabela B.3

Esta tabela descreve os bancos sobreviventes que fizeram parte da amostra utilizada para a análise ao longo do trabalho, e refere-se ao conjunto de estabelecimentos bancários para os quais foram encontradas informações tanto para 1964 como para 1976. Para cada banco, são registradas as seguintes informações:

- a) posição relativa por volume de depósitos em 1964 e 1976;
- b) volume de depósitos em 1964 e 1976;
- c) participação dos depósitos no volume total de depósitos (exclusive Banco do Brasil) em 1964 e 1976;
- d) crescimento da participação relativa dos depósitos entre 1964 e 1976;
- e) participação relativa dos depósitos dos bancos absorvidos, relativa a 1976, representando o crescimento externo dos bancos absorvedores (informação extraída da Tabela B.2);
- f) participação relativa dos depósitos em 1976, expurgada da participação referente ao item (e), representando o crescimento in terno dos bancos.

TABELA B.1 - Bancos Comerciais no Brasil - 1964/76 - Absorções e Desaparecimentos - (valores em CR\$ milhões)

Denominação em 1964	Depósitos totais-64	situação	Mudanças de denominação e/ou denominação atual	Depósitos totais-76
1. Administração	1,774	Absorvido-71		
2. Ag. Fin. Portugal		Existente-72	Ag. Fin. Portugal	20,566
3. Agrícola Alta Mogiana	0,326	Absorvido-71		
4. Agrícola de Cantagalo	2,820	Absorvido-68		
5. Agrícola Mercantil	25,417	Absorvido-67		
6. Agrícola Nacional	0,564	Absorvido-67		
7. Agrícola Sete Lagoas	4,542	Sobrevivente	Agr. M. Gerais	356,495
8. Agro-Mercantil	0,524	Absorvido-68	Agro Mercantil Alagoas	
9. Agro-Pastoril M. Gerais	0,739	Desaparecido		
10. Agro-Pecuario Campo Grande	4,297	Absorvido-68	Comercial Agro-Pecuario	
11. Agro-Pecuario Est. Goiás	0,504	Sobrevivente	Agro-Pecuario Goiás	72,397
12. Alfomares	5,526	Absorvido-69		
13. Aliança Rio Grande do Sul		Absorvido-67		
14. Aliança Rio de Janeiro	6,944	Absorvido-70	Aliança	
15. Aliança São Paulo	2,053	Absorvido-67		
16. Almeida Magalhães	0,864	Absorvido-75	Comercial Ipiranga	
17. América	33,376	Absorvido-69		
18. América do Sul	36,783	Sobrevivente	América do Sul	3.362,022
19. Americano de Crédito	0,006	Absorvido-70		
20. Anchieta	1,095	Absorvido-68		
21. Andrade Arnaud	15,728	Absorvido-74	Halles	
22. Andrade Pinto		Absorvido-68		
23. Antonio de Queiroz	1,489	Sobrevivente	Antonio de Queiroz	228,979
24. Araújo	0,388	Absorvido-69		

TABELA B.1 - Bancos Comerciais no Brasil - 1964/76 - Absorções e Desaparecimentos - (valores em CR\$ milhões)

Denominação em 1964	Depósitos totais-64	Situação	Mudanças de denominação e/ou denominação atual	Depósitos totais-76
25. Atlântico	1,168	Absorvido-71	Brasileiro do Atlântico	
26. Atlas	0,384	Absorvido-66		
27. Autocastro	0,026	Desaparecido		
28. Auxiliadora Predial	0,407	Absorvido-72		
29. Auxiliar do Comércio	4,869	Absorvido-67		
30. Auxiliar de Crédito	0,218	Absorvido-67		
31. Auxiliar do Povo		Absorvido-70	Mercantil Norte	
32. Auxiliar da Produção	0,370	Absorvido-72		
33. Auxiliar de São Paulo	30,110	Sobrevivente	Auxiliar de São Paulo	2.179,151
34. Bahia	53,267	Absorvido-73		
35. Bahiano da Produção	1,895	Absorvido-73	Comercial da Produção	
36. Bandeirantes do Comércio	31,288	Sobrevivente	Bandeirantes	2.355,083
37. Behar	*	Sobrevivente	Cidade de São Paulo	465,780
38. Boa Vista	41,569	Sobrevivente	Boa Vista	1.449,746
39. Bordallo Brenha	1,267	Absorvido-70		
40. Borges	2,029	Absorvido-68		
41. Brasil	2.792,515	Sobrevivente	Brasil	79.005,140
42. Brasileiro de Descontos	109,298	Sobrevivente	Brasileiro de Descontos	22.122,740
43. Brasileiro de Golás	2,661	Absorvido-65		
44. Brasileiro da Ind. e Com.	0,011	Absorvido-72		
45. Brasileiro de São Paulo	3,270	Absorvido-67		
46. Brasília	2,591	Absorvido-72		
47. Brasul de São Paulo	37,987	Absorvido-71		

* CR\$ 0,000067

TABELA B.1 - Bancos Comerciais no Brasil - 1964/76 - Absorções e Desaparecimentos - (valores em CR\$ milhões)				
Denominação em 1964	Depósitos totais-64	Situação	Mudanças de denominação e/ou denominação atual	Depósitos totais-76
48. Braço de São Paulo	1,437	Absorvido-67		
49. Capital	1,453	Absorvido-67		
50. Carioca do Comércio	0,070	Absorvido-68		
51. Cariri		Absorvido-72		
52. Cearense do Com. e Ind.	3,451	Absorvido-70		
53. Cidade de Americana		Absorvido-71		
54. Cidade de Campinas	0,736	Absorvido-68		
55. Cidade de Juiz de Fora	0,310	Absorvido-65		
56. Cidade do Rio de Janeiro	13,390	Absorvido-67		
57. Cidade de Santos	0,786	Absorvido-71		
58. Cívia	0,275	Desaparecido		
59. Coelho	0,222	Absorvido-71		
60. Colonial de São Paulo	3,039	Absorvido-68		
61. Comercial	0,089	Sobrevivente	Hermes/Induscred	42,070
62. Com'l e Agr. do Brasil	0,795	Absorvido-72	Brasil-América	
63. Comercial e Agr. do Piauí	2,528	Sobrevivente	Estado Piauí	135,036
64. Comercial da Bahia	2,051	Absorvido-69	Comercial do Nordeste	
65. Comercial do Brasil	3,592	Absorvido-67		
66. Comercial Brasileiro	1,863	Desaparecido		
67. Comercial do Est. Guanabara	0,429	Desaparecido		
68. Comercial do Est. S. Paulo	61,431	Absorvido-72	Comercial Brasil	
69. Comercial e Hipot. Campos		Absorvido-70		
70. Com'l. e Ind'l. do Brasil	1,245	Absorvido-71	Merc'l Ind'l Brasil/Merc'l Ind'l RJ	
71. Com'l. e Ind'l. Est. R. Janeiro	2,457	Absorvido-66		

TABELA B.1 - Bancos Comerciais no Brasil - 1964/76 - Absorções e Desaparecimentos - (Valores em CR\$ milhões)

Denominação em 1964	Depósitos totais-64	Situação	Mudanças de denominação e/ou denominação atual	Depósitos totais-76
72. Com'l e Ind'l. M.Gerais	3,079	Absorvido-67		
73. Comercial de M.Gerais	10,025	Absorvido-72		
74. Comercial do parã		Absorvido-70		
75. Comercial do paranã	31,737	Absorvido-75		
76. Comércio	10,978	Absorvido-66		
77. Comércio do Café	3,021	Absorvido-66		
78. Comércio de Campina Grande	3,882	Absorvido-68		
79. Comércio Importador	0,335	Sobrevivente	Comércio	137,707
80. Com. e Ind. América do Sul	2,426	Absorvido-72		
81. Com. e Ind. da Bahia	1,227	Absorvido-66		
82. Com. e Ind. M.Gerais	61,163	Absorvido-75		
83. Com.e Ind.Norte-riograndense		Absorvido-72		
84. Com. e Ind. da Paraíba	2,085	Absorvido-73		
85. Com.e Ind. do Paraná	1,060	Absorvido-67		
86. Com. e Ind. de Pernambuco	10,310	Absorvido-72		
87. Com. e Ind. de S.Paulo	83,946	Sobrevivente	Comércio e Indústria de S.Paulo	5.324,331
88. Com.e Ind. de Sergipe	0,420	Absorvido-68		
89. Comércio e Lavoura		Sobrevivente	Inter-Atlântico	10,675
90. Comércio de Minas Gerais	1,195	Absorvido-66		
91. Commerciale Italiana		Existente-74	Commerciale Italiana	69,134
92. Continental	2,264	Absorvido-67		
93. Cordeiro	1,459	Absorvido-67		
94. Correa Ribeiro	2,360	Absorvido-65		
95. Créd.Agr. do E.Santo	4,073	Sobrevivente	Estado F.Santo	930,858

TABELA B.1 - Bancos Comerciais no Brasil - 1964/76 - Absorções e Desaparecimentos - (valores em CR\$ milhões)

Denominação em 1964	Depósitos Totais-64	Situação	Mudanças de denominação e/ou denominação atual	Depósitos totais-76
96. Crédito da Amazônia	8,420	Sobrevivente	Amazônia	2.058,521
97. Crédito da Bahia	0,808	Absorvido-72	Bamerindus NE	
98. Crédito Comercial	3,131	Absorvido-72		
99. Crédito Mercantil	3,111	Absorvido-68		
100. Crédito Municipal	0,001	Absorvido-73	Boa Vista SP	
101. Crédito Nacional	13,398	Sobrevivente	Crédito Nacional	2.548,338
102. Crédito Pessoal	2,642	Absorvido-67		
103. Crédito Pessoal do Brasil	1,424	Absorvido-68		
104. Crédito Popular de Sobral		Sobrevivente	Sobral/Ceará	131,824
105. Crédito Real M.Gerais	134,346	Sobrevivente	Cr.R.M.Gerais	3.056,925
106. Crédito Real R.G.Sul	0,854	Sobrevivente	Cr.R.RG. Sul	75,566
107. Crédito Sergipense		Sobrevivente	Créd.Sergipense	23,764
108. Crédito Territorial	3,932	Absorvido-74		
109. Curitiba	2,101	Absorvido-67		
110. Dantas Freire		Sobrevivente	Dantas Freire	25,686
111. Delta	2,092	Absorvido-67	Créd.Nac.CB	
112. Descontos R.Janeiro		Desaparecido		
113. Desenv.Est.Pernambuco	6,604	Sobrevivente	Est.Pernambuco	1.104,046
114. Desenv.Est.S.Catarina	2,537	Sobrevivente	Est.S.Catarina	1.440,880
115. Deutsche Bank		Existente-68	Alemão Transatlântico	348,157
116. Dumont	0,290	Absorvido-70		
117. Economia de São Paulo	1,202	Desaparecido		
118. Econômico da Bahia	49,071	Sobrevivente	Econômico	4.235,371
119. Econômico M.Gerais	0,412	Absorvido-74		

TABELA B.1 - Bancos Comerciais no Brasil - 1964/76 - Absorções e Desaparecimentos - (valores em CR\$ milhões)

Denominação em 1964	Depósitos totais-64	Situação	Mudanças de denominação e/ou denominação atual	Depósitos totais-76
120. Econômico Nacional	0,491	Absorvido-66		
121. Econômico Rio de Janeiro	0,782	Absorvido-71		
122. Est. Amazonas	6,098	Sobrevivente	Est. Amazonas	686,884
123. Est. Ceará	3,863	Sobrevivente	Est. Ceará	665,355
124. Est. Goiás	4,319	Sobrevivente	Est. Goiás	893,541
125. Est. Guanabara	75,577	Sobrevivente	Est. Rio de Janeiro	8.245,157
126. Est. Maranhão	2,783	Sobrevivente	Est. Maranhão	154,654
127. Est. Mato Grosso	1,314	Sobrevivente	Est. Mato Grosso	262,343
128. Est. Pará		Sobrevivente	Est. Pará	494,699
129. Est. Paraíba	2,251	Sobrevivente	Est. Paraíba	374,538
130. Est. Paraná	30,128	Sobrevivente	Est. Paraná	3.520,875
131. Est. R.G.Sul	47,434	Sobrevivente	Est. R.G.Sul	3.230,659
132. Est. R.Janeiro	13,192	Absorvido-76		
133. Est. São Paulo	178,206	Sobrevivente	Est. São Paulo	13.740,162
134. Expansão Ind'l S.Paulo	0,194	Sobrevivente	Exp. Ind'l S.Paulo	452,215
135. Expansão Mercantil	0,145	Absorvido-69	Renasença	
136. F. Barretto	5,978	Sobrevivente	F. Barretto	294,767
137. F. Munhoz	1,112	Absorvido-71	Grande SP	
138. Faro	3,994	Desaparecido		
139. Figueiredo	0,160	Absorvido-71	Financ. Ind. e Com.	
140. Financiador	0,881	Absorvido-69		
141. Financial	0,003	Sobrevivente	Merc'l Pernambuco	72,711
142. Financial M.Grosso	4,920	Sobrevivente	Financial	495,705
143. First Nat.Bank of Boston	22,037	Sobrevivente	Boston	946,211

TABELA B.1 - Bancos Comerciais no Brasil - 1964/76 - Absorções e Desaparecimentos - (valores em CR\$ milhões)				
Denominação em 1964	Depósitos totais-64	Situação	Mudanças de denominação e/ou denominação atual	Depósitos totais-76
144. First National Citibank	58,388	Sobrevivente	Citibank	2.769,198
145. Fomento Econ. Est. Sergipe	2,419	Sobrevivente	Est. Sergipe	145,101
146. Fomento Est. Bahia	12,610	Sobrevivente	Est. Bahia	1.587,697
147. Francês e Brasileiro	37,312	Sobrevivente	Francês e Brasileiro	3.024,850
148. Francês-Italiano p/A.Sul	34,007	Sobrevivente	Sudameris Brasil	2.081,489
149. Francisco Telles	0,671	Absorvido-69		
150. Frederico Mentz	0,708	Absorvido-70	América Latina	
151. Freire Silveira	2,445	Absorvido-67		
152. Frizzo	1,030	Sobrevivente	Bozzano, Simonsen	171,930
153. Geral do Comércio	2,554	Sobrevivente	Geral do Comércio	763,005
154. Geral de Finanças e Comércio	1,861	Absorvido-67		
155. Gontijo Irmão Sociedade	0,527	Sobrevivente	Comércio Varejista/Comercial Aplik	168,992
156. Guanabara	2,591	Absorvido-67		
157. Hipot.Agr.Est.M.Gerais	46,380	Absorvido-67		
158. Holandês Unido	10,079	Sobrevivente	Holandês Unido	451,043
159. Ilhéus	1,519	Absorvido-67		
160. Imp. e Exp. do Ceará	0,340	Absorvido-72		
161. Independência	1,500	Absorvido-68		
162. Ind. e Com. do Brasil	1,322	Absorvido-74	Áurea	
163. Ind. e Com. da Guanabara	0,165	Absorvido-68		
164. Ind. e Com. S.Catarina	29,814	Absorvido-68		
165. Industrial Brasileiro	0,852	Desaparecido		
166. Industrial Campina Grande	7,229	Absorvido-72		
167. Ind'l e Com'l do Sul	28,140	Absorvido-72		

TABELA B.1 - Bancos Comerciais no Brasil - 1964/76 - Absorções e Desaparecimentos - (valores em CR\$ milhões)

Denominação em 1964	Depósitos totais-64	Situação	Mudanças de denominação e/ou denominação atual	Depósitos totais-76
168. Ind'l de Pernambuco	0,457	Sobrevivente	Ind'l Pernambuco	216,845
169. Ind'l de São Paulo	0,279	Sobrevivente	SPI	0,414
170. Indústrias	0,524	Absorvido-72		
171. Interamericano do Brasil	0,354	Absorvido-68		
172. Intercâmbio Nacional	1,509	Absorvido-72	Halles Com. e Ind.	
173. Intercontinental do Brasil	5,508	Absorvido-70		
174. Interestadual do Brasil	0,280	Desaparecido		
175. Intra	2,190	Sobrevivente	Com. Ind. RJ	61,782
176. Ipiranga	1,125	Absorvido-68		
177. Irmãos Guimarães	31,918	Absorvido-74	Big-Univest/União Com'l.	
178. Ítalo-Belga	7,920	Sobrevivente	Europeu p/A.Latina	146,414
179. Ítalo-Suiço-Brasileiro	2,930	Absorvido-67		
180. Itamarati	1,655	Sobrevivente	Itamarati	167,403
181. Itaú	58,351	Sobrevivente	Fed.-Itaú/Fed.Itaú-Sul-Am./Itaú-Am./ Itaú	13.468,997
182. J.C.da Silva Leça	0,212	Absorvido-72		
183. J.Nigro		Absorvido-69		
184. Juazeiro	0,421	Sobrevivente	Ind'l Cariri/Ind'l do Ceará	105,857
185. Julião Arroyo	1,234	Sobrevivente	Julião Arroyo	64,363
186. Lar Brasileiro	39,685	Sobrevivente	Lar Brasileiro	2.937,859
187. Lav.Com.Est.S.Paulo	4,116	Absorvido-66		
188. Lavoura M.Gerais	129,623	Sobrevivente	Real	9.143,682
189. Leme Ferreira	2,545	Absorvido-68		
190. Leônidas Moreira		Desaparecido		

TABELA B.1 - Bancos Comerciais no Brasil - 1964/76 - Absorções e Desaparecimentos - (valores em CR\$ milhões)

Denominação em 1964	Depósitos totais-64	Situação	Mudanças de denominação e/ou denominação atual	Depósitos totais-76
191. Libanês do Comércio	3,134	Absorvido-71		
192. Liberdade	0,192	Absorvido-70		
193. Líder de M.Gerais	0,239	Absorvido-69		
194. Lino Pimentel	1,002	Absorvido-67		
195. London and South America	51,110	Sobrevivente	London	950,070
196. Lowndes	4,711	Absorvido-71		
197. Magalhães Franco	1,163	Absorvido-67		
198. Manoel de Carvalho	0,096	Sobrevivente	Rural de M.Gerais	90,750
199. Maranhão		Absorvido-69		
200. Marchesi	2,559	Absorvido-66		
201. Mazza	2,541	Absorvido-67		
202. Meirelles	0,288	Absorvido-68	Real do Norte	
203. Melhoramentos de Jaú	0,414	Absorvido-71		
204. Mercantil do Brasil	0,668	Absorvido-74		
205. Mercantil do Ceará		Sobrevivente	Merc'l Ceará	140,314
206. Mercantil de Descontos	6,903	Sobrevivente	Merc'l Descontos	457,927
207. Mercantil da Guanabara	3,545	Absorvido-67		
208. Mercantil Ind'l Paraná	19,424	Sobrevivente	Bamerindus Brasil	7.105,584
209. Merc'l Ind'l R.Janeiro	4,334	Absorvido-67		
210. Merc'l Ind'l S.Catarina	0,930	Absorvido-70		
211. Merc'l Ind'l S.Paulo	3,868	Absorvido-71	Bamerindus S.Paulo	
212. Merc'l da Metrópole	0,087	Absorvido-68		
213. Mercantil de M.Gerais	42,261	Sobrevivente	Merc'l Brasil	3.345,089
214. Mercantil de Niterói	9,250	Absorvido-69		

TABELA B.1 - Bancos Comerciais no Brasil - 1964/76 - Absorções e Desaparecimentos - (valores em CR\$ milhões)

Denominação em 1964	Depósitos totais-64	Situação	Mudanças de denominação e/ou denominação atual	Depósitos totais-76
215. Mercantil do Nordeste	2,355	Absorvido-66		
216. Mercantil Pan-Americano	1,315	Absorvido-68		
217. Mercantil de Pernambuco	2,906	Absorvido-67		
218. Mercantil do R.Janeiro	2,168	Absorvido-67		
219. Mercantil de S.Paulo	104,009	Sobrevivente	Merc'l S.Paulo	6.476,981
220. Metrôpole do R.Janeiro	0,419	Absorvido-67		
221. Minas Gerais	37,779	Absorvido-74		
222. Mineiro	0,601	Sobrevivente	Mineiro	419,566
223. Mineiro de Descontos	0,253	Absorvido-72		
224. Mineiro do Oeste	14,849	Absorvido-73		
225. Mineiro da Produção	65,879	Sobrevivente	Est.M.Gerais	3.360,665
226. Mirai	0,088	Sobrevivente	Progresso MG	191,783
227. Monteiro de Castro	3,890	Absorvido-68		
228. Moreira Gomes	2,384	Absorvido-72	Geral do Brasil	
229. Moreira Salles	98,854	Sobrevivente	União Bancos Brasileiros	8.460,213
230. Moscoso Castro	0,478	Absorvido-67		
231. Mossoró		Sobrevivente	Mossoró	9,046
232. Nación Argentina	0,203	Sobrevivente	Nación Argentina	46,572
233. Nacional Brasileiro	1,841	Sobrevivente	Nac'l Brasileiro	*
234. Nacional do Comércio	28,077	Sobrevivente	Sul Brasileiro	3,729,688
235. Nacional do Com. M.Gerais	4,328	Absorvido-68	Planalto M.Gerais	
236. Nacional do Com. S.Paulo	13,437	Absorvido-74		
237. Nacional de Crédito	0,116	Absorvido-70	Merc'l Ind'l RGS	

* em processo de liquidação

TABELA B.1 - Bancos Comerciais no Brasil - 1964/76 - Absorções e Desaparecimentos - (valores em CR\$ milhões)

Denominação em 1964	Depósitos totais-64	Situação	Mudanças de denominação e/ou denominação atual	Depósitos totais-76
238. Nacional do E.Santo	1,758	Absorvido-72		
239. Nacional da Ind.e Com.	0,263	Absorvido-70	Merc'l Ind'l NE	
240. Nacional de M.Gerais	113,561	Sobrevivente	Nacional	9.253,269
241. Nacional do Norte	28,877	Sobrevivente	Nac'l Norte	2.093,408
242. Nac.Paraná e S.Catarina	6,560	Absorvido-68	Nac.Lav. e Com.	
243. Nacional do R.Janeiro	3,569	Absorvido-67		
244. Nacional de S.Paulo	9,341	Absorvido-72		
245. Nações	2,157	Sobrevivente	Nações	172,674
246. Nobre de M.Gerais	1,547	Absorvido-71		
247. Nordeste do Brasil	79,195	Sobrevivente	Nordeste Brasil	1.789,348
248. Noroeste do Est.S.Paulo	48,726	Sobrevivente	Noroeste Est.SP	2.734,826
249. Novo Mundo	26,304	Absorvido-74		
250. Oliveira Roxo	2,868	Absorvido-67		
251. Operações Mercantis		Desaparecido		
252. Operador	8,659	Absorvido-66		
253. Pagano	0,209	Absorvido-71		
254. País	0,261	Absorvido-67		
255. Pan-Americano	2,042	Desaparecido		
256. Pará		Absorvido-67		
257. Paraná	1,244	Absorvido-66		
258. Pareto	1,277	Absorvido-69		
259. Parnaíba	0,181	Sobrevivente	Parnaíba	39,934
260. Patriarca do Brasil	1,032	Absorvido-67		
261. Paulista do Comércio		Desaparecido		

TABELA B.1 - Bancos Comerciais no Brasil - 1964/76 - Absorções e Desaparecimentos - (valores em CR\$ milhões)				
Denominação em 1964	Depósitos totais-64	Situação	Mudanças de denominação e/ou denominação atual	Depósitos totais-76
262. Paulistano	0,653	Sobrevivente	São Paulo-Tokyo/Tokyo	450,645
263. Pernambuco	2,032	Absorvido-73		
264. Piratininga	0,221	Absorvido-71		
265. Planalto M.Gerais	1,687	Absorvido-66		
266. Popular de Fortaleza		Sobrevivente	Pop. Fortaleza	67,509
267. Porto-Alegrense	0,600	Absorvido-67		
268. Português do Brasil	32,522	Absorvido-73		
269. Povo	23,827	Absorvido-68		
270. Povo de M.Grosso	1,817	Absorvido-70	Merc'l Ind'l MT	
271. Prado Vasconcellos Jr.	0,762	Absorvido-67		
272. Predial Est. R.Janeiro	34,858	Absorvido-70		
273. Produção	0,052	Sobrevivente	Produção	3,987
274. Prod.Est.Alagoas	4,618	Sobrevivente	Est. Alagoas	318,267
275. Prod.Est.São Paulo	0,174	Absorvido-69		
276. Prod. Riograndense	0,383	Absorvido-69		
277. Prod. e Fom. Est. Acre		Existente-65	Est. Acre	82,535
278. Prolar	1,341	Desaparecido		
279. Proprietários		Absorvido-74		
280. Província R.G.Sul	42,502	Absorvido-72		
281. Raul de Paula e Silva	0,251	Absorvido-70	Bras.Oeste MG.	
282. Real de Pernambuco	0,630	Absorvido-69		
283. Real do Progresso	3,015	Absorvido-68		
284. Real de S.Paulo	0,248	Sobrevivente	Real de S.Paulo	10,384
285. Real Unido	1,130	Absorvido-68		

TABELA B.1 - Bancos Comerciais no Brasil - 1964/76 - Absorções e Desaparecimentos - (valores em CR\$ milhões)

Denominação em 1964	Depósitos totais-64	Situação	Mudanças de denominação e/ou denominação atual	Depósitos totais-76
286. Regional	0,965	Sobrevivente	Regional	118,989
287. Regional de Brasília		Existente-66	Reg'l Brasília	1.263,994
288. República	0,484	Absorvido-71		
289. Residência		Existente-76	Com'l Residência	*
290. Rezende Leite		Sobrevivente	Prod. e Comércio	95,934
291. Riachuelo	6,527	Absorvido-67		
292. Piabeiro Carvalho	1,761	Absorvido-67		
293. Piabeiro Junqueira	6,916	Absorvido-67		
294. Pio	2,226	Absorvido-67		
295. Rio G. do Norte	2,056	Sobrevivente	Est. R.G.Norte	232,640
296. Riograndense Exp.Econômica	2,353	Absorvido-67		
297. Roraima		Existente-68	Poraima	61,252
298. Royal Bank of Canada	4,996	Sobrevivente	Internacional	134,465
299. S.Magalhães	2,593	Absorvido-73		
300. Santa Cruz	0,733	Absorvido-67		
301. São Caetano do Sul	4,084	Absorvido-73		
302. São Paulo	45,719	Absorvido-73		
303. Segurança	2,307	Absorvido-67		
304. Sinimbu	0,109	Absorvido-68	Meridional	
305. Sotito Maior	10,462	Absorvido-72		
306. Sul-Americano do Brasil	21,574	Absorvido-66		
307. Sul do Brasil	0,342	Absorvido-70		
308. Sul Mineiro	1,032	Absorvido-67		
309. Sumitomo Brasileiro	2,195	Sobrevivente	Sumitomo Brasileiro	218,160

* carta-patente em 1976

TABELA B.1 - Bancos Comerciais no Brasil - 1964/76 - Absorções e Desaparecimentos - (valores em CR\$ milhões)

Denominação em 1964	Depósitos totais-64	Situação	Mudanças de denominação e/ou denominação atual	Depósitos totais-76
310. Tibagi	1,718	Absorvido-70		
311. Tokyo	3,498	Absorvido-72		
312. Tozan	13,059	Sobrevivente	Mitsubishi Brasileiro	669,987
313. Triângulo Mineiro	2,141	Absorvido-72	Nac.Tr.Mineiro	
314. Ultramarino Brasileiro	14,100	Absorvido-69		
315. União		Desaparecido		
316. Unión Bcos del Uruguay		Existente-76	União Bancos Uruguay	*
317. Universal	0,735	Absorvido-72		
318. Valença		Absorvido-66		
319. Vicente Fiorillo	0,121	Absorvido-70		
320. Villarino	1,128	Absorvido-71		
321. C.B.Argemiro Barbi	0,035	Sobrevivente	Lavra	113,687
322. C.B. Branco	0,400	Sobrevivente	Nac'l Transatlântico/Santos/Safrá	1.110,100
323. C.B.Bras.de Descontos		Absorvido-71	P.Caxias	
324. C.B.Crédito Popular		Absorvido-67	Bras.Produção	
325. C.B.D.Beiriz	0,033	Absorvido-68	Agr.Ind'l.	
326. C.B.F.Matarazzo	2,006	Sobrevivente	F.Matarazzo	34,050
327. C.B.Germano Stein	0,203	Absorvido-69		
328. C.B.Giordano		Absorvido-68		
329. C.B.Gorges	0,307	Sobrevivente	Nacional da Bahia	11,537
330. C.B.Irmãos Malzoni	0,176	Absorvido-69		
331. C.B.Marinho	0,169	Absorvido-69	Vaz	
332. C.B.Metrópole	0,244	Absorvido-69	Metrópole Descontos	
333. C.B.Moneró	0,317	Absorvido-67	Auxiliar Guanabara	

* carta-patente em 1976

TABELA B.1 - Bancos Comerciais no Brasil - 1964/76 - Absorções e Desaparecimentos - (valores em CR\$ milhões)

Denominação em 1964	Depósitos totais-64	Situação	Mudanças de denominação e/ou denominação atual	Depósitos totais-76
334. C.B. Moura Andrade	0,002	Absorvido-70	Valores	
335. C.B. Nicodemos Barretos		Absorvido-69	Trabalho	
336. C.B. Nova América	0,172	Absorvido-71		
337. C.B. Pinto de Magalhães	0,291	Sobrevivente	Pinto de Magalhães	150,162
338. C.B. Regadas Com e Ind.		Absorvido-68	Teresópolis	
339. C.B. S.Gurgel	0,296	Absorvido-71		
340. C.B. São Carlos	0,108	Absorvido-69		
341. C.B. Social de Crédito	0,067	Absorvido-69	Real de Crédito	
342. C.B. Excelsior S.Paulo	0,001	Desaparecido		
343. Figueiredo Rocha	0,001		Com. e Ind'l M.Gerais	
344. Mauá	0,020			

TABELA B.2 - Bancos comerciais sobreviventes - 1964/76 - Principais absorções

BANCO ABSORVEDOR	BANCO ABSORVIDO-Part. %		Mobilidade por grupos desde 1964
BRASILEIRO DE DESCONTOS	1965-Brasileiro de Goiás	0,0847	8/8
	Correa Ribeiro	0,0753	8/8
	1967-Mercantil PE	0,0789	8/8
	Brasileiro de SP	0,1606	9/9
	Portoalegrense	...	6/...
	Segurança	0,0703	8/8
	1968-Ind. e Com. SC	0,9810	12/12
	1971-Agr. Alta Mogiana	0,0182	5/6
	Nova América	0,0054	4/4
	Villarino	0,0391	7/7
	Créd. Com'l.	0,0329	8/7
	Imp. Exp. CE	0,0211	5/6
	Min. Oeste	0,8361	11/12
	Bahia	1,7050	13/13
	TOTAL	4,11	
ITAÚ	1966-SulAmericano	0,6104	11/11
	1969-América	0,9867	12/12
	1970-Aliança	0,3815	10/10
	1973-Português do Brasil	1,3531	12/12
	1974-União Comercial	3,4501	12/14
	TOTAL	6,78	
NACIONAL	1971-Brasileiro do Atlântico	0,0151	7/6
	República	0,0170	6/6
	Grande São Paulo	0,0933	7/8
	1972-Nacional de SP	0,4230	10/11
	Brasília	0,0980	8/8
	Comercial MG	0,2727	10/10
	Nacional ES	0,0684	8/8
	Nac.Tr. Mineiro	0,0728	8/8
	Sotto Maior	0,2797	10/10
	1975-Com. Ind. MG	1,3395	13/12
	TOTAL	2,68	

TABELA B.2 - Bancos comerciais sobreviventes - 1964/76 - Principais absorções

BANCO ABSORVEDOR	BANCO ABSORVIDO-Part.º		Mobilidade por grupos desde 1964
REAL	1967-Geral Fin. e Com.	0,0129	8/6
	1969-Merc.Niterói	0,2852	10/10
	1974-Minas Gerais	1,2636	12/12
	TOTAL	1,56	
UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS	1965-Cid.Juiz de Fora	0,0094	5/5
	Agrícola Mercantil	0,8991	11/12
	Predial Est. RJ	1,0946	12/12
	TOTAL	2,00	
BAMERINDUS DO BRASIL	1969-Francisco Telles	0,0491	6/7
	1970-Tibaqi	0,0415	8/7
	Merc.Ind. RS	0,0765	4/8
	Merc.Ind. SC	0,0205	7/6
	1971-Bamerindus SP	0,4650	9/11
	Merc.Ind. PJ	0,3907	9/10
	1972-Bamerindus NE	0,1177	7/9
	Bras.Ind. e Com.	0,0294	1/7
	1974-Crédito Territorial	0,0616	9/8
	Nac.Com. SP	0,3020	11/10
	1975-Com. Paranaíba	0,8062	12/12
	TOTAL	2,36	
COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE SÃO PAULO	1967-Com. Ind. MG	0,0731	8/8
	1968-Leme Ferreira	0,0750	8/8
	1970-Cearense Com. e Ind.	0,0560	9/8
	TOTAL	0,20	
ECONÔMICO	1967-Cidade RJ	...	11/...
	1968-Meridional	0,0156	4/6
	1971-S.Gurgel	0,0155	5/6
	1972-Com.Ind. PE	0,3877	10/10
	1974-Novos Mundo	0,8677	12/12
	TOTAL	1,29	

TABELA B.2 - Bancos comerciais sobreviventes - 1964/76 - Principais absorções

BANCO ABSORVEDOR	BANCO ABSORVIDO-Part. %	Mobilidade por grupos desde 1964
SUL BRASILEIRO	1971-Duque de Caxias	0,0709 .../8
	1972-Província RS	0,7532 12/11
	Ind. Com. Sul	0,9120 12/12
	TOTAL	1,74
AMÉRICA DO SUL	1971-Financ. Ind. Com.	0,0213 4/6
	Cid. Americana	/...
	Cid. Santos	0,0170 6/6
	1973-Com. Produção	0,3039 8/10
	TOTAL	0,34
MERCANTIL DO BRASIL	1967-Santa Cruz	0,0043 6/4
	Metrópole RJ	0,0072 6/5
	1972-Ind. Campina Grande	0,8166 10/12
	1974-Merc. Brasil	0,1320 6/9
	TOTAL	0,96
CRÉDITO NACIONAL	1967-Créd. Nac. GB	0,0674 8/8
	1968-Anchieta	0,0750 7/8
	1969-Pareto	0,0427 7/7
	1974-Áurea	0,0928 7/8
	1975-Com. Ipiranga	0,0832 7/8
	TOTAL	0,36
BANDEIRANTES	1967-Riachuelo	0,3456 10/10
	1973-Com. Ind. PB	... 8/...
	TOTAL	0,35
AUXILIAR DE S. PAULO	1966-Com. Café	0,0435 8/7
	Valença	0,0167 .../6
	1968-Independência	0,0339 7/7
	Cid. Campinas	0,0348 6/7
	1969-Com. Nordeste	0,3253 8/7
	TOTAL	0,45

TABELA B.2 - Bancos comerciais sobreviventes - 1964/76 - Principais absorções

BANCO ABSORVEDOR	BANCO ABSORVIDO-Part. %	Mobilidade por grupos desde 1964
NACIONAL DO NORTE	1968-Colonial SP	0,0897
	1973-Pernambuco	0,0430
	TOTAL	0,13
SUDAMERIS BRASIL	1967-Alliança SP	0,0516
BOAVISTA	1973-Boavista SP	0,0640
	S. Magalhães	0,0367
	TOTAL	0,10
SAFRA	1969-Renascença	0,0595
	1972-J.C. Silva Leça	0,0044
	Aux. Produção	0,0082
	Indústrias	0,0059
	TOTAL	0,08
GERAL DO COMÉRCIO	1969-Líder MG	0,0142
	1970-Americano de Crédito	0,0005
	TOTAL	0,01
CIDADE DE S. PAULO	1969-Real de Crédito	0,0058
	Stein	0,0078
	C.B. São Carlos	0,0026
	TOTAL	0,01
EXPANSÃO	1968-Carioca do Comércio	0,0027
	1970-América Latina	0,0090
	TOTAL	0,01
TOKYO	1972-Tokyo	0,1306

TABELA B.2 - Bancos comerciais sobreviventes - 1964/76 - Principais absorções

BANCO ABSORVEDOR	BANCO ABSORVIDO-Part. %		Mobilidade por grupos desde 1964
MINEIRO	1967-Lino Pimentel	0,0229	7/6
	1968-Interam.Brasil	0,0037	5/4
	1970-Liberdade	0,0025	4/3
	1974-Econômico MG	...	6/...
	TOTAL	0,03	
BOZZANO, SIMONSEN	1972-Brasil-América	0,0079	6/5
COMERCIAL APLIK	1972-Universal	0,0211	6/6
INDUSTRIAL DO CEARÁ	1972-Cariri	...	.../...
	1974-Proprietários	...	.../...
ESTADO SÃO PAULO	1967-Pará	...	.../...
	Cordeiro	0,0258	7/7
	Créd.Pessoal	0,0373	8/7
	1968-Nac.Lav. e Com.	0,4393	10/11
	1969-C.B.I. Malzoni	0,0052	4/4
	J.Nigro	...	.../...
	1970-Intercont.Brasil	0,1600	9/9
	1971-Pagano	0,0039	5/4
	1973-São Paulo	1,0131	12/12
	TOTAL	1,68	
EST. RIO JANEIRO	1971-Nobre MG	...	7/...
	1974-Halles	1,1937	11/12
	1976-Est. RJ	0,6453	11/11
	TOTAL	1,84	
EST. PARANÁ	1966-Paraná	0,0953	7/8
	1969-Alfomares	0,2438	9/10
	TOTAL	0,34	
EST. MINAS GERAIS	1967-Hip.Agr.Est.MG	1,0224	12/12

TABELA B.2 - Bancos comerciais sobreviventes - 1964/76 - Principais absorções

BANCO ABSORVEDOR	BANCO ABSORVIDO-Part.º		Mobilidade por grupos desde 1964
EST. RIO GRANDE DO SUL	1969-Real PF	0,0213	6/6
	1970-Sul do Brasil	0,0360	5/7
	TOTAL	0,06	
EST. RIO GRANDE DO NORTE	1972-Com. Ind. Northeriogr.	0,0035	.../4

TABELA B.3 - Bancos comerciais sobreviventes - 1964/76 - Classificação e crescimento

BANCOS	Nº de ordem 1964	Nº de ordem 1976	Depósitos CR\$milhões 1964	Depósitos CR\$milhões 1976	Particip. no total de dep. 1964 (%)	Particip. no total de dep. 1976 (%)	Crescimento total 1976/1964 (%)	Crescimento Externo (%)	Crescimento Interno (%)
BRASILEIRO DE DESCONTOS	5	1	109,298	22.122,740	3,43	12,12	253,35	4,11	8,01
ESTADO SÃO PAULO	1	2	178,206	13.740,162	5,59	7,53	34,70	1,68	5,85
ITAÚ	13	3	58,351	13.468,997	1,83	7,38	303,28	6,78	0,60
NACIONAL	4	4	113,561	9.253,269	3,56	5,07	42,42	2,68	2,39
REAL	3	5	129,623	9.143,682	4,07	5,01	23,10	1,56	3,45
UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS	7	6	98,854	8.460,213	3,10	4,64	49,68	2,00	2,64
EST. RIO DE JANEIRO	10	7	75,577	8.245,157	2,37	4,52	90,72	1,84	2,68
BAMERINDUS	30	8	19,424	7.105,584	0,61	3,89	537,70	2,36	1,53
MERCANTIL DE SÃO PAULO	6	9	104,009	6.476,981	3,26	3,55	8,90	-	3,55
COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE S. PAULO	8	10	83,946	5.324,331	2,63	2,92	11,03	0,20	2,72
ECONÔMICO	15	11	49,071	4.235,371	1,54	2,32	50,65	1,29	1,03
SUL BRASILEIRO	28	12	28,077	3.729,688	0,88	2,04	131,82	1,74	0,30
ESTADO PARANÁ	25	13	30,128	3.520,875	0,95	1,93	103,16	0,34	1,59
AMÉRICA DO SUL	22	14	36,783	3.362,022	1,15	1,84	60,00	0,34	1,50
EST. MINAS GERAIS	11	15	65,879	3.360,665	2,07	1,84	-	1,02	0,82
MERCANTIL BRASIL	18	16	42,261	3.345,089	1,33	1,83	37,59	0,96	0,87
EST. RIO GRANDE DO SUL	17	17	47,434	3.230,659	1,49	1,77	18,79	0,06	1,71
CRÉDITO REAL DE MINAS GERAIS	2	18	134,346	3.056,925	4,22	1,68	-	-	1,68
FRANCÊS E BRASILEIRO	21	19	37,312	3.024,850	1,17	1,66	41,88	-	1,66
LAR BRASILEIRO	20	20	39,685	2.937,859	1,25	1,61	28,80	-	1,61
CITIBANK	12	21	58,388	2.769,198	1,83	1,52	-	-	1,52
NOROESTE DO EST. S. PAULO	16	22	48,726	2.734,826	1,53	1,50	-	-	1,50

TABELA B.3 - Bancos comerciais sobreviventes - 1964/76 - Classificação e crescimento

BANCOS	Nº de Nº de		Depósitos		Depósitos		Particip.		Particip. no		Crescimento		Crescimento		Crescimento Interno (%)
	ordem 1964	ordem 1976	CR\$milhões 1964	CR\$milhões 1976	CP\$milhões 1976	CP\$milhões 1976	total de dep. 1964 (%)	total de dep. 1976 (%)	total de dep. 1976 (%)	total de dep. 1976 (%)	total 1976/1964 (%)	Externo (%)	total 1976/1964 (%)	Externo (%)	
CRÉDITO NACIONAL	31	23	13,398	2.548,338	2.548,338	2.548,338	0,42	1,50	1,50	1,50	233,33	0,36	233,33	0,36	1,04
BANDEIRANTES	24	24	31,288	2.355,083	2.355,083	2.355,083	0,98	1,29	1,29	1,29	31,63	0,35	31,63	0,35	0,94
AUXILIAR	26	25	30,110	2.179,151	2.179,151	2.179,151	0,95	1,19	1,19	1,19	25,26	0,45	25,26	0,45	0,74
NACIONAL DO NORTE	27	26	28,877	2.093,408	2.093,408	2.093,408	0,91	1,15	1,15	1,15	26,37	0,13	26,37	0,13	1,02
SUDAMERIS	23	27	34,077	2.081,489	2.081,489	2.081,489	1,07	1,14	1,14	1,14	6,54	0,05	6,54	0,05	1,09
AMAZÔNIA	36	28	8,420	2.058,521	2.058,521	2.058,521	0,26	1,13	1,13	1,13	334,62	-	334,62	-	1,13
NORDESTE DO BRASIL	9	29	79,195	1.789,348	1.789,348	1.789,348	2,49	0,98	0,98	0,98	60,64	-	60,64	-	0,98
EST. BAHIA	33	30	12,610	1.587,697	1.587,697	1.587,697	0,40	0,87	0,87	0,87	117,50	-	117,50	-	0,87
BOAVISTA	19	31	41,569	1.449,746	1.449,746	1.449,746	1,30	0,79	0,79	0,79	39,23	0,10	39,23	0,10	0,69
EST. SANTA CATARINA	50	32	2,537	1.440,880	1.440,880	1.440,880	0,08	0,79	0,79	0,79	887,50	-	887,50	-	0,79
SAFRA	72	33	0,400	1.110,100	1.110,100	1.110,100	0,013	0,61	0,61	0,61	4.592,31	0,08	4.592,31	0,08	0,53
EST. PERNAMBUCO	38	34	6,604	1.104,046	1.104,046	1.104,046	0,21	0,61	0,61	0,61	190,48	-	190,48	-	0,61
LONDON	14	35	51,110	950,070	950,070	950,070	1,60	0,52	0,52	0,52	67,50	-	67,50	-	0,52
BOSTON	29	36	22,037	946,211	946,211	946,211	0,69	0,52	0,52	0,52	24,64	-	24,64	-	0,52
EST. ESPÍRITO SANTO	46	37	4,073	930,858	930,858	930,858	0,13	0,51	0,51	0,51	292,31	-	292,31	-	0,51
EST. GOIÁS	45	38	4,319	893,541	893,541	893,541	0,14	0,49	0,49	0,49	250,00	-	250,00	-	0,49
GERAL DO COMÉRCIO	49	39	2,554	763,005	763,005	763,005	0,08	0,42	0,42	0,42	425,00	0,01	425,00	0,01	0,41
EST. AMAZONAS	39	40	6,098	686,984	686,984	686,984	0,19	0,38	0,38	0,38	100,00	-	100,00	-	0,38
MITSUBISHI	32	41	13,059	669,987	669,987	669,987	0,41	0,37	0,37	0,37	9,76	-	9,76	-	0,37
EST. CEARÁ	47	42	3,863	665,355	665,355	665,355	0,12	0,36	0,36	0,36	200,00	-	200,00	-	0,36
FINANCIAL	42	43	4,920	495,705	495,705	495,705	0,15	0,27	0,27	0,27	80,00	-	80,00	-	0,27
CIDADE DE SÃO PAULO	87	44	0,00007	465,780	465,780	465,780	0,000002	0,26	0,26	0,26	129.999,00	0,01	129.999,00	0,01	0,25

TABELA B.3 - Bancos comerciais sobreviventes - 1964/76 - Classificação e crescimento

BANCOS	Nº de ordem 1964	Nº de ordem 1976	Depósitos CR\$milhões 1964	Depósitos CR\$milhões 1976	Particip. total de dep. 1964 (%)	Particip. total de dep. 1976 (%)	Crescimento total 1976/1964 (%)	Crescimento Externo (%)	Crescimento Interno (%)
MERCANTIL DE DESCONTOS	37	45	6,903	457,927	0,22	0,25	13,64	-	0,25
EXPANSÃO INDUSTRIAL DE S. PAULO	79	46	0,194	452,215	0,006	0,25	4.066,67	0,01	0,24
HOLANDÊS UNIDO	34	47	10,079	451,043	0,32	0,25	- 21,88	-	0,25
TOKYO	66	48	0,653	450,645	0,02	0,25	1.150,00	0,13	0,12
MINEIRO	67	49	0,601	419,566	0,019	0,23	1.110,53	0,03	0,20
EST. PARAÍBA	53	50	2,251	374,538	0,071	0,21	195,77	-	0,21
AGRÍCOLA DE MINAS GERAIS	44	51	4,542	356,495	0,14	0,20	42,86	-	0,20
EST. ALAGOAS	43	52	4,618	318,267	0,14	0,17	21,43	-	0,17
F. BARRETTO	40	53	5,978	294,767	0,19	0,16	- 15,79	-	0,16
EST. MATO GROSSO	61	54	1,314	262,343	0,041	0,14	241,46	-	0,14
EST. RIO GRANDE DO NORTE	57	55	2,056	232,640	0,064	0,13	103,13	-	0,13
ANTONIO DE QUEIROZ	60	56	1,489	228,979	0,047	0,13	176,60	-	0,13
SUMITOMO BRASILEIRO	54	57	2,195	218,160	0,069	0,12	73,91	-	0,12
INDUSTRIAL DE PERNAMBUCO	70	58	0,457	216,845	0,014	0,12	757,14	-	0,12
PROGRESSO DE MINAS GERAIS	83	59	0,088	191,783	0,0028	0,11	3.828,57	-	0,11
NAÇÕES	56	60	2,157	172,674	0,068	0,095	39,71	-	0,095
BOZZANO SIMONSEN	63	61	1,030	171,930	0,032	0,094	193,75	0,01	0,084
COMERCIAL APLIK	68	62	0,527	168,992	0,017	0,093	447,06	0,02	0,073
ITAMARATI	59	63	1,655	167,403	0,052	0,092	76,92	-	0,092
EST. MARANHÃO	48	64	2,783	154,654	0,087	0,085	- 2,30	-	0,085
PINTO DE MAGALHÃES	75	65	0,291	150,162	0,0091	0,082	801,10	-	0,082
EUROPEU P/ A AMÉRICA LATINA	35	66	7,920	146,414	0,25	0,08	- 68,00	-	0,08

TABELA B.3 - Bancos comerciais sobreviventes - 1964/76 - Classificação e crescimento

BANCOS	Nº de Nº de		Depósitos		Particip. no total de dep. 1964 (%)	Particip. no total de dep. 1976 (%)	Crescimento total 1976/1964 (%)	Crescimento Externo (%)	Crescimento Interno (%)
	ordem 1964	ordem 1976	CR\$milhões 1964	CR\$milhões 1976					
EST. SERGIPE	52	67	2,419	145,101	0,076	0,08	5,26	-	0,08
	73	68	0,335	137,707	0,011	0,075	581,82	-	0,075
COMÉRCIO									
EST. PIAUÍ	51	69	2,528	135,036	0,079	0,074	- 6,33	-	0,074
INTERNACIONAL	41	70	4,996	134,465	0,16	0,074	- 53,75	-	0,074
REGIONAL	64	71	0,965	118,989	0,03	0,065	116,67	-	0,065
LAVRA	85	72	0,035	113,687	0,001	0,062	6.100,00	-	0,062
INDUSTRIAL DO CEARÁ	71	73	0,421	105,857	0,013	0,058	346,15	-	0,058
RURAL DE MINAS GERAIS	81	74	0,096	90,750	0,003	0,05	1.566,67	-	0,05
CRÉDITO REAL DO RIO GRANDE DO SUL	65	75	0,854	75,566	0,027	0,041	51,85	-	0,041
MERCANTIL DE PERNAMBUCO	86	76	0,003	72,711	0,00009	0,04	44.344,44	-	0,04
AGROPECUÁRIO DE GOIÁS	69	77	0,504	72,397	0,016	0,04	150,00	-	0,04
JULIÃO ARROYO	62	78	1,234	64,363	0,039	0,035	- 10,26	-	0,035
COMÉRCIO E INDÚSTRIA R. JANEIRO	55	79	2,190	61,782	0,069	0,034	- 50,72	-	0,034
NACIÓN ARGENTINA	78	80	0,203	46,572	0,0064	0,026	306,25	-	0,026
INDUSCRED	82	81	0,089	42,070	0,0028	0,023	721,43	-	0,023
PARNAÍBA	80	82	0,181	39,934	0,0057	0,022	285,96	-	0,022
CRÉDITO COMERCIAL	58	83	2,006	34,050	0,063	0,019	- 69,84	-	0,019
NACIONAL DA BAHIA	74	84	0,307	11,537	0,0096	0,0063	- 34,38	-	0,0063
REAL DE SÃO PAULO	77	85	0,248	10,384	0,0078	0,0057	- 26,92	-	0,0057
PRODUÇÃO	84	86	0,052	3,987	0,0016	0,0022	37,50	-	0,0022
SPI	76	87	0,279	0,414	0,0088	0,00023	- 97,39	-	0,00023

B I B L I O G R A F I A

- ADELMAN, I. e PRESTON, L.E. - "A Note on Changes in Industry Structure". The Review of Economics and Statistics, vol. , (), nº , pp.105-108.
- ADELMAN, M.A. - "The Measurement of Industrial Concentration". Readings in Industrial Organization and Public Policy (Ed.: American Economic Association), Homewood, R.D. Irwin, 1958, pp. 3-45.
- AITCHISON, J. e BROWN, J.A.C. - The Lognormal Distribution. London: Cambrigde University Press, 1957.
- ALHADEFF, D. - Monopoly and Competition in Banking. Berkeley: University of California Press, 1954.
- : - "Monopolistic Competition and Banking Markets". Monopolistic Competition Theory: Studies in Impact (Ed.: R.E. Kuenne). New York: John Wiley, 1967 , pp. 357-378.
- ALHADEFF, D. e ALHADEFF, C - "Growth of Large Banks, 1930-1960". The Review of Economics and Statistics, vol. XLVI , nov (1964), nº 4, pp. 356-363.
- ALVES, J.B. - Fatores Determinantes da Eficiência dos Bancos Comerciais: Uma tentativa de Análise Econométrica. Rio de Janeiro: Sindicato dos Bancos do Estado da Guanabara, 1974.
- BAIN, J. - Industrial Organization. New York: J.Wiley, 1959.
- BANAS - Anuário Financeiro, diversos números.
- BANCO DO BRASIL - Relatório, diversos números.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL - Boletim, diversos números.
- : - Manual de Normas e Instruções.
- : - Relatório Anual, diversos números.
- BARBOSA, F.H. - "Medidas de Concentração". Revista de Econometria, ano I, nº 1, abr (1981), pp. 31-53.

- BARELLI, W. - Distribuição Funcional da Renda nos Bancos Comerciais. São Paulo: Símbolo, 1978.
- BIELCHOWSKY, R.A. - Bancos e Acumulação de Capital na Industrialização Brasileira (1935/1962). Brasília: UNB, 1975, Dissertação de Mestrado, mimeo.
- BIES, S. S.- "Determinants of Commercial Bank Growth". Bulletin, Federal Reserve Bank of St. Louis, dez (71). pp. 11-18.
- BOUZAN, A. - Os Bancos Comerciais no Brasil - Uma análise do Desenvolvimento Recente - 1965-1971. São Paulo: Federação Brasileira das Associações de Bancos, 1972.
- CALABI, A.S. et alii - Geração de Poupanças e Estrutura de Capital das Empresas no Brasil. São Paulo: FIPE, 1981.
- CARSON, D. e COOTNER, P.H. - "The Structure of Competition in Commercial Banking in the United States".
- CARVALHO, J.L. - Bancos Comerciais no Brasil. Rio de Janeiro : EPGE/FGV, 1968, Dissertação de Mestrado, mimeo.
- O Estado na Economia. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1979.
- CHRISTOFFERSEN, L.E. - "Taxas de Juro e a Estrutura de um Sistema de Bancos Comerciais em Condições Inflacionárias - o Caso do Brasil". Revista Brasileira de Economia, vol.23, nº 2, abr-jun (1969), pp.5-34.
- COENTRO Fº, A. - "Algumas Considerações sobre Taxas de Juros no Brasil". Revista Brasileira de Mercado de Capitais, vol.5, nº 14, mai-ago (1979), pp. 213-226.
- "A Controvérsia dos Conglomerados Financeiros : O Caso Brasileiro". Revista Brasileira de Mercado de Capitais, vol.6, nº 18, set-dez (1980), pp.293-303.
- COSTA, F.N. - Bancos em Minas Gerais (1889-1964). Campinas: IFCH/ UNICAMP, 1978, Dissertação de Mestrado, mimeo.

- EATWELL, J.L. - "Growth, Profitability and Size: The Empirical Evidence". The Corporate Economy (Eds.: R.Marris e A.Wood). Cambridge: Harvard University Press, 1971, pp. 389-421.
- EPEA - Situação Monetária, Creditícia e do Mercado de Capitais. Brasília: Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica, 1966.
- FONSECA, J.S. e SANVICENTE, A.Z. - "A Concentração do Sistema Bancário Comercial Brasileiro". Revista Brasileira de Mercado de Capitais, vol.3, nº 9, set-dez (1977), pp.433-455.
- FONTENLA, V.P. - História dos Bancos no Brasil. Rio de Janeiro, 3ª Ed., 1977.
- GAZETA MERCANTIL - "Os Bancos". Edição de 12.06.74.
- GIBRAT, R. - Les Inégalités Économiques. Paris: Libraire du Recueil Sirey, 1931.
- GOODMAN, D.E. - Some Aspects of Commercial Bank Structure in Brazil since 1955. Rio de Janeiro: IPEA, 1969, mimeo.
- GORT, M. - "Analysis of Stability and Change in Market Shares". Journal of Political Economy, 71, fev (1963), pp. 44-63.
- GROSSACK, I.M. - "Towards an Integration of Static and Dynamic Measures of Industry Concentration". The Review of Economics and Statistics, vol. , (), nº , pp. 301-308.
- HART, P.E. - "The Size and Growth of Firms". Economica, new series, vol. 24, 1962, pp. 29-39.
- "Entropy and Other Measures of Concentration". Journal of the Royal Statistical Society, series A, vol. 134, Part 1, 1971, pp. 73-85.
- "Moment Distributions in Economics: An Exposition". Journal of the Royal Statistical Society, series A, vol. 138, Part 3, 1975, pp. 423-434.
- "On Bias and Concentration". The Journal of Industrial Economics, vol. XXVII, mar (1979), nº 3, pp.211-226.
- "The Effects of Mergers on Industrial Concentration". The Journal of Industrial Economics, vol. XXIX, mar (1981), nº 3, pp. 315-320.

- HART, P.E. e PRAIS, S.J. - "The Analysis of Business Concentration: A Statistical Approach". Journal of the Royal Statistical Society, series A, vol. , Part 2, 1956, pp. 150-191.
- HOROWITZ, I - "A Note on the Hart-Prais Measure of Changes of Business Concentration". Journal of the Royal Statistical Society, series A, vol.127, Part 2 , 1964, pp. 234-237.
- IBMEC - Banco Comercial. Rio de Janeiro: 1972, mimeo.
- JOSKOW, J. - "Structural Indicia: Rank-Shift Analysis as a Supplement to Concentration Ratios". The Review of Economics and Statistics, vol.42, fev (1960), nº , pp. 113-116.
- KALECKI, M. - "On the Gibrat Distribution". Econometrica, vol. 13, nº 2, abr (1945), pp. 161-170.
- KAPLAN, A.D.H. - Big Enterprise in a Competitive System. Washington, D.C.: Brookings, 1964.
- KING, B.F. - Changes in Seller Concentration in Banking Markets. Federal Reserve Bank of Atlanta, Working Paper Series, mar (1977).
- - Entry, Exit, and Market Structure Change in Banking. Federal Reserve Bank of Atlanta, Working Paper Series, mar (1979).
- KLEIN, M.A. - "A Theory of the Banking Firm". Journal of Money, Credit and Banking, mai (1971), nº II, pp.205-218.
- LAZZARINI, H.J. - La Teoria de la Informacion y el Analisis de la Concentration Bancaria. Buenos Aires: El Ateneo, s.d.
- LEVY, M.B. - História dos Bancos Comerciais no Brasil. Rio de Janeiro: IBMEC, 1972, mimeo.

LINTNER, J. e BUTTERS, J.K. - "Effect of Mergers on Industrial Concentration, 1940-1947". The Review of Economics and Statistics, vol. , (), nº , pp. 30-48.

LUCKETT, D.G. - Money and Banking. New York: McGraw-Hill, 1976

MAURER, O. - Eficiência e Economias de Escala no Banco do Brasil. Rio de Janeiro: EPGE/FGV, 1980, Dissertação de Mestrado, mimeo.

MEIRELLES, A.C. - "A Estrutura dos Bancos Comerciais nos Próximos Dez Anos: Um Exemplo do Emprego dos Processos de Markov no Marketing Bancário". Revista de Administração de Empresas, vol. 14, nº 1, jan-fev. (1974), pp. 59-67.

--- - Economias de Escala e a Estrutura do Sistema Financeiro: O Caso Brasileiro. Rio de Janeiro : Sindicato de Bancos do Estado da Guanabara, 1974.

--- - A Evolução da Estrutura do Sistema Bancário Brasileiro no Período 1966-1974. Tese apresentada ao XI Congresso Nacional de Bancos, Rio de Janeiro: 1975, mimeo.

--- - "Critérios de Abertura de Agências Bancárias." Conjuntura Econômica, vol. 27, nº 1, pp. 49-55 , 1973.

--- - "O Processo de Concentração dos Bancos Comerciais e a Formação de Conglomerados Financeiros" Conjuntura Econômica, vol. 27, nº 1, pp. 46-48 , 1973.

- MITCHELL, G.W. - "Mergers among Commercial Banks". Perspectives on Antitrust Policy (Ed.: A. Phillips) Princeton University, 1965.
- MOURA, A.R. - Custo Operacional dos Bancos Comerciais. Rio de Janeiro: IPEA, 1967.
- MOYER, R.C. - "Growth, Consolidation and Mergers in Banking : Comment". The Journal of Finance, vol. XXXI , set (1976), nº 4, pp.1231-1232.
- PASSOS, C.F. - Estrutura Financeira e Desenvolvimento: O Caso do Brasil. São Paulo: Atlas, 1970.
- PENROSE, E.T. - The Theory of the Growth of the Firm. Oxford : Basil Blackwell, 1959.
- PORTOCARRERO DE CASTRO, H.O. - As Causas Econômicas da Concen tração Bancária. Rio de Janeiro, IBMEC, 1981.
- PRAIS, S.J. - "The Statistical Conditions for a Change in Business Concentration". The Review of Economics and Statistics, vol. 40, ago (1958), nº 3, pp. 268-272.
- - "The Contribution of Mergers to Industrial Concentration: What Do We Know?". The Journal of Industrial Economics, vol. XXIX, mar (1981), nº 3, pp. 321-329.
- REVISTA BANCÁRIA BPASILEIRA - diversos números.
- RHOADES, S.A. e YEATS, A.T. - "Growth Consolidation and Mergers in Banking". The Journal of Finance, vol. XXIX, dez (1974), nº 5, pp. 1397-1405.
- ROSE, J.T. - "Growth, Consolidation and Mergers in Banking : Comment". The Journal of Finance, vol. XXXI , set (1976), nº 4, pp. 1233-1237.
- ROSENBLUTH, G. - "Measures of Concentration". Business Concentration and Price Policy. (Ed.: G. J . Stigler), NBER Conference Report. Princeton : Princeton University Press, 1955.

- SAYAD, J. - Regulation of Brazilian Commercial Banks. Yale: 1975, Tese de Doutorado, mimeo.
- - "Bancos Unitários e Bancos com Agências: Um Critério para Decisão". Pesquisa e Planejamento Econômico, vol. 6, dez (1976), nº 3, pp.683-700.
- - "Controle de Juros e Saldo Médios". Revista Brasileira de Economia.
- SCHERER, F.M. - Industrial Market Structure and Economic Performance. Chicago: Rand McNally, 1970.
- SENADO FEDERAL - Reforma Bancária. Brasília: 1963.
- SHEPHERD, W.G. - The Economics of Industrial Organization. New Jersey: Prentice-Hall, 1979.
- SILVA, A.M. - Intermediação Financeira no Brasil: Origens, Estrutura e Problemas. São Paulo: IPE/USP, 1979, mimeo.
- SPEAGLE, R.E. e HOHN, E. - "Employment and Output in Banking, 1919-1955". The Review of Economics and Statistics, vol.40, fev (1958), nº 1, pp. 22-35.
- SUPERINTENDÊNCIA DA MOEDA E DO CRÉDITO - Boletim, diversos números.
- - Relatório, diversos números.
- SWEEZY, P.M. e MAGDOFF, H. - "Bancos: Patinando em Camada de Gelo Fino".
- TAVARES, M.C. - "Natureza e Contradições do Desenvolvimento Financeiro Recente". Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2ª Ed., 1973, pp. 209-263.
- - "Notas sobre o Problema do Financiamento numa Economia em Desenvolvimento - O Caso do Brasil". op.cit., pp. 127-152.
- - "O Sistema Financeiro Brasileiro e o Ciclo de Expansão Recente". Ciclo e Crise - O Movimento Recente da Industrialização Brasileira. Rio de Janeiro: UFRJ, 1978, Tese de Livre-Docência, cap. IV, mimeo.

UTTON, M.A. - Industrial Concentration. Middlesex: Penguin, 1971.

VISÃO - QUEM É QUEM - diversos números.

VITAL, S.M. - "Economias de Escala em Bancos Comerciais Brasileiros". Revista Brasileira de Economia, vol. 27, nº 1, jan-mar (1973), pp. 5-41.

WHTITEHEAD, D.D. - "Relevant Geographic Banking Markets: How Should They Be Defined?". Economic Review, Federal Reserve Bank of Atlanta, jan-fev (1980).

WHITTINGTON, G. - "Changes in the Top 100 Quoted Manufacturing Companies in the United Kingdom 1948 to 1968".